



RELATÓRIO A PARTIR DO INFORMES DA REDE MARÉ E DA OUVIDORIA DA DPGERJ

De Marcos Paulo Dutra Santos <marcos.santos@defensoria.rj.def.br>

Data Seg, 20/10/2025 13:48

Para Gabinete Conselheiro Antônio Edílio <gabineteantonioedilio@cnmp.mp.br>

 5 anexos (9 MB)

RELATORIO_DEFENSORIA_PUBLICA_COMITE_DE_MONITORAMENTO_DA_ADPF_635_assinado.pdf; 2025. 07.31 - Relatório Operação Manguinhos_Mandela .docx (1).pdf; Relatório de Monitoramento Operação Complexo do Chapadão .docx (1).pdf; Relatório de Operações Policiais 1º Semestre de 2025.docx (1).pdf; RELATÓRIO GT DE MONITORAMENTO OP 26_09_2025.pdf;

PREZADO CONSELHEIRO EDILIO,

Boa tarde.

Segue o relatório, sem prejuízo de eventual complementação caso outros sejam encaminhados.

Cordialmente,

--

MARCOS PAULO DUTRA SANTOS

Defensor(a) Público(a)

E-mail: marcos.santos@defensoria.rj.def.br





EXMO. SR. CONSELHEIRO DO CNMP DR. ANTÔNIO EDÍLIO MAGALHÃES TEIXEIRA, COORDENADOR DO COMITÊ DE MONITORAMENTO DA ADPF nº 635

A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, por meio deste signatário, integrante do Comitê de Monitoramento da ADPF nº 635, vem apresentar dados e relatos relativos à atuação do Estado do Rio de Janeiro nas favelas desde a prolação do acórdão *per curiam* na ADPF nº 635:

A ASSOCIAÇÃO REDES DE DESENVOLVIMENTO DA MARÉ (REDES DA MARÉ) produziu substancial documentação referente à operação policial ocorrida no último dia 26 de setembro no Conjunto de Favelas da Maré, cuja metodologia se pautou nas seguintes fontes:

- (i) a atuação *in loco* de pesquisadores e profissionais da Redes da Maré que acompanham os momentos de confrontos armados, por meio de plantões de atendimento, recebendo denúncias, registrando casos de violações de direitos e acompanhamento de seus desdobramentos;
- (ii) articulação de uma rede de colaboradores, com 300 moradores e 21 organizações atuantes nas favelas da Maré, que contribuem reportando e validando evidências sobre as violências ocorridas;
- (iii) coleta de dados oficiais junto a secretarias municipal e estadual, além das polícias e institutos de pesquisa, como é o caso do Instituto de Segurança Pública (ISP), assessorias de comunicação das Polícias Militar e Civil e Secretarias Municipais de Saúde e Educação do Rio de Janeiro;
- (iv) levantamento em meios de comunicação e redes sociais a respeito dos confrontos que ocorrem na região; e
- (v) ida da equipe a campo, até 48 horas após as situações de confronto armado, para confirmar a veracidade das informações recebidas.

A citada operação deu-se em dia útil, sexta-feira (25/9), às 8h20, horário escolar, com intensa circulação de crianças e de adolescentes, além dos profissionais de educação. É igualmente horário no qual os moradores se dirigem às unidades básicas de saúde, sem contar o comércio já em pleno funcionamento. Nesse contexto, somente a urgência justificaria uma operação



nesses moldes, mas a discrepância de informações provenientes do próprio Estado tampouco deixou isso claro. Conforme se extrai do relatório incluso:

Em segundo lugar, tem-se um conflito de informação sobre se esta operação seria uma **ação emergencial ou de planejamento prévio**, o que tem implicações quanto a sua justificativa. A assessoria de comunicação da Polícia Civil divulgou que se tratava de uma ação emergencial e o termo estampou o título de matérias na imprensa.¹ O mesmo foi dito durante entrevista do Secretário de Polícia Civil, no próprio dia 26, reforçando que se tratava de uma operação emergencial. Entretanto, nas notas recebidas via assessoria da PCERJ e na mesma entrevista do Secretário, a sociedade civil foi informada sobre **um processo investigativo de cerca de 60 dias na Maré**.²

O tiroteio se deu intensamente das 8h20 até às 11h30, salientando o alto potencial letal da operação, considerados o contingente mobilizado – Coordenadoria de Recursos Especiais (CORE), Delegacia de Repressão a Entorpecentes da Capital (DRE-CAP), agentes da Polícia Militar em viaturas descaracterizadas na Linha Amarela para adentrar no território -, inclusos 02 (dois) veículos blindados e 02 (dois) helicópteros **com plataforma de tiro**. Nesse último aspecto, o relatório relembra:

Segundo o boletim Direito à Segurança Pública na Maré, edição De Olho na ADPF (2024), entre 2019 e 2024, 8% das operações policiais contaram com a presença dos blindados aéreos. Já 65% das mortes ocorreram em operações com uso de helicóptero. Ou seja, as ações com as aeronaves são consideravelmente mais letais. A própria ADPF 635 ressaltou que a inteligência e a tecnologia deveriam substituir a truculência, mas o emprego do helicóptero, sobretudo em áreas como a Maré, reafirma a lógica do confronto bélico contra comunidades civis.

Anote-se que, conforme relatos de profissionais da educação e diretoras das escolas da Maré coletados após a mencionada operação, **20 das 49 unidades públicas de ensino têm paredes de drywall**, inaptas à proteção contra disparos de fuzil ou rajadas vindas dos helicópteros, obrigando alocar as crianças estudantes **embaixo das escadas, no meio dos corredores e arredores dos banheiros, em espaços de 4,5mx1m, aproximadamente**. Nesse sentido:



Segundo relatos de profissionais da educação e diretoras de escolas da Maré coletados após a operação do dia 26, **"não existe ambiente seguro dentro das escolas, pois estas são feitas de papel"**, expressão que se refere às frágeis paredes de *drywall* que não oferecem proteção diante de disparos de fuzil ou rajadas vindas de helicópteros. Uma professora contou que, no dia desta operação policial (uma sexta-feira), estava no pátio quando a aeronave chegou atirando; na segunda-feira seguinte, ao convidar a turma para uma atividade ao ar livre, ouviu de uma criança de apenas quatro anos a pergunta: **"mas e o helicóptero, professora, que dá tiro?"**. Esse episódio revela como a infância nas favelas é constantemente atravessada pelo medo e pela violência: **"as crianças daqui acabam tendo a infância roubada"**, relatam educadores. **"Ainda que os profissionais tentem abrigar os estudantes e transmitir calma, o pânico é inevitável – tanto nas crianças, que choram e tremem, quanto os pais, que muitas vezes saem em meio ao tiroteio para buscar seus filhos"**. Como resumiu uma das profissionais da educação, **"a segurança pública deveria funcionar para todos e não só para alguns, pois a maioria aqui é de trabalhadores"**.

Eis a síntese das violações de direitos registradas:

3- Síntese das Violações de Direitos Registradas

Mortos	Feridos	Dano ao Patrimônio	Invasão de Domicílio
1	3	5	2

3.1 - Impactos coletivos da Operação Policial:

Impactos na Educação	
Unidades Impactadas	Número de Estudantes Impactados



E.M. Escritor Millor Fernandes	400 estudantes matriculados
E.M. Vereadora Marielle Franco	700 estudantes matriculados
Creche Municipal Tio Mário	150 estudantes matriculados
Escola Municipal Professor Josué de Castro	700 estudantes matriculados e 44 professores
Escola Municipal Teotônio Vilela	763 estudantes matriculados e 68 professores
CIEP Ministro Gustavo Capanema	Em razão do horário de entrada alterado para às 10:00, não havia alunos na escola
Creche Municipal Monteiro Lobato	144
Escola Municipal Medalhista Olímpico Lucas Saatkamp	345
Espaço de Desenvolvimento Infantil Medalhista Olímpico Eder Francis Carbonera	250
Espaço de Desenvolvimento Infantil Medalhista Olímpico Evandro Motta Marcondes Guerra	283
Escola Municipal Escritor Bartolomeu Campos de Queirós	600
Creche Municipal Pescador Albano Rosa	116 pessoas participavam de uma passeata, entre crianças, educadores e responsáveis
CIEP Operário Vicente Mariano	600
Espaço de Desenvolvimento Infantil Cremilda da Silva dos Santos	150
Escola Municipal Professor Paulo Freire	150
total	5.463



Impactos na Saúde

Unidades fechadas	Unidades com atividades externas suspensas
CMS Vila do João	CF Diniz Batista dos Santos
CF Adib Jatene	
CF Augusto Boal	
CF Jeremias Moraes da Silva	
Total de 980 atendimentos suspensos	

Fonte: Assessorias de Imprensa das Secretarias Municipais e Estaduais de Educação e de Saúde

Durante a operação houve relatos de ações **contra a vida, a integridade física e o patrimônio (violação domiciliar e/ou dano)**.

A **REDES DA MARÉ** igualmente apresentou detalhado relatório sobre violações de direito em contexto de operações policiais, abrangendo o período de janeiro a maio de 2025. Como a sessão de julgamento da ADPF na qual foi proferido o acórdão *per curiam* se deu em 3 de abril, **com ampla divulgação pela imprensa e estando presente, no dia do julgamento, as mais altas autoridades de segurança pública do Executivo Estadual, incluso o Exmo. Governador**, apesar de a publicação do acórdão ter se dado em 22 de maio imediato, os dados referentes aos meses de abril e, sobretudo, maio, merecem análise detida.

Houve operação em 10 de abril no Conjunto de Favelas da Maré, mais precisamente no Conjunto Esperança, Salsa e Merengue, Vila do João, Vila do Pinheiro, Conjunto Pinheiros, Conjunto Bento Ribeiro Dantas, Morro do Timbau, Baixa do Sapateiro e Nova Maré, **podendo-se sentir efeitos positivos decorrentes da decisão do Supremo Tribunal Federal**. Com efeito, nos termos do relatório:



Esta foi a oitava operação policial na Maré em 2025 e a primeira após a decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a ADPF 635. Em linhas gerais, foi uma dinâmica que se diferenciou das últimas que ocorreram nessas favelas, uma vez que as operações anteriores foram com muitos tiros, muitas mortes e violações. Aconteceram casos de violações de direitos, entretanto, a ação se sucedeu de forma menos enérgica, tanto por parte dos agentes, quanto dos grupos armados. Das atuais medidas da ADPF, houve descumprimento da exigência de entrada nas casas apenas com mandado ou flagrante. Por outro lado, a operação foi realizada com todos os policiais portando câmeras e havia ambulância para resgate de militares e civis (segundo a nota da PMERJ, a “ambulância-caveirão” também estava disponível para socorro a civis feridos). Em relação a antigos pontos da ADPF, é preciso

Sem embargo, a **invasão arbitrária de domicílios (Tróia), prática policial recorrente nas comunidades do Rio de Janeiro, persiste**, porque foram **6 registros de invasões de domicílio, 1 de subtração de pertences e 1 de dano patrimonial**. E a operação se deu próxima a escolas e unidades de saúde.

Em 5 de maio imediato houve nova operação com o escopo, segundo nota divulgada pela Polícia Civil, de “coibir a exploração de serviços essenciais à população na localidade”, considerado “esquema de lavagem de dinheiro utilizando-se de empresas e comércios dentro e fora da comunidade”. **Em relação à operação anterior, as diretrizes fixadas pelo STF não foram observadas a contento**, porque:

Houve descumprimentos da ADPF 635, como a realização da ação policial sem uma ambulância com equipe de saúde para socorro a agentes e civis, bem como a ausência de câmeras nas fardas e uniformes de parte do contingente policial presente na Maré. Segundo observações e diálogos com moradores, uma parte estava com câmeras, especialmente os agentes da CORE, mas uma parte dos policiais não estava, principalmente aqueles de delegacias. Caracterizando, portanto, o uso parcial das forças de segurança.

É necessário reforçar que a operação foi realizada próximo a escolas. Por volta de 11h45, uma moradora que estava no CIEP 326 Professor César Pernetta afirmou que o portão do colégio estava “lotado” de policiais. Enquanto isso, os alunos estavam abrigados na sala dos professores; já ela e outras pessoas ficaram em uma sala nos fundos do prédio. O episódio mostra a importância do controle sobre perímetro escolar em operações policiais, e que atualmente não há. Ao todo, 18 unidades escolares da rede municipal e estadual foram fechadas e 7600 estudantes foram impactados.

Em 13 de maio houve nova operação, **em plena madrugada**, estendendo-se até **por volta de meio-dia**, marcada por **intenso tiroteio**, com



seriíssimos impactos na prestação de serviços de saúde e de educação, além de resultados **letais**:

Às 11h45, a equipe da Redes da Maré rodou pelo território e relatou a presença de blindados parados dos dois lados da Linha Amarela, na passarela do Pinheiro. As ruas continuavam desertas, com os comércios fechados, inclusive aqueles que haviam tentado abrir mais cedo. Os acessos do Pinheiro, como a Rua do Canal, B1 e C4, estavam bloqueados. As bancas voltaram a funcionar, mas a presença de blindados e grande número de agentes em torno da passarela 6 indicava que a tensão permanecia. BOPE e RECOM seguiam posicionados nas imediações da avenida Brasil, antes da entrada da Linha Amarela.

No que tange aos impactos nos serviços públicos, houve o fechamento de 43 escolas fechadas (entre municipais e estaduais), com impacto sobre 9.548 estudantes (número referente apenas às escolas do Município). As escolas estaduais João Borges e César Pernetta também fecharam, impactando 344 e 1.100 alunos respectivamente. 4 unidades básicas de saúde fechadas, que são as seguintes: CF Augusto Boal, CF Adib Jatene, CF Jeremias Moraes da Silva e CMS Vila do João.. Total de 818 atendimentos não realizados. A UFRJ, apesar de não ser no território da Maré, também foi impactada fechando as portas.

A **Ouvidoria da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro** igualmente produziu relatórios preocupantes acerca das operações policiais em comunidades do Estado do Rio de Janeiro.

Em 31 de julho houve operação policial nas favelas de Manguinhos e Mandela, notabilizada pelo **ingresso forçado e sem mandado em número indiscriminado de residências, desaguando em 4 (quatro) vítimas de disparos de arma de fogo, sendo uma criança e um adolescente, e uma quinta fatal**.

Os policiais teriam entrado com toucas ninjas, sem identificação nos uniformes nem tampouco câmeras corporais, em **total desalinhamento com os vetores fixados pelo STF**. Nos termos do relatório:



Segundo relatos recebidos, a polícia teria entrado por várias vias das favelas na madrugada/manhã de hoje dia 31 de julho. Informaram que os policiais entraram nas casas dos moradores de forma violenta e sem nenhum tipo de comunicação do motivo para essa ação. Uma das casas invadidas estava uma mãe com sua criança e um cachorro da raça pitbull que foi ameaçado de morte por um dos agentes ao avançar contra os policiais.

Foi relatado que muitas casas com moradores sem envolvimento com o grupo armado local estavam sendo invadidas sem mandato judicial e por agentes usando touca ninja e sem câmeras corporais. Relatos de crianças assustadas por conta das férias escolares sendo acordadas com chutes na porta e uma das casas invadidas por agentes de segurança tinham crianças dormindo no chão quando foram pisadas por botinas usadas pelos agentes. Além do barulho ensurdecedor do helicóptero que sobrevoava a região desde às 6:00h da manhã.

Recebemos o relato de um adolescente caminhando com sua mãe e irmã sendo agredido com uma "banda" e sendo jogado no chão. Os agentes pegaram ele e o levaram para dentro do caveirão e do lado de fora era possível ouvir as agressões que o adolescente sofria dentro do carro. Moradores (entre eles sua mãe) escutaram gritos de socorro do adolescente que estava sendo espancado por agentes. O adolescente foi solto depois que moradores iniciaram movimentos de ir para cima gritando para soltarem o adolescente.

Mais à frente merece destaque o seguinte trecho:



Ao termos a confirmação que havia uma vítima menor de idade acionamos a coordenadora da Infância e Juventude da Defensoria, a Defensora Letícia Kirchhoff Ribeiro que pediu para o relatório ser encaminhado para o e-mail da coordenação.

Ao chegarmos no hospital Getúlio Vargas na Penha fomos informados pela equipe do Núcleo de Acolhimento à família (NAF) que deram entrada na unidade três vítimas com perfuração por arma de fogo (PAF) e que não poderiam dar maiores informações por conta de que havia dados sensíveis. Nos informaram que o senhor Jandson José da Silva Soares de 22 anos estava aguardando avaliação da cirurgia, que o senhor Pablo Roberto de Moraes Oliveira de 20 anos já estava em cirurgia e que o adolescente Kauan Machado de Almeida de 14 anos e dez meses estava na pediatria sendo avaliado e que estava acompanhado por sua responsável legal.

Cabe informar que tivemos informações por parte dos moradores do Mandela que houve uma vítima fatal, mas não obtivemos informações sobre quem era a pessoa alvejada até o presente momento.

Em 1º de setembro houve operação visando ao cumprimento de mandados, culminando com **um policial baleado**, no Complexo do Chapadão. **Escolas e unidades de saúde não funcionaram em razão da operação, seis moradores morreram e casas foram arbitrariamente invadidas, vários imóveis, residenciais e comerciais, foram atingidos por disparos de arma de fogo.**

Eis o trecho do relatório, instruído por fotos, vídeos e relatos textuais de moradores:



A operação ocorreu impedindo que escolas e as unidades de saúde abrissem. Entrada que se deu por terra e não houve relatos de helicópteros dessa vez.

Moradores informaram que um dos jovens mortos dentro da Igreja entrou para se abrigar dos tiros. A igreja ficou destruída pelos tiros, como podem verificar no vídeo disponibilizado por moradores.

Mais uma vez foi relatado que muitas casas com moradores sem envolvimento com o grupo armado local estavam sendo invadidas sem mandato judicial com o uso de uma chave mestra e por agentes usando touca ninja e sem câmeras corporais.

Foi informado que o local da ocorrência das maiores violações na operação foi da Imalaia, Gogó da Ema e Final Feliz. Foi onde aconteceram as maiores violações. No total foram seis mortos, segundo relatos de moradores.

Os relatórios inclusos denotam que, nada obstante os vetores fixados pelo Supremo Tribunal Federal, bem como a formação do presente Comitê, as operações policiais **não seguem um encadeamento lógico e racional, seja pela falta de transparência quanto aos motivos ensejadores, seja pelos fins desconectados. A preocupação com a redução de danos colaterais inexistente, porque recorrentemente se dão nas proximidades de escolas e de postos de saúde, levando-os ao fechamento e à consequente interrupção dos serviços. A recorrente prática conhecida vulgarmente como Tróia persiste, com invasões a esmo de domicílios, não raro acompanhadas da subtração de pertences. O uso das câmeras corporais prossegue aleatório, não se mostrando constante, bem como a disponibilidade de ambulâncias.** Em síntese: a cultura da violência (e da letalidade) da ação policial, indevidamente associada à excelência da operação, prossegue.

É o que me incumbe relatar à Vossa Excelência, encaminhadas essas informações ao Supremo Tribunal Federal, que melhor dirá.

Rio de Janeiro, 20 de outubro de 2025

Documento assinado digitalmente
gov.br **MARCOS PAULO DUTRA SANTOS**
Data: 20/10/2025 13:31:43-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

OS

Coordenador do NUDEDH
Defensor Público/RJ
Matrícula 836.345-9

RELATÓRIO SOBRE VIOLAÇÕES DE DIREITOS EM CONTEXTO DE OPERAÇÕES POLICIAIS

MARÉ

PERÍODO: 1º SEMESTRE DE 2025

(OPERAÇÕES DE JANEIRO À MAIO DE 2025)

1 - Apresentação

A organização não-governamental Redes de Desenvolvimento da Maré sistematiza neste relatório a dinâmica e os impactos das operações policiais que ocorreram no Conjunto de Favelas da Maré, no primeiro semestre de 2025 - i.e., sobre as **10 operações ocorridas nos meses de janeiro, fevereiro, março, abril e maio**.

As informações aqui sistematizadas são fruto do monitoramento realizado, desde 2016, pela equipe do **Eixo Direito à Segurança Pública e Acesso à Justiça (DSPAJ)** da Redes da Maré, das operações policiais e confrontos armados nas 15 favelas que compõem a Maré. Este monitoramento contínuo é uma estratégia para contribuir com a efetivação de direitos dos moradores de favelas, em especial o direito à segurança pública e à preservação da vida. A metodologia de coleta de dados e documentação de casos de violações de direitos envolve cinco fontes:

- (i) a atuação *in loco* de pesquisadores e profissionais da Redes da Maré que acompanham os momentos de confrontos armados por meio de plantões, registros dos casos atendidos, recebimento de denúncias e acompanhamento de seus desdobramentos;
- (ii) articulação de uma rede de colaboradores, com 300 moradores e 21 organizações atuantes nas favelas da Maré, que contribuem reportando e validando evidências sobre as violências ocorridas;
- (iii) coleta de dados oficiais junto a secretarias municipal e estadual, além das polícias e institutos de pesquisa, como é o caso do Instituto de Segurança Pública (ISP), assessorias de comunicação das Polícias Militar e Civil e Secretarias Municipais de Saúde e Educação do Rio de Janeiro;
- (iv) levantamento em meios de comunicação e redes sociais a respeito dos confrontos que ocorrem na região; e
- (v) ida da equipe a campo, até 48 horas após as situações de confronto armado, para confirmar a veracidade das informações recebidas.

Aviso: este relatório contém imagens sensíveis.

2 - Sistematização de Dados sobre as Operações Policiais

Considerando as operações policiais ocorridas no primeiro semestre de 2025, os quadros a seguir sistematizam informações relevantes sobre como estas (i) impactam social e coletivamente o acesso aos direitos à saúde e à educação na Maré; (ii) descumprem determinações do STF na âmbito da ADPF 635.

2.1 - Impactos coletivos das Operações Policiais de Janeiro:

Fechamento das escolas municipais			Fechamento das unidades básicas de saúde	
Data	Unidades fechadas	Alunos sem aulas	Unidades fechadas	Estimativa de atendimentos suspensos
10/01	férias escolares	férias escolares	1	224
13/01	férias escolares	férias escolares	1	220
17/01	férias escolares	férias escolares	1	220
29/01	férias escolares	férias escolares	4	814

Fonte: Assessorias de Imprensa das Secretarias Municipais de Educação e de Saúde

2.2 - Descumprimentos da ADPF das Favelas em Janeiro:¹

10/01	Operação policial próximo a unidades de saúde	Uso insuficiente de câmeras nas fardas dos policiais	Descumprimento de Inviolabilidade de domicílio	Operação sem ambulância para civis
13/01	Operação policial próximo a unidades de saúde	Uso insuficiente de câmeras nas fardas dos policiais	Descumprimento de Inviolabilidade de domicílio	Operação sem ambulância para civis

¹ De janeiro a março, considera as medidas da ADPF que estavam em vigor antes da decisão de 3 de abril de 2025 no STF.

17/01	Operação policial próximo a unidades de saúde	Uso insuficiente de câmeras nas fardas dos policiais	Operação sem ambulância para civis	-
29/01	Operação sem ambulância para civis	Operação policial próximo a unidades de saúde	Uso insuficiente de câmeras nas fardas dos policiais	Descumprimento de Inviolabilidade de domicílio

Fonte: Levantamento realizado pela equipe da Redes da Maré durante atuação *in loco*

2.3 - Impactos coletivos das Operações Policiais de Fevereiro:

Fechamento das escolas municipais			Fechamento das unidades básicas de saúde	
Data	Unidades fechadas	Alunos sem aulas	Unidades fechadas	Estimativa de atendimentos suspensos
06/02	2	1.400	1	219
21/02	9	4.204	0	0

Fonte: Assessorias de Imprensa das Secretarias Municipais de Educação e de Saúde

2.4 - Descumprimentos da ADPF das Favelas em Fevereiro:

06/02	Operação policial próximo a escolas	Operação policial próximo a unidades de saúde	Uso insuficiente de câmeras nas fardas dos policiais	Operação sem ambulância para civis	Descumprimento e inviolabilidade de domicílio
21/02	Operação policial próximo a escolas	Operação policial próximo a unidades de saúde	Perícia de local não realizada em caso de morte	-	-

Fonte: Levantamento realizado pela equipe da Redes da Maré durante atuação *in loco*

2.5 - Impactos coletivos das Operações Policiais de Março:

Fechamento das escolas municipais			Fechamento das unidades básicas de saúde	
Data	Unidades fechadas	Alunos sem aulas	Unidades fechadas	Estimativa de atendimentos suspensos
13/03	33	10.598	4	980

Fonte: Assessorias de Imprensa das Secretarias Municipais de Educação e de Saúde

2.6 - Descumprimentos da ADPF das Favelas em Março:

12-13/03	Operação policial próximo a escolas	Operação policial próximo a unidades de saúde	Perícia de local não realizada em caso de morte	Operação sem ambulância para civis	Descumprimento de inviolabilidade de domicílio
-----------------	-------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

Fonte: Levantamento realizado pela equipe da Redes da Maré durante atuação *in loco*

2.7 - Impactos coletivos das Operações Policiais de Abril:

Fechamento das escolas municipais			Fechamento das unidades básicas de saúde	
Data	Unidades fechadas	Alunos sem aulas	Unidades fechadas	Estimativa de atendimentos suspensos
10/04	43	9.548	4	818

Fonte: Assessorias de Imprensa das Secretarias Municipais de Educação e de Saúde

2.8 - Descumprimentos da ADPF das Favelas em Abril:²

10/04	Descumprimento de inviolabilidade de domicílio
--------------	--

Fonte: Levantamento realizado pela equipe da Redes da Maré durante atuação *in loco*

2.9 - Impactos coletivos das Operações Policiais de Maio:

Fechamento das escolas municipais	Fechamento das unidades básicas de saúde
-----------------------------------	--

² Considera as medidas em vigor a partir da decisão de 3 de abril de 2025 no STF.

Data	Unidades fechadas	Alunos sem aulas	Unidades fechadas	Estimativa de atendimentos suspensos
05/05	18	7.600	1	219
13/05	43	10.992	4	818

Fonte: Assessorias de Imprensa das Secretarias Municipais de Educação e de Saúde

2.10 - Descumprimentos da ADPF das Favelas de Maio:

05/05	Operação sem a presença de ambulância para civis	Uso insuficiente de câmeras nas fardas dos policiais
13/05	Perícia de local não realizada em casos de mortes	-

Fonte: Levantamento realizado pela equipe da Redes da Maré durante atuação *in loco*

***Nota:** em junho de 2025 não foi realizada nenhuma operação policial na Maré.

3 - Relatos das Operações Policiais de Janeiro de 2025

3.1 - Fatos ocorridos na Operação Policial de 10 de Janeiro de 2025, sexta-feira:

No dia 10 de janeiro de 2025, uma operação policial planejada foi realizada nas comunidades de Parque Maré, Nova Holanda, Rubens Vaz e Parque União. A ação, iniciada antes mesmo das 04h30 da manhã, foi conduzida por unidades especializadas da PMERJ e PCERJ, incluindo o 22ºBPM, BAC, BOPE, BPChq, BTM, GAM, BPVE, RECOM, NAOE, GESAR e CORE. A operação tinha como principal objetivo reprimir o roubo de cargas e veículos na região. Além disso, uma operação paralela foi reportada em Vila Joaniza, na Ilha do Governador.

A sequência cronológica dos eventos começou com relatos de moradores às 04h15 sobre o início da operação, evidenciado pelo som de bombas. Às 04h57, a presença de um blindado foi notada próximo à Praça do 18, na Baixa do Sapateiro. Mais tarde, a equipe da Redes da Maré recebeu uma primeira denúncia de morador

sobre a invasão de domicílio, subtração de pertences e dano ao patrimônio na Rua 15 de Janeiro, ocorrida por volta das 5h50. Não havia ninguém na residência no momento em que os agentes estiveram no local.

Por volta das 06h33, o silêncio dominava o território. Relatos subsequentes incluíram a circulação de policiais do BAC no Parque União e a entrada de equipamentos pesados, como uma retroescavadeira e caminhões do COE, na Nova Holanda.

Ao longo da manhã, viaturas e policiais do BOPE, além de caminhões do COE, foram avistados em diversas ruas da Maré e os relatos indicam a presença constante de veículos blindados e policiais em diversas áreas. Notícias da mídia³ destacam a mobilização de recursos significativos para a operação, como veículos blindados, drones e helicópteros. As notas oficiais da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro

³ G1, Globo. “PM faz operação no Complexo da Maré”. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2025/01/10/pm-faz-operacao-no-complexo-da-mare.ghtml>>. Jornal de Brasília. “PM faz mega operação no Complexo da Maré”. <<https://jornaldebrasil.com.br/noticias/brasil/pm-faz-mega-operacao-no-complexo-da-mare/>>. CNN Brasil. “PM faz grande operação contra o crime organizado no Complexo da Maré, no RJ.” Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/sudeste/rj/pm-faz-grande-operacao-contr-o-crime-or-ganizado-no-complexo-da-mare-no-rj/>>. Jornal O Dia Online. “PM procura envolvidos em roubo de cargas e veículos no Complexo da Maré” Disponível em: <<https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2025/01/6983374-pm-procura-envolvidos-em-roubos-de-cargas-e-veiculos-no-complexo-da-mare.html>>

e outras entidades⁴ complementam o relato, ressaltando os objetivos de localizar envolvidos em crimes de roubo e desmanches irregulares, além de combater o tráfico de entorpecentes.

A operação levanta questões sobre os impactos no cotidiano das comunidades e possíveis descumprimentos de normas como às determinações da ADPF 635. Apesar da polícia informar em nota o envio de uma ambulância, a equipe não registrou a presença de nenhuma ambulância no território para atender pessoas atingidas. No mesmo sentido, muitos policiais foram notados sem câmeras em suas

⁴ Nota da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, recebida às 10h08 de 10 de janeiro de 2025: “Polícia Militar Realiza Operação Contra O Crime Organizado Nas Comunidades Do Complexo Da Maré, Na Zona Norte Do Rio De Janeiro. Ação tem como principais objetivos localizar envolvidos em roubos de veículos e cargas na região metropolitana, além de identificar pontos de desmanches irregulares. Desde as primeiras horas desta sexta-feira (10/1), a Secretaria de Estado de Polícia Militar desencadeou uma ampla operação para reprimir o crime organizado nas Comunidades Nova Holanda e Parque União e Vila Joaniza, na Zona Norte. Participam das ações equipes do Comando de Operações Especiais (COE) - através do BOPE, BPChq, BAC e GAM - das Rondas Especiais e Controle de Multidões (Recom), do Batalhão Tático de Motociclistas (BTM), além das equipes do 22ºBPM (Maré) e do Batalhão de Policiamento em Vias Expressas (BPVE). Nas mobilizações, estão sendo empregados cinco veículos blindados, duas aeronaves não tripuladas (drones) e dois helicópteros, além dos equipamentos para remoção de obstáculos das vias, operados pelo Núcleo de Apoio às Operações Especiais (NAOE). O Grupamento Especializado de Salvamento e Ações de Resgate (GESAR) também atua preventivamente com o emprego de uma ambulância blindada. De acordo com informações de Inteligência e dados investigativos levantados em parceria com a Polícia Civil, os criminosos que atuam naquelas regiões são responsáveis por diversos roubos de cargas e veículos na região, além de abrigarem desmanches irregulares de veículos. Toda essa estrutura sempre amparada pelo comércio criminoso de entorpecentes.”

Nota recebida às 17h01 de 10 de janeiro de 2025: “Desde as primeiras horas desta sexta-feira (10/1), a Secretaria de Estado de Polícia Militar desencadeou uma ampla operação para reprimir o crime organizado nas Comunidades Nova Holanda e Parque União e Vila Joaniza, na Zona Norte. Participaram das ações equipes do Comando de Operações Especiais (COE) - através do BOPE, BPChq, BAC e GAM - das Rondas Especiais e Controle de Multidões (Recom), do Batalhão Tático de Motociclistas (BTM), além das equipes do 22ºBPM (Maré) e do Batalhão de Policiamento em Vias Expressas (BPVE). Nas mobilizações, foram empregados cinco veículos blindados, duas aeronaves não tripuladas (drones) e dois helicópteros, além dos equipamentos para remoção de obstáculos das vias, operados pelo Núcleo de Apoio às Operações Especiais (NAOE). O Grupamento Especializado de Salvamento e Ações de Resgate (GESAR) também atuaram preventivamente com o emprego de uma ambulância blindada. Na ação, equipes do 22º BPM (Maré), localizaram uma central de desmanche e clonagem de veículos e um laboratório de plantio de maconha no interior da comunidade Nova Holanda, um homem foi detido, 12 motocicletas e quatro carros recuperados, 10 pés de maconha. Policiais Militares do Batalhão de Choque apreenderam material para endolação, 37 baterias de rádio comunicação, cinco balanças de precisão e materiais entorpecentes. Na comunidade Nova Holanda, policiais do Batalhão de Ação com Cães apreenderam cerca de 48 quilos de materiais entorpecentes. Todo o material apreendido foi encaminhado para a 21ª DP. Na comunidade Nova Holanda, nove vias foram desobstruídas, 11 barricadas retiradas e aproximadamente oito toneladas de materiais diversos foram removidos.”

fardas e havia a presença de policiais próximo a unidades de saúde.⁵

Essa foi a primeira operação policial do ano de 2025. Os resultados da operação, de acordo com a nota da PMERJ, foram de 1 prisão, 12 motocicletas e quatro carros recuperados, e apreensão de 10 pés de maconha, material para endolação, 37 baterias de radiocomunicação, cinco balanças de precisão e 48 quilos de materiais entorpecentes. Quanto a impactos, não houve mortes, entretanto algumas violações de direitos foram confirmadas: 6 casos de invasão de domicílio, 5 casos de dano ao patrimônio e 2 casos de subtração de pertences.

Os impactos no serviço público foram os seguintes: a Clínica da Família Diniz Batista manteve o atendimento à população, já a Clínica da Família Jeremias Moraes acionou o protocolo de acesso mais seguro e, para segurança de profissionais e usuários, interrompeu o funcionamento. As escolas estaduais e municipais estão de férias, portanto não foram diretamente impactadas. Dentre os impactos no terceiro setor que foram identificados: o Luta Pela Paz suspendeu as atividades na sua sede e na sua academia; o Instituto Vida Real suspendeu todas as atividades; já a Redes da Maré cancelou atividades em quatro eixos/equipamentos, impactando 173 usuários.

⁵ As operações policiais até o mês de março de 2025 levam em consideração as medidas da ADPF 635 que estavam em vigor antes da decisão de 3 de abril de 2025, no STF.

3.1.1 - Relatos dos Casos de Violações de Direitos, em 10/01:

Caso 1: Invasão de domicílio, dano ao patrimônio e subtração de pertences

Durante o plantão de operação, a equipe da Redes da Maré recebeu a denúncia de uma invasão de domicílio de uma moradora, relatando que a casa de sua filha havia sido invadida por policiais naquela manhã. Acompanhados da moradora, a equipe foi até o local do fato e, chegando lá, entenderam que a invasão havia sido na casa do sobrinho da usuária, um homem cisgênero, preto, de 37 anos.

Uma das filhas desta moradora relatou o ocorrido para a equipe. Seu relato indica que uma vizinha mandou mensagem para ela avisando que viu policiais entrando na casa de seu sobrinho entre 5:50 e 6:00 da manhã. Não conseguiu identificar o tipo de polícia, mas relatou que eram homens de roupa camuflada. Ela contou para a equipe que os policiais entraram na casa e arrombaram o portão da frente, mexeram nos armários e arrombaram um cofre, levando seu conteúdo (ela não sabe precisar quanto dinheiro havia no cofre, pois todos os familiares depositavam dinheiro, a fim de providenciar o aniversário de 15 anos da filha do dono da casa).

Ela relata que aguardou um pouco após às 7:00 para ir até a casa em questão para ver o que tinha acontecido, depois retornou para sua própria residência. Ela conta que às 9:40, sua vizinha entrou em contato novamente dizendo que os policiais haviam retornado para a casa do sobrinho, então ela foi direto para lá. Ao se aproximar do local, viu que os policiais estavam saindo com pressa da casa gritando "Morador 'tá vindo!". Então um dos policiais disse para ela que eles foram "ver se tinha algo na casa", e que o miolo da fechadura do portão da frente já estava quebrado quando chegaram. Após isso, a moradora conta que eles foram embora e ela ficou na residência com a família.



O portão da casa do morador e o cofre de sua casa foram arrombados.

Caso 2: Invasão de domicílio, dano ao patrimônio e subtração de pertences

A equipe da Redes da Maré realizando busca ativa no território no curso da operação policial, foi abordada por um morador (homem cis, pardo, de 52 anos) que relatou ter sofrido violações de seu domicílio.

Acompanhada pelo morador a equipe foi até o local do fato, e verificou que a casa estava totalmente revirada, a janela escancarada, e a casa inteira apresentava um cheiro forte de fezes, uma vez que estava fechada com o ar-condicionado ligado. O morador informou à equipe que não estava em casa, pois no dia anterior a caixa d'água havia apresentado problemas, não bombeando mais água à residência. Por essa razão, ele e sua esposa resolveram ir para a casa de sua sogra, que fica na mesma rua.

Segundo o morador, por volta de 12:00 os vizinhos ligaram para ele e sua sogra para avisar que policiais haviam entrado em sua casa. Diante disso, o morador saiu imediatamente de seu trabalho, em uma serralheria em Nova Holanda, com o intuito, de impedir os policiais, demonstrando seu não consentimento. Sem êxito, ao chegar em casa logo sentiu o forte cheiro de fezes que saía do banheiro, deixado pelos agentes que lá adentraram. Subindo ao segundo andar, percebeu que os armários e

gavetas estavam totalmente revirados e quebrados e que o dinheiro que ele e sua esposa guardavam em casa, no total de R\$4200,00 (quatro mil e duzentos reais) havia sido roubado.

Por volta de 14:00 horas a sogra deste morador, veio à Redes da Maré para relatar que quando foi a casa de sua filha para verificar a situação do local, após a invasão da polícia, percebeu que os agentes haviam comido alimentos da geladeira, e que a televisão e a geladeira aparentavam estar queimadas, sendo certo que no dia anterior estavam funcionando normalmente.

Apesar disso, o morador não demonstrou interesse em nenhum movimento de responsabilização do Estado, pois teme represálias.



Janela arrombada do segundo andar.



Foto 1: Armário que continha o dinheiro todo revirado.
Foto 2: Vaso sanitário utilizado pelos agentes do BOPE.

O caso 1 e 2 foram relatados ao Plantão do Ministério Público, contudo, as famílias não quiseram realizar a identificação e dar prosseguimento à denúncia (Protocolo MPRJ 2025.00022989).

Caso 3: Invasão de domicílio e dano ao patrimônio

Durante a busca ativa na região do Parque União, a equipe encontrou com uma mulher (cis, parda) que relatou que policiais com cães (BAC) arrombaram sua porta, entraram em seu domicílio e, ao verificar que não havia nada suspeito, saíram.



Porta violada após invasão dos policiais.

Caso 4: Invasão de domicílio e dano ao patrimônio

Moradora relata que policiais com cães arrombaram a porta, quebraram o vidro e causaram danos em uma casa vizinha a sua. Este domicílio estava vazio e a referida moradora não soube informar quem é o dono deste outro imóvel.



Foto 1 e 2: Porta da residência destruída.

Caso 5: Dano ao patrimônio e Invasão de Estabelecimento Comercial

Durante a busca ativa na região do Parque União, a equipe encontrou com um morador que relatou que policiais entraram nas lojas que ele aluga, após arrombamento de 3 imóveis diferentes. Além disso, quebraram a tampa da cisterna que fica na entrada desta propriedade.

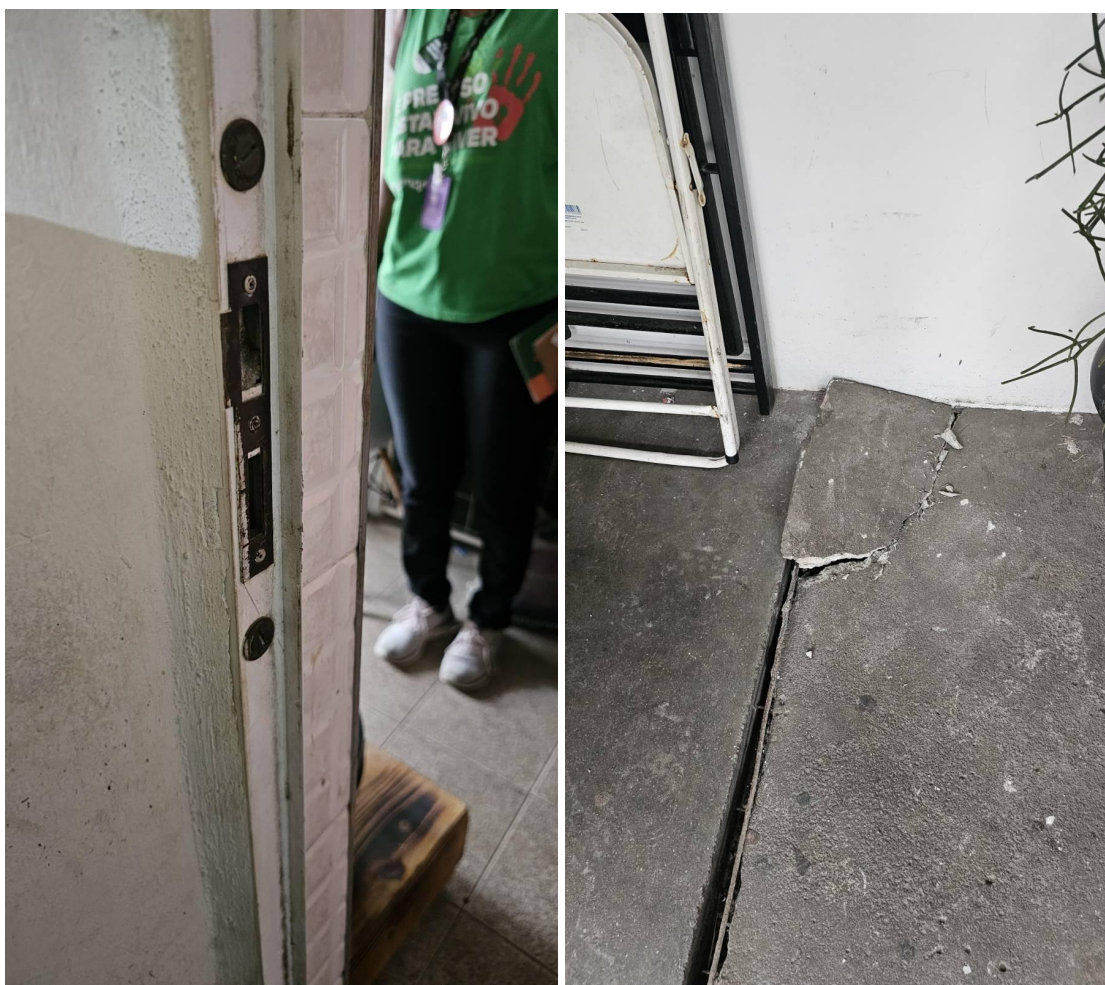


Foto 1: Fechadura da porta danificada com a invasão
Foto 2: Parte da tampa da cisterna quebrada.

Caso 6: Invasão de Domicílio

Durante a busca ativa na região da Nova Holanda, a equipe encontrou com algumas pessoas moradoras na rua que relataram que uma casa havia sido invadida por policiais cedo naquela manhã. Ao chegar no local indicado, a equipe chamou a moradora no portão, que logo atendeu. Esta moradora relatou que, por volta das 7:20, escutou um barulho vindo do corredor que dá acesso à sua porta. Quando abriu o vidro da janela da porta, viu um policial (BOPE) com um fuzil do lado de fora, apontando para o seu rosto. A moradora disse que tentou manter a calma e perguntou o que o agente queria. Ela conta que o policial abaixou a arma e perguntou se poderia entrar na casa em si (apesar de já ter passado pelo portão), tendo ela concordado logo em seguida e guiado o policial por sua residência.

O policial fez algumas perguntas, como com quem ela morava, se estava sozinha em casa, se havia alguma coisa escondida no local. A moradora relata que respondeu tudo, dizendo que a casa era de seu namorado, um trabalhador, e que ele havia saído mais cedo para o serviço e ela tinha ficado em casa. Mostrando inclusive o copo com o símbolo da empresa em que ele trabalha. A moradora contou que após isso, o policial pediu desculpas e saiu da residência.

A equipe perguntou por onde o policial havia entrado, já que o portão do prédio estava intacto, mas Ingrid não soube responder, somente especulou que eles haviam entrado pela laje. A equipe explicou como o trabalho da Redes funciona, mas a moradora informou não ter interesse na formalização de uma denúncia.

3.2 - Fatos ocorridos na Operação Policial de 13 de Janeiro de 2025, segunda-feira:

Na madrugada do dia 13 de janeiro de 2024, precisamente às 4h40, a Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro (PCERJ) e a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) deram início a uma operação conjunta nas favelas da Maré. Os territórios em que as polícias fizeram a incursão foram Parque União, Rubens Vaz, Nova Holanda e Parque Maré. Os batalhões, delegacias e equipes táticas que compuseram as forças de segurança do Estado foram a Delegacia de Repressão a Entorpecentes (DRE), o Departamento-Geral de Polícia da Capital (DGPC) e a Coordenadoria de Recursos Especiais (CORE), pela Polícia Civil. O Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE), o Batalhão de Ações com Cães (BAC) e o Batalhão de Polícia de Choque (BPChq), pela Polícia Militar.

A ação do dia fazia parte da chamada “Operação Torniquete”, iniciada em 2024, a qual já teve uma fase na Maré no dia 9 de dezembro daquele ano, além de outras etapas em outras favelas, como as do Complexo da Penha. Esta operação tinha como objetivo a repressão a organizações especializadas em roubos de veículos. Além disso, havia o objetivo de encontrar pessoas envolvidas no assalto a uma agência bancária em 2023. Simultaneamente, as forças do Estado realizavam a mesma operação no Morro dos Prazeres, no Fallet e no Fogueteiro.

As primeiras horas da ação na Maré apresentaram uma dinâmica silenciosa, sem fogos, bombas ou trocas de tiros. Os primeiros relatos vieram, em sua maioria, do Parque União, onde as forças policiais pareciam estar mais presentes. Mas havia agentes em Rubens Vaz, Nova Holanda e Parque Maré.

Por volta de 07h25 ocorreu a primeira denúncia de violação de direitos: segundo uma moradora, seu comércio teve o portão arrombado, em uma tentativa de

invasão a domicílio, seguida de violência verbal. Por volta das 10h00, surgiu a segunda denúncia, de uma invasão de domicílio, seguida de ameaça e coação, ocorrida na Nova Holanda. No mesmo momento e na mesma favela, foram ouvidos os primeiros tiros do dia. Entre 12h00 e 13h00, chegaram denúncias de invasão a domicílio por parte do BOPE em Rubens Vaz e no Tijolinho (Nova Holanda). Durante uma busca ativa, as equipes da Redes da Maré notaram que muitos policiais estavam com suas câmeras desligadas.

Por volta de 14h45, surgiram relatos de que policiais estavam de “tróia” próximo ao Muro da Real, no Parque Maré. Não foi possível confirmar as denúncias, porém poucos minutos após os relatos, iniciou-se uma dinâmica neste local que resultou em muitos tiros e tensão por aproximadamente uma hora. Ao mesmo tempo, moradores relataram tiros na Baixa do Sapateiro e no Morro do Timbau, tendo a situação de tensão e tiros durado por volta de 40 minutos. O que indica que os policiais avançaram para esta região. Pouco antes das 17h00, mais tiros foram registrados na Rua Teixeira Ribeiro, próximo à RITMA, no Parque Maré.

O alegado resultado do dia foi de 4 prisões efetuadas, 12 veículos foram recuperados e 30 kg de drogas foram apreendidas, de acordo com fontes da imprensa.⁶ Não houve mortes mas foram confirmadas pela equipe da Redes da Maré as seguintes violações: 3 invasões de domicílio, 1 invasão a estabelecimento comercial, 1 dano ao patrimônio, 1 caso de subtração de pertences, 1 caso de ameaça e um caso de coação.

O Estado ainda descumpriu a ADPF 635 nas seguintes medidas: operação próxima a unidades de saúde; realização da ação sem ambulância e sem equipes de saúde acompanhando; descumprimento da inviolabilidade de domicílio; e, embora os agentes estivessem portando câmeras, muitos estavam com os equipamentos desligados.

Em termos de impactos nos serviços públicos, houve o fechamento da Clínica da Família (CF) Jeremias Moraes da Silva, afetando 220 atendimentos no dia. E a CF Diniz Batista dos Santos suspendeu atividades externas. De impactos identificados no terceiro setor, o Luta Pela Paz suspendeu as atividades em sua sede/academia e o Instituto Vida Real suspendeu todas as suas atividades. Já na Redes da Maré, até o momento, três eixos cancelaram suas atividades, impactando 494 usuários.

2.2.1 – Relatos dos Casos de Violações de Direitos, em 13/01:

Caso 1: Dano ao Patrimônio e invasão de estabelecimento comercial

⁶ G1. “Polícia prende suspeitos de envolvimento em roubo a banco no Rio”. <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2025/01/13/operacao-torniquete-roubos.ghtml>>.

A equipe recebeu uma foto pelo Whatsapp de uma loja arrombada pela polícia, com o portão de ferro de correr quebrado. Não havia identificação do endereço do local, porém o telefone de contato estava indicado e identificando uma pessoa como possível dona do comércio.

A equipe entrou em contato pelo Whatsapp, mas não houve retorno. Será feito um novo contato pela manhã no dia 14/01.

A equipe entrou em contato por Whatsapp novamente dia 14/01, porém a resposta foi somente um emoji.



Porta da loja violada pela polícia

Caso 2: Invasão de Domicílio, Violência Psicológica e Ameaça

Durante o plantão de operação, por volta das 9h40 da manhã, a equipe recebeu a denúncia de uma moradora relatando que policiais estavam com uma

19

outra pessoa em casa sem permitir que a mesma saísse ou que alguém entrasse para acompanhar a jovem. A moradora que fez o relato contou que se aproximou do local às 9h quando viu policiais entrando na casa de uma vizinha sua. A moradora relatou para a equipe que não conhecia a moça, mas falou para os policiais na hora que a moradora era sua nora e que não poderiam mantê-la presa.

Após avaliar a ida ao local, a equipe foi até a casa indicada para entender o que estava acontecendo. Chegando lá, encontraram a moradora na esquina já falando que os policiais haviam ido embora. A equipe foi até a residência e conseguiu conversar com a dona da casa. Ela disse que estava sozinha quando os policiais entraram e que ficaram com ela por quase uma hora. Ao ser perguntada se eles haviam feito alguma coisa com ela, ela relata que estava bem e que eles não a agrediram fisicamente, mas fizeram muitas perguntas e a ameaçaram, dizendo que ela “precisava falar a verdade”. A equipe explicou sobre seu trabalho de acompanhamento e deixou o contato para caso a moradora precisasse.

Caso 3: Invasão de Domicílio

Um morador compareceu em demanda espontânea informando que teve sua casa invadida pelo BOPE/ PMERJ. Relatou que já havia sofrido furto e violência psicológica na operação do dia 10/01/2025 e que os mesmos agentes que retornaram a sua residência, nessa nova operação, em torno do meio-dia. Informa inicialmente que sua esposa estava sozinha em casa e ao tomar conhecimento da invasão entrou em sua residência com celular filmando a atuação dos policiais que se constrangeram e viraram seus rostos. Na filmagem é possível verificar que o colchão está fora do lugar, de pé, assim demonstrado que sua casa foi revirada, possivelmente em busca de novos valores ou objetos para furto. Os agentes, em seguida, foram embora.

Caso 4: Invasão de Domicílio

A equipe recebeu uma denúncia de invasão de domicílio através do presidente da associação de moradores de Rubens Vaz. Ao chegar no local, a equipe conversou com ele que disse ter recebido o relato de que policiais foram vistos tirando uma televisão, um ar condicionado e outros eletrodomésticos da casa em questão, após terem mandado a dona da residência sair.

A equipe foi até a casa informada e, chegando lá, foi surpreendida por dois policiais que ainda estavam na residência. Os agentes abriram a janela da frente e perguntaram o que a equipe queria. A equipe respondeu que estava ali no local pois havia recebido um pedido de auxílio diretamente do presidente da associação de

moradores, de quem estavam acompanhados no momento, e que só ia até os locais nos quais os moradores solicitaram algum auxílio. Os policiais então perguntaram, com um tom de voz elevado, quem a equipe estava ajudando naquele momento, já que eles não estavam fazendo nada, só ocupando uma casa que estava vazia; também falaram que “era esquisito ninguém saber quem morava ali, nem o vizinho da frente que morava ali há mais de 30 anos”. Após esse diálogo e a constatação de que não haviam moradores na casa naquele instante, a equipe foi embora do local, mas pediu ao presidente da associação de Rubens Vaz que avisasse caso a pessoa dona da casa precisasse de algo.

Para esclarecer a situação, a equipe retornou ao local no dia seguinte e encontrou uma das moradoras do prédio, a qual contou para a equipe que a casa invadida não tinha sido a sua, mas a da vizinha ao lado. Esta mesma moradora relatou que essa não foi a primeira vez que entraram na casa de sua vizinha, mas a mesma não morava mais lá, só visitava a casa de vez em quando. Contou também que tanto na operação do dia anterior como em outras, policiais levaram coisas dessa casa.

Esta moradora relatou que ficou muito abalada pelo ocorrido, então foi encaminhada para o acolhimento pela RAAVE, além de agendar atendimento na Redes da Maré para uma escuta mais qualificada,

Caso 5: Invasão de Domicílio

Um morador (um homem cis, branco, de 70 anos), relatou à equipe durante busca ativa que, por volta das 8h da manhã durante a operação do dia 13/01, um policial (não soube identificar o tipo) entrou no quintal da sua residência e pediu para entrar em sua casa. O morador contou que permitiu, então o policial foi até a sua cozinha, mas saiu rápido dizendo que estava tudo certo.

A equipe conversou com o morador sobre a abordagem e o acolheu rapidamente. A princípio o morador não havia entendido a ação como uma violação, mas trouxe o desconforto de ter um agente armado em sua casa. A equipe se colocou à disposição para caso o morador precise de algo futuramente.

Embora o morador tenha consentido, é necessário considerar o fato de se tratar de um agente armado com um fuzil em um ambiente em que o morador está mais vulnerável a violações caso se negue a aceitar o pedido de entrada. Existe um impacto psicológico expresso no medo. Há de se considerar também que o agente invadiu o quintal do homem sem seu conhecimento e consentimento.

3.3 - Fatos ocorridos na Operação Policial de 17 de Janeiro de 2025, sexta-feira:

Por volta das 15h20 da tarde de sexta-feira, 17 de janeiro, moradores relataram tiros e helicóptero sobrevoando a região do Conjunto Esperança, Vila do João e Pinheiro. Também relatam presença de blindado na entrada da Vila do João. Constantes relatos de correria e registros de tiro são recebidos desde a Vila do João até o Pinheiro, passando pelo Salsa e Merengue. Moradores expressaram indignação, em mensagens de texto, devido à presença de crianças brincando na rua durante os tiroteios. Houve relatos em grupos de mensagens instantâneas a respeito de práticas de acolhimento por parte dos moradores: uma pessoa afirmou estar abrigada com mais 8 moradores em um estabelecimento.

Circulou a informação em grupos de mensagens instantâneas de que estavam sendo usados pela Polícia Civil três blindados e dois helicópteros. Um vídeo registra o momento de uma pessoa ao chão, tendo seu carro revistado pela polícia, na entrada da Vila do João próximo à passarela 6 da Avenida Brasil.

A ação contou com a presença da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro (PCERJ) e da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ). A PCERJ esteve representada pela Coordenadoria de Recursos Especiais (CORE), pela Delegacia de Repressão a Entorpecentes (DRE), pela Delegacia de Repressão a Roubos de Cargas (DRFC) e pela 21ª DP. A PMERJ esteve representada pelo 22º Batalhão. A operação de caráter emergencial foi motivada, de acordo com a assessoria de imprensa da Polícia Civil, pela repressão ao roubo de cargas e para localizar uma viatura da polícia que havia sido clonada. Segundo a mesma nota da PCERJ, a ação fez parte da Operação Torniquete.

Durante a operação policial, moradores relataram que os transformadores que fornecem energia elétrica foram atingidos por disparos de arma de fogo, e que os tiros foram disparados de forma proposital pelos agentes de segurança. A operação ocorreu sem a presença de ambulância e equipes de saúde; e foi realizada próxima a escolas e unidades básicas de saúde.

Como resultado, duas pessoas foram presas, drogas foram apreendidas e houve recuperação de carga, segundo nota da PCERJ. A quantidade das apreensões não foi divulgada. A ação englobou os territórios do Conjunto Esperança, do Salsa e Merengue, da Vila do João, da Vila do Pinheiro e do Conjunto Pinheiros. Durou cerca de três horas, sendo concluídas às 18h00. Não houve registro de violações.

3.4 - Fatos ocorridos na Operação Policial de 29 de Janeiro de 2025, quarta-feira:

A operação de 29 de janeiro começou às 4h20 da manhã com relatos de moradores afirmando ouvir tiros na altura do Morro do Timbau, Vila do João e Vila do

Pinheiro. Logo nos primeiros minutos da operação, agentes são vistos andando a pé pelos acessos da Maré. Um vídeo circulou em grupos de mensagem mostrando um pequeno incêndio causado na calçada do Conjunto Esperança. Outro vídeo de um passageiro mostra a Avenida Brasil com tráfego interrompido para a entrada dos policiais. Tiros também são ouvidos na Baixa do Sapateiro enquanto é registrada a presença de um blindado na rua São Salvador, no Morro do Timbau. Outro blindado também foi encontrado na entrada da Vila do Pinheiro e na Ladeira 1, na Baixa do Sapateiro.

Entre 4h30 e 4h40 da manhã, um morador relatou ter sido acordado por policiais de fuzil e lanterna com farda camuflada verde. Fizeram algumas perguntas e depois passaram para outras residências do prédio. Às 5h24 da manhã circula um vídeo da rua Oliveira, Morro do Timbau, onde agentes são vistos entrando numa casa. Em seguida, outro foco de incêndio é registrado, dessa vez na Baixa do Sapateiro, em frente ao CIEP Operário Vicente Mariano. Momentos depois, policiais são vistos a pé pela Vila do João, nas fábricas, nos containers e revistando caminhões. Há blindados na rua João Magalhães e no acesso ao Conjunto Esperança.

Por volta de 8h, cerca de 10 policiais são vistos saindo de um prédio na Rua Alabama. Na esquina, havia um blindado cercado de agentes a pé. Não foram identificadas câmeras corporais em suas fardas. Em seguida, a equipe recebeu a denúncia de um morador desse prédio, afirmando que policiais haviam entrado na sua residência com chave inglesa, o mesmo também foi acordado com o fuzil na cara. Cerca de 8h30, policiais entram numa casa e levam uma pessoa algemada. A família procurou pela pessoa nas delegacias e teve informação negada pelos servidores. Por volta do meio-dia, a mãe e a esposa do custodiado entraram em contato com a Redes pedindo ajuda para encontrá-lo.

Às 9h da manhã, agentes da RECOM são vistos entrando a pé na Baixa do Sapateiro, pela Avenida Brasil. Entre 9h e 11h da manhã, chegaram inúmeros relatos de picapes, blindados e viaturas acompanhadas de guinchos rebocando carros pela Vila do Pinheiro. Após às 11h, um morador relatou em grupo de mensagens instantâneas, que policiais estavam coagindo moradores a mostrarem os celulares, afirmando que aqueles que se recusassem iriam “entrar na madeira”. Em seguida, são compartilhados áudios onde pode-se ouvir uma pessoa apanhando e outra ordenando que fique de joelhos. Mais próximo do meio-dia, surge um relato de que policiais estavam invadindo casas no Pinheiro, exigindo que moradores apresentassem nota fiscal de eletrodomésticos, como televisões e geladeiras. Perto de 12h30, uma moradora relata que no Morro do Timbau, próximo ao William Lances, há um carro quebrado e policiais revistando o local.

A operação segue silenciosamente até cerca de 15h, quando começa a surgir boatos de que a operação chegou ao fim. A equipe da Redes da Maré vai a campo e não percebe a presença de policiais no território. A polícia militar não responde os e-mails sobre os resultados e/ou confirmação do fim da operação.

O plantão de operação da Redes da Maré foi encerrado, porém, por volta das 16h30 houve registro de tiros no Morro do Timbau. Até as 16h45 os tiros continuavam. Enquanto isso, a população seguia sem energia elétrica. O que vem sendo uma prática contínua desde a operação emergencial anterior, em 17 de janeiro, é atingir transformadores com armas de fogo para deixar os moradores sem acesso à energia elétrica.

Os moradores relatam que os tiros ouvidos se tratavam de tróia, uma prática da polícia se esconder no território para agir de surpresa. Nesta ação, há a presença de blindados, diversas picapes foram registradas entrando pelo acesso da passarela 7, Escola Bahia, e policiais de farda camuflada foram vistos circulando pelo Morro do Timbau. Na ocasião, uma pessoa foi assassinada. O corpo foi localizado através de vídeo gravado na esquina da Rua Capitão Carlos com Guilherme Frota. A pessoa morta foi identificada como Careca, um homem pardo. Outra pessoa que aparentemente tentou socorrer a vítima, foi atingida e saiu ferida. Há relatos de que a pessoa ferida era menor de idade. Ambos foram levados por um blindado da Polícia Militar – posteriormente verificamos que foram levados ao Hospital Federal de Bonsucesso.

Como resultado da operação, consta que 4 pessoas foram presas e 15 carros, 4 motocicletas, 4 pistolas, 2 réplicas de pistolas, 4 fuzis, carregadores, rádios transmissores foram apreendidos (fonte: X da PMERJ).⁷

Em termos de impacto à população, a operação em questão contabiliza as seguintes violações diretas: 1 pessoa morta, 1 ferida, 3 casos de dano ao patrimônio, 4 de invasão de domicílio, 1 caso de ameaça e 1 desaparecimento temporário. Indiretamente, moradores foram impactados com o fechamento das Clínicas da Família (CF) Jeremias Moraes da Silva, Augusto Boal e Adib Jatene, e também do Centro Municipal de Saúde (CMS) Vila do João. Ao todo, 814 moradores ficaram sem atendimento em saúde. Registrou-se também o fechamento da Vila Olímpica Seu Amaro e da Cozinha Comunitária Frente Carioca, impactando a entrega de alimentos para 280 pessoas. No Terceiro Setor, o Luta Pela Paz suspendeu todas as atividades na academia, enquanto o Instituto Vida Real também cancelou suas atividades. A Redes da Maré sofreu com os impactos sobre suas atividades e 20 usuários foram prejudicados.

⁷ Apreensões de 29 de janeiro de 2025: <<https://x.com/PMERJ/status/1884673642597879966>> e <<https://x.com/PMERJ/status/1884560481911767051>>.

No que se refere aos Descumprimentos da ADPF, a operação aconteceu próximo a escolas e unidades de saúde; sem a presença de ambulância e equipes de saúde; grande parte do contingente policial estava sem câmera nas fardas (todas as tropas, exceto o BTM); houve descumprimento de inviolabilidade de domicílio.

Devido às assessorias das polícias não responderem aos pedidos de esclarecimento, a fonte que existe a respeito da operação é a partir das notícias de jornais. Segundo a mídia, esta foi uma ação conjunta com a Secretaria de Segurança Pública do Espírito Santo, chamada Conexão Perdida. A incursão tinha como objetivo atingir integrantes do Terceiro Comando Puro, do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, contra crimes de extorsão e lavagem de dinheiro.⁸ Na ação, foi registrada a presença de uma polícia com uma faixa verde e outra vermelha no braço, que aparentemente não são agentes de segurança do Estado do Rio de Janeiro. A família que buscou ajuda da Redes da Maré para encontrar o parente custodiado, por exemplo, afirmou que a polícia que o levou se apresentou como “polícia civil do Espírito Santo”.

3.4.1 – Relatos dos Casos de Violações de Direitos, em 29/01:

Caso 1: Desaparecimento Temporário

A equipe da Redes da Maré recebeu um telefonema na linha fixa da instituição durante o final da manhã, de uma moradora, a respeito de uma invasão de domicílio. De acordo com relato da moradora, por volta das 8:30 da manhã policiais entraram em sua casa e levaram em custódia seu companheiro, identificado como um homem cis, pardo de 34 anos. A moradora informou que já havia ido até as delegacias da região, mas ninguém sabia o paradeiro de seu companheiro ou qualquer informação sobre o caso.

A equipe entrou em contato com a moradora no início da tarde para entender melhor a situação e saber de qual forma seria possível auxiliar. De acordo com ela, cerca de 10 agentes, que se identificaram como policiais civis do Estado do Espírito Santo, estavam na casa durante o ocorrido. A moradora relatou que quando os policiais a viram chorando, falaram que “iriam dar um soco no seu rosto e no rosto da sua mãe”. A moradora também informou que, até aquele momento, seu companheiro não havia sido encontrado. A equipe orientou que a família fosse até a cadeia pública de Benfica para tentar obter informações sobre seu paradeiro e atualizassem o

⁸ G1, Globo. “Operação na Maré mira traficantes do ES que movimentaram R\$ 40 milhões em um ano; 5 são presos”. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2025/01/29/forcas-de-seguranca-fazem-operacao-no-complexo-da-mare.ghtml>>. Acesso em 29 jan. 2025.

status do caso. Foi feita uma denúncia no Plantão do MP, gerando o protocolo de atendimento 2025.00085231.

Algumas horas depois, a equipe entrou em contato novamente com a moradora e foi informada que seu companheiro havia sido encontrado na Cidade da Polícia e estava custodiado no local.

A equipe se colocou à disposição da família, que após descobrir o paradeiro do companheiro desaparecido pediu orientações sobre como acessar a Defensoria Pública, tendo a equipe dado informações sobre como acessar o órgão e informado sobre o atendimento no Defensoria em Ação. Porém, no dia seguinte, a família parou de responder a equipe.

Caso 2: Violência Verbal e Ameaça contra duas pessoas

Ainda em relação à moradora cujo companheiro foi desaparecido temporariamente e levado para a Cidade da Polícia, é de se registrar seu relato de ter sofrido, ela e sua mãe, violência verbal e ameaças. De acordo com esta moradora, cerca de 10 agentes, que se identificaram como policiais civis do Estado do Espírito Santo, estavam na casa durante o ocorrido. A moradora relatou que quando os policiais a viram chorando, falaram que “iriam dar um soco no seu rosto e no rosto da sua mãe”, uma mulher cis, parda, de 61 anos de idade.

A equipe informou à moradora sobre o trabalho da Redes da Maré de monitoramento das violações e acompanhamento sociojurídico e psicossocial para pessoas vitimadas, deixando a possibilidade de um acolhimento presencial disponível, caso a família desejasse.

Caso 3: Morte com indícios de execução

Por volta das 16h40, moradores relataram através de grupos de Whatsapp que dois homens foram alvejados por disparos efetuados por policiais no Morro do Timbau. Os relatos apontam que nesse horário já não havia mais a circulação de policiais a pé e nem dos veículos blindados e que muito embora estivesse chovendo, a rua estava voltando a ter uma circulação normal de pessoas.

A equipe foi até o local para entender melhor a dinâmica do ocorrido e tentar conseguir informações sobre as pessoas alvejadas e/ou seus familiares. Chegando ao local, a equipe conseguiu falar com alguns moradores que haviam visto parte do ocorrido e sabiam um pouco sobre a dinâmica desde o seu início. De acordo com os moradores que estavam no local, um homem cis, branco, faixa etária entre 50 e 54 anos, foi alvejado na esquina das Ruas João de Magalhães e Capitão Carlos, tendo já

caído sem vida no chão. Na sequência, foram ouvidos muitos disparos, que, segundo os moradores, foram feitos em direção à esquina onde estava o corpo dessa pessoa, para que ninguém fosse ao local para socorrê-la.

Já sobre a dinâmica do segundo baleado, um jovem que os moradores relataram ser menor de idade, havia descido de um dos prédios para socorrer a pessoa que havia sido alvejada. Os moradores falaram que, ao sair do prédio, o jovem foi alvejado e ficou ferido na calçada. Os moradores relataram que os policiais que efetuaram o disparo estavam fardados com um uniforme verde camuflado e possuíam uma bandana verde fluorescente amarrada no braço.

Cerca de 20 minutos depois um blindado foi até o local e os policiais colocaram o corpo da pessoa que foi executada no veículo e em seguida perguntaram para o outro ferido “se ele já havia visto milagre”, então ordenaram que ele andasse e também entrasse no veículo blindado. Os moradores relatam que não havia circulação de policiais nas ruas e suspeitam que eles estavam de “tróia” em algum edifício.

No dia seguinte, a equipe foi até o Hospital Federal de Bonsucesso após saber se os feridos haviam sido levados para lá pelo veículo blindado no dia anterior. A equipe conversou com o técnico do necrotério e ele confirmou que haviam chegado duas pessoas ao hospital na tarde anterior. Uma delas, um homem adulto sem identificação, já chegou em óbito e foi encaminhado para o IML às 21:22. Como ninguém da família apareceu para identificar o corpo, ele foi levado para o IML sem qualquer identificação. O outro, um rapaz jovem, chegou com vida e foi encaminhado para a sala de cirurgia ontem a noite mesmo. Em conversa com a equipe social responsável pela emergência, a equipe soube que o rapaz permanecia não identificado, não tendo sido atendido ainda pela equipe social. As técnicas informaram que como não existe serviço social noturno na unidade, não houve a possibilidade de conversa com o mesmo, então ele só estava sob cuidados médicos nesse momento.

A equipe entrou em contato com o serviço social nos dias seguintes, mas não houve retorno.

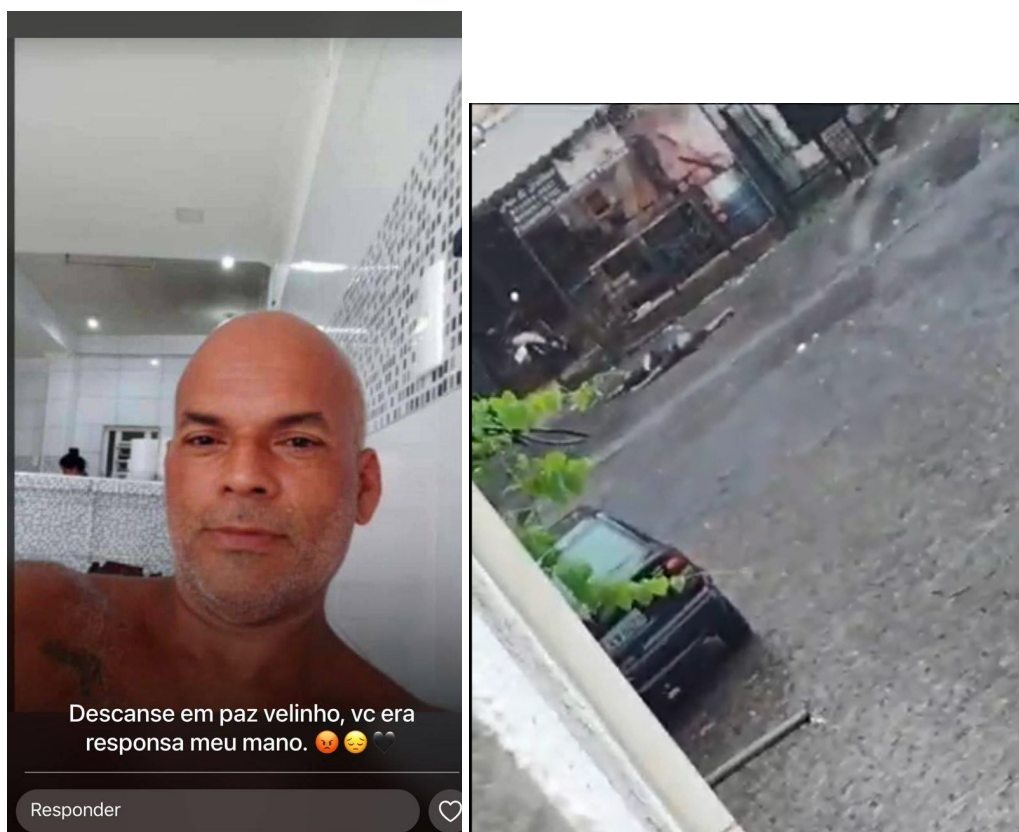


Foto 1: Homem executado na ação

Foto 2: Frame de vídeo que mostra a vítima no chão baleada.

Caso 4: Perfuração por Arma de Fogo

Por volta das 16h40, moradores relataram através de grupos de Whatsapp que dois homens foram alvejados por disparos efetuados por policiais no Morro do Timbau.

A equipe foi até o local para entender melhor a dinâmica do ocorrido e tentar conseguir informações sobre as pessoas alvejadas e/ou seus familiares. Chegando ao local, a equipe conseguiu falar com alguns moradores que haviam visto parte do ocorrido e sabiam um pouco sobre a dinâmica desde o seu início.

O homem baleado, um jovem que os moradores relataram ser menor de idade, havia descido de um dos prédios para socorrer a pessoa que havia sido alvejada. Os moradores falaram que, ao sair do prédio, o jovem foi alvejado e ficou ferido na calçada. Os moradores relataram que os policiais que efetuaram o disparo estavam fardados com um uniforme verde camuflado e possuíam uma bandana verde fluorescente amarrada no braço.

Cerca de 20 minutos depois um blindado foi até o local e os policiais colocaram o corpo da pessoa que foi executada no veículo e em seguida perguntaram para o outro ferido “se ele já havia visto milagre”, então ordenaram que ele andasse e também entrasse no veículo blindado. Os moradores relatam que não havia circulação de policiais nas ruas e suspeitam que eles estavam de “tróia” em algum edifício.

No dia seguinte, a equipe foi até o Hospital Federal de Bonsucesso após saber se os feridos haviam sido levados para lá pelo veículo blindado no dia anterior. A equipe conversou com o técnico do necrotério e ele confirmou que haviam chegado duas pessoas ao hospital na tarde anterior. O rapaz jovem chegou com vida e foi encaminhado para a sala de cirurgia ontem a noite mesmo. Em conversa com a equipe social responsável pela emergência, a equipe soube que o rapaz permanece não identificado, não tendo sido atendido ainda pela equipe social. As técnicas informaram que como não existe serviço social noturno na unidade, não houve a possibilidade de conversa com o usuário, então ele só estava sob cuidados médicos nesse momento.

A equipe entrou em contato com o serviço social nos dias seguintes, mas não houve retorno.

Caso 5: Invasão de Domicílio

Morador, homem cis, preto, bissexual, de 30 anos de idade, entrou em contato com a equipe da Redes da Maré pelo Whatsapp para informar que sua casa havia sido invadida por policiais durante o início da operação daquele dia. O morador relata que acordou por volta das 4:30 da manhã com alguns policiais de farda verde apontando lanternas e fuzis em direção ao seu rosto, dentro de sua casa. O morador relata que eles fizeram algumas perguntas e depois saíram da casa, indo em direção aos imóveis vizinhos.

A equipe informou ao morador o trabalho de monitoramento das violações e acompanhamento sociojurídico e psicossocial para pessoas vitimadas, deixando o serviço disponível caso quisesse.

Caso 6: Invasão de Domicílio

Morador, pardo, de 25 anos de idade, entrou em contato com a equipe da Redes da Maré pelo Whatsapp para informar que sua casa havia sido invadida por policiais durante o início da operação daquele dia. O morador contou que policiais entraram em sua casa por volta das 8h da manhã, fazendo uso de uma chave inglesa para abrir a porta. O mesmo relatou à equipe que os policiais (BOPE, identificados pela farda) reviraram sua casa durante a revista, indo embora logo em seguida.

A equipe informou ao morador o trabalho de monitoramento das violações e acompanhamento sociojurídico e psicossocial para pessoas vitimadas, deixando o serviço disponível caso quisesse.

4 - Relatos das Operações Policiais de Fevereiro de 2025

4.1 - Fatos ocorridos na Operação Policial de 06 de Fevereiro de 2025, quinta-feira:

Na madrugada desta quinta-feira, 6 de fevereiro de 2025, uma nova operação policial teve início no Conjunto de Favelas da Maré, mobilizando diversas forças de segurança. Os primeiros registros surgiram pouco depois das 5h30, quando moradores relataram nos grupos de mensagens instantâneas, explosões e o avanço de um blindado pela Rua Teixeira Ribeiro, no Parque Maré. Poucos minutos depois, um helicóptero voava baixo entre o Sem Terra e a Nova Holanda, enquanto tiros eram ouvidos próximos ao Parque União.

No decorrer da manhã, a presença policial se intensificava. Às 5h50 da manhã, um blindado da CORE foi visto na Nova Holanda, enquanto cinco viaturas da Polícia Civil estavam posicionadas no posto Petrobrás, na Avenida Brasil. Às 6h30, os residentes compartilharam por grupos de mensagens instantâneas um vídeo que mostrava o Agente do Estado arrombando e invadindo uma loja.⁹

Na entrada da Rubens Vaz, o número de agentes aumentava, e relatos de um morador através de um grupo de mensagens de moradores dava conta da forte movimentação dos agentes policiais nas ruas internas da comunidade. Por volta das 7h, grupos de policiais seguiam a pé pela Rua do Canal e pela Jorge Luiz, na Nova

⁹ Vídeo:

<https://drive.google.com/file/d/1vu0AeCRioXcAPMBQ9LFfyXC6oq3L8bNh/view?usp=sharing>.

Holanda. No Parque União, agentes da DRE e da CORE avançavam por becos e vielas, enquanto viaturas e reboques se acumulavam na entrada da Rua Teixeira Ribeiro. Às 8h30, um blindado da CORE estava posicionado em frente ao Beco do Chaveiro, enquanto outras três viaturas da DRFA circulavam pela mesma região.

A operação seguiu pela manhã com movimentação constante de agentes. Por volta das 9h, a equipe da Redes da Maré fez uma ronda para avaliar o movimento na área. Apenas um policial foi visto com câmera. Também foi visto a apreensão de veículos e abordagens a transeuntes. Às 9h42, um blindado foi visto na esquina da Rua Sargento Silva Nunes com a Rua Principal, na Nova Holanda. No total, 33 viaturas da Polícia Civil foram contabilizadas nos acessos da Avenida Brasil à Maré.

Pouco antes do meio-dia, tiros voltaram a ser registrados na Rua Teixeira Ribeiro. A operação, que mobilizou um grande número de policiais, ocorreu no dia em que o Supremo Tribunal Federal deveria emitir decisão sobre a ADPF 635. E o Estado voltou a descumprir as medidas da mesma ADPF ao realizar a operação próximo a escolas e postos de saúde; com ausência de câmeras nas fardas da maioria dos agentes presentes na operação, com descumprimento de inviolabilidade de estabelecimento comercial e com ausência de ambulância e equipe de saúde.

O impacto da operação também foi sentido nos serviços públicos. A Clínica da Família Jeremias Moraes da Silva teve seu funcionamento interrompido, resultando na suspensão de 219 atendimentos ao longo do dia. A Clínica da Família Diniz Batista dos Santos, por sua vez, cancelou as atividades externas no território, como visitas domiciliares. A CF Diniz Batista dos Santos manteve o atendimento mas as atividades externas realizadas no território, como as visitas domiciliares, foram suspensas. No setor educacional, duas escolas da rede estadual foram fechadas, afetando cerca de 1.400 estudantes, que tiveram suas aulas interrompidas devido à insegurança na região.

Esta ação, que foi a quinta do ano, fez parte da segunda fase da Operação Torniquete, que tem como alvo as redes ilícitas envolvidas em roubos de cargas e de veículos. Neste dia, também foram realizadas operações na Ilha do Governador, em outros pontos da Baixada Fluminense e em outros estados da federação, como Ceará, Bahia, Goiás e Santa Catarina. Além da repressão a esta prática ilícita, o objetivo também era cumprir 74 mandados de prisão e busca e apreensão em todas as localidades citadas. Na Maré, um número ainda não informado pela polícia de automóveis foi apreendido e uma pessoa foi presa.

4.1.1 - Relatos dos Casos de Violações de Direitos, em 06/02:

Caso 1: Invasão de Estabelecimento Comercial e Dano ao Patrimônio

Durante a busca ativa, no curso da operação, a equipe da Redes da Maré conversou com moradores. Um homem (cis, pardo, de 72 anos) relatou sobre a invasão no seu estabelecimento comercial, uma loja de material escolar, xerox e plastificação. Ele contou que houve danos ao patrimônio, com prejuízo de R\$500,00 no conserto da porta danificada pelo arrombamento feito pelos policiais. Ele falou com os policiais “você trabalham para a minha segurança ou para me roubar?”.

Além disso, ele relatou que fatura em média 100 e 150 reais por dia neste comércio e, portanto, deixou de lucrar neste dia porque teve redução da clientela, devido a operação policial.



Frame de vídeo que mostra o momento da invasão à loja.

4.2 - Fatos ocorridos na Operação Policial de 21 de Fevereiro de 2025, sexta-feira:

Nesta sexta-feira, dia 21 de fevereiro, por volta das 5h45 da manhã, o Conjunto de Favelas da Maré amanheceu mais uma vez com tiros na região do Conjunto Esperança e Vila do João. A ação foi liderada pela Coordenadoria de Recursos Especiais (CORE) em apoio à Polícia Civil do Espírito Santo.

Às 05h54, relatos de moradores indicaram a presença da CORE e a circulação de dois caveirões entre a Vila do João e o Conjunto Esperança. O tiroteio se intensificou ao longo da manhã, com registros de tiros na Vila do João, no Conjunto Esperança, na Vila do Pinheiro e no Salsa e Merengue.

Por volta das 7h, duas moradoras relataram que disparos atingiram residências na Vila do João, danificando objetos dentro das casas. Às 7h54, a imprensa anunciou o encerramento da operação, que teria sido realizada em conjunto com a polícia do Espírito Santo.

Pouco depois das 10h, chegou a confirmação de que um homem negro de 28 anos havia dado entrada na UPA da Vila do João em óbito, possivelmente em decorrência da ação. Durante a busca ativa na região da operação (Frenteira, Rua do Canal e Projetada C), foi possível obter mais evidências sobre as dinâmicas de trocas de tiros. A equipe encontrou cápsulas de munição na Rua Projetada D em frente ao número 105.

Também não foi possível mapear as informações sobre cumprimentos e descumprimentos da ADPF 635, em relação ao uso de câmeras e à presença de ambulâncias, uma vez que esse registro é feito por observação e quando a operação chegou ao fim, não havia pesquisadores no campo para realizar as observações. Os descumprimentos confirmados são a realização próxima a escolas e unidades de saúde e a perícia de local não realizada no caso de uma morte.

4.2.1 - Relatos dos Casos de Violações de Direitos, em 21/02:

Caso 1: Morte

A equipe recebeu a informação de que uma mulher que havia sido baleada durante a operação estava na UPA Maré, então foi até o local confirmar a informação. Chegando lá, conversaram com a assistente social do plantão para entender a situação, descobrindo que não havia nenhuma mulher na unidade, mas sim um homem (cis, preto de 28 anos), que havia chegado de manhã, já em óbito vítima de disparo de arma de fogo.

A assistente social relatou que a família do rapaz havia passado na unidade de manhã cedo, mas já havia ido embora. Um funcionário do setor administrativo se prontificou a repassar o endereço da família da vítima, entendendo a complexidade da situação e a necessidade de apoio institucional.

Chegando na casa da família vitimada, a equipe foi recebida pela companheira e mãe do filho de 3 anos da vítima, e sua mãe e sogra da vítima. A companheira do falecido confirmou as informações passadas pelos profissionais da UPA,

complementando que o homem vitimado era natural do Maranhão e tinha vindo para o Rio com a irmã, anos atrás.

A companheira da vítima informou à equipe que estava esperando a irmã da vítima chegar de São Paulo para poder seguir com os procedimentos de sepultamento do companheiro, já que ela era a única familiar do rapaz na cidade do Rio. A moradora combinou com a equipe de entrar em contato quando a UPA informasse a liberação do corpo e quando a irmã da vítima chegasse na cidade, para poder seguir com os procedimentos do sepultamento.

Durante a tarde, às 14h, a companheira da vítima foi até o prédio da Redes da Maré na Vila dos Pinheiros acompanhada da cunhada para sanar algumas dúvidas. A cunhada perguntou se seria possível fazer uma união estável entre o irmão e a companheira, para que a mesma pudesse resolver as questões envolvendo o reconhecimento e liberação do corpo o mais rápido possível. A irmã da vítima informou que está foragida, portanto não poderia ficar de frente em nada. A equipe informou que a união estável só seria possível na modalidade de pós morte, mas que não seria um processo rápido.



Marcas de sangue e cápsulas de munição indicando onde pode ter acontecido o homicídio. Segundo relatos de moradores da região, ocorreu nesta localidade.

Caso 2: Dano ao Patrimônio

Vídeo¹⁰ circulando em grupos de Whatsapp mostram um tiro que perfurou a casa de uma mulher na Vila do João. Na imagem, mostra que a bala acertou a televisão da mulher. No vídeo, a marca do buraco na parede, da perfuração, aparece próxima ao uniforme escolar do filho. No vídeo, não há referência de endereço ou

¹⁰ Vídeo Vila do João:

https://drive.google.com/file/d/1236m98Uxr5dZl_9hEt-k6ABP0AArYyx1/view?usp=sharing.

contato da vítima, portanto, não foi possível marcar um encontro para entender os detalhes do caso.



Foto 1: Frame do vídeo que mostra a perfuração na parede da sala da vítima.

Foto 2: Frame do vídeo que mostra a perfuração no aparelho de televisão da vítima.

Caso 3: Dano ao Patrimônio

Vídeo circulando em grupos de Whatsapp e páginas da Maré mostra um tiro que perfurou a casa de um morador do Salsa e Merengue.¹¹

5 - Relatos das Operações Policiais de Março de 2025

¹¹ Vídeo Salsa e Merengue:

<https://drive.google.com/file/d/11s3pckXL40TCzVNHM0mH12BgnptOxgQx/view?usp=sharing>.

5.1 - Fatos ocorridos na Operação Policial entre 12 e 13 de Março de 2025, quarta e quinta-feira:

Na noite de quarta-feira, dia 12 de março, surgiram os primeiros relatos em grupos de whatsapp da ocorrência de tiros sendo ouvidos desde a Vila do João, moradores se perguntavam o que estava acontecendo. Os relatos de tiros sendo ouvidos em outros lugares seguem, desta vez no Salsa e Merengue e Vila do Pinheiro. Logo veio a confirmação de que os disparos tinham sido próximos à Linha Vermelha, na altura da Vila do Pinheiro e que os tiros tinham sido disparados a partir da via expressa para dentro da Maré. Por volta da meia-noite moradores relataram a presença de policiais dentro da favela, especificamente no Salsa e Merengue. Tiros continuam sendo ouvidos na Vila do João e na região do Parque Ecológico da Vila do Pinheiro.

Conforme a ação foi adentrando a noite, surgiram rumores na tentativa de justificar a ocorrência. Uma pessoa afirma que foi um coletivo de pessoas dos grupos armados indo para o Caju que bateu de frente com os policiais, gerando o tiroteio. Os registros de tiro permanecem. Por volta da meia-noite, foi relatada a entrada de dois blindados na Maré. Já passava da 1h da manhã quando agentes com farda camuflada são vistos andando a pé na Avenida Brasil, próximo à passarela da Fiocruz, na entrada do Conjunto Esperança. O Conjunto Esperança passa a ter registros de tiro e em seguida entra um blindado. Em concomitância a isso, uma barricada é incendiada no Pinheiro.

Por volta da 1h30 da manhã começam a aparecer os primeiros registros de vítimas dos disparos. Primeiro, circula um vídeo de um cavalo que havia sido baleado próximo à Seletiva. Em seguida, um vídeo que mostra um homem sendo levado em um carrinho de mão por uma rua, aparenta estar baleado na perna direita.¹² Houve relatos de que foi na Via B1, na Vila do Pinheiro. Outro morador afirmou ser na Travessa 26, em frente ao Mineiro Material de Construção. Após às 3h da manhã aparece uma segunda pessoa baleada, não identificada. O homem baleado na perna foi levado para o pronto-socorro e o estado é estável.

Às 4h da manhã a Avenida Brasil é fechada nos dois sentidos. Tiros continuam sendo registrados no interior da favela, seguidos de vídeos sobre a circulação dos blindados. Às 6h, foi identificada a presença do BOPE na entrada da Vila do João. Moradores ouvem gritos vindo da região da Mata no Pinheiro. Um morador relata que a polícia está no Pontilhão, um homem foi revistado quando estava indo trabalhar e foi mandado voltar para casa pela polícia. Aproxima-se das 7h da manhã quando a

¹² Vídeo:

<https://drive.google.com/file/d/18zZG4vHomH3dz9TnByC0OjMA7KVq-Xu2/view?usp=sharing>.

polícia foi vista no Morro do Timbau. Segundo o Bom Dia RJ, da TV Globo, agentes do BOPE e do 22ª BPM estavam na operação. Segundo noticiado, uma das pessoas baleadas foi levada para o Hospital Municipal Evandro Freire, mas veio à óbito. Armas e munições teriam sido apreendidas. Além disso, blocos de concreto estariam sendo instalados nos acessos às favelas para dificultar a passagem de veículos, as chamadas “barreiras de velocidade”. O jornal confirma que a operação começou no meio da noite devido a uma troca de tiros ocorrida próximo a uma embarcação em um píer na Linha Vermelha.¹³

Por volta das 9h da manhã apareceram os primeiros relatos de invasão de domicílio, desta vez no Pinheiro. Se aproxima das 10h da manhã quando surgiu o relato de uma pessoa atingida de raspão na cabeça, na Baixa do Sapateiro. Em seguida, um dano ao patrimônio é relatado por uma moradora através de vídeo compartilhado pelo Maré Vive onde aparece um carro depredado. Os tiroteios permanecem por toda área 1 e 2, até que, por volta das 11h30 da manhã, surge o registro de um corpo encontrado submerso. Segundo relatos de moradores, a pessoa encontrada dentro da água teria sido morta durante esta operação. Se aproxima do final da incursão, entre 13h e 14h, quando um caminhão e uma retroescavadeira do COE transitam na Rua Principal da Vila do João, acompanhados de uma viatura. A polícia com retroescavadeira destruiu uma obra no Campo.

Por volta de 14h30, moradores ainda viam a presença de policiais no Pinheiro, contudo, próximo das 15h iniciou-se um conflito entre as facções na região da divisa entre a Baixa do Sapateiro e a Nova Holanda. Tiros foram ouvidos do Morro do Timbau até o Parque União. A partir das 15h moradores já relataram se tratar de um conflito entre os grupos, em poucos minutos os tiros se intensificaram. Houve registro de tiro na rua 4, situada na Nova Holanda. Por volta das 15h30, houve registro de tiros na rua Tatajuba. O conflito entre as duas facções teve início ainda com a presença da polícia no território, se intensificando com o fim da operação.

A nota da assessoria da Polícia Militar não especificou com objetividade o intuito da ação, mas afirmou que estão instalando redutores de velocidade nos acessos das áreas 1 e 2 do Conjunto de Favelas da Maré. Quanto a apreensões, foram recuperados 2 caminhões, 1 furgão, 1 motocicleta e 7 carros roubados na Vila do João. Houve apreensão de cerca de 90 kg de maconha, 1 fuzil, 1 rádio comunicador, munições e drogas. Não houve prisões dentro da dinâmica da operação - se repercutiu via telejornais a prisão de “Chocolate”, químico do TCP, contudo, a prisão

¹³ Bom Dia RJ, 13 de março de 2025. Disponível em: g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/bom-dia-rio/video/operacao-da-pm-na-mare-tem-tiroteio-e-bandidos-fugindo-de-barco-13417382.ghtml. Acesso em 13 mar. 2025.

do mesmo não ocorreu no território. Foram registradas 3 mortes e nenhuma delas foi periciada.

No que se refere aos descumprimentos da ADPF, a ação ocorreu próximo a escolas e unidades de saúde; sem apoio de ambulância e equipes de saúde; descumprindo a inviolabilidade de domicílio, além da mencionada não realização de perícia de local para as mortes ocorridas.

Os impactos nos serviços públicos foram: fechamento de quatro unidades básicas de saúde, as clínicas da família Jeremias Moraes da Silva, Augusto Boal, Adib Jatene e o Centro Municipal de Saúde Vila do João impossibilitando 980 atendimentos presenciais no dia e 681 visitas domiciliares, além de impactar 413 profissionais. Fechamento de 33 escolas, impactando 10.598 estudantes.

5.1.1 – Relatos dos Casos de Violações de Direitos, em 13/03:

Caso 1: Morte

A equipe soube através de grupos de Whatsapp que uma pessoa foi baleada próximo a vila dos pescadores, por volta da meia-noite. De acordo com a nota oficial da assessoria de imprensa da Polícia Militar sobre a operação, uma pessoa havia sido baleada no território e socorrida, tendo sido levada para o Hospital Evandro Freire, para onde a equipe se dirigiu logo nas primeiras horas do dia seguinte à operação.

Chegando lá, a equipe conversou diretamente com a administração do hospital e perguntou sobre possíveis entradas de pessoas vindas da Maré em decorrência da operação em andamento. A pessoa que estava como referência na administração relatou que apenas uma pessoa havia sido atendida, um homem pardo, que deu entrada já em óbito por volta das 2h20 da madrugada. A pessoa não soube informar quem havia levado o corpo, só que uma pessoa que não se identificou ligou algumas horas depois para o hospital perguntando se a pessoa levada da Maré havia falecido.

A equipe permaneceu no hospital por algumas horas para tentar conversar com algum familiar que fosse ao local reconhecer o corpo, mas ninguém apareceu. Por volta das 11h30 da manhã o corpo foi encaminhado para o IML, ainda sem reconhecimento. A Equipe foi acompanhar uma outra família ao IML, chegando lá obtivemos a informação que na noite anterior, um familiar realizou o reconhecimento do corpo e já estava liberado para o sepultamento. A equipe não conseguiu identificar os familiares da vítima, pois segundo informações passadas pelos moradores, ele não era da Maré e seus familiares residiam em outro Estado.

Caso 2: Morte

A equipe foi até a UPA Maré para saber se alguma pessoa ferida havia dado entrada na unidade durante a operação em andamento. Foi apontado um homem preto, alvejado na Vila dos Pescadores, próximo à Escola Municipal Vereadora Marielle Franco, socorrido e levado para a UPA Maré. Segundo o relato da família, a vítima estava na vila dos pescadores quando a operação policial iniciou por volta das 23h.

A dinâmica descrita pela família é que a vítima estava próximo aos barcos com dois homens quando foram avistados pela polícia que estava em cima do viaduto da via expressa Linha Vermelha, esses policiais fizeram diversos disparos em direção a Maré, alvejando os dois homens e a vítima em questão. Ele foi resgatado pelos moradores locais e levado para UPA Maré, logo após a entrada na unidade a vítima veio a óbito. A equipe acolheu a família logo após o ocorrido. No dia seguinte a equipe acompanhou o irmão até o IML, para resolver os processos burocráticos e reconhecimento da liberação do corpo. O irmão foi convocado pela Delegacia de Homicídios que fica dentro do IML para fazer a oitiva sobre a dinâmica da morte.

Informamos sobre o trabalho realizado pela Instituição e a equipe se colocou à disposição para atendê-los posteriormente.

Caso 3: Morte

Por volta das 11h da manhã, a equipe da Redes da Maré, recebeu através de grupos de Whatsapp, uma foto de um homem morto que os moradores identificaram como mais uma vítima da operação. Alguns minutos depois uma pessoa moradora postou mais uma foto no grupo, onde era possível ver um corpo sendo puxado de dentro da Baía de Guanabara por pessoas que estavam em um barco próximo à margem.

Ao comparar as duas fotos, a equipe pôde perceber que as pessoas eram muito parecidas, possivelmente se tratando da mesma pessoa, um homem cis, pardo, de aproximadamente 40 anos de idade. Durante a tarde, começou a circular um vídeo mostrando um grupo de moradores pegando o corpo que estava na Baía, enrolado em um pano, e sendo colocado em uma picape.

No dia seguinte, a equipe foi até o IML tentar conseguir alguma informação sobre o caso, encontrando no local a mãe da vítima e uma amiga/vizinha dele. Segundo o relato da amiga, a vítima estava na sua casa assistindo o jogo do Flamengo, quando por volta das 23h falou que iria sair. A amiga informou que a vítima estava na vila dos pescadores quando a operação policial iniciou por volta das 23h.

A dinâmica descrita pela família é que a vítima estava próximo aos barcos com dois homens enquanto tentava se esconder dos tiros disparados por policiais que estavam posicionados em cima do viaduto da via expressa Linha Vermelha que tem acesso ao porto na Vila dos Pescadores.

A mãe da vítima relatou à equipe que não mora na Maré, mas que sabia um pouco do que havia acontecido com seu filho. Ela contou à equipe que a vítima foi atingida no joelho na artéria femoral, causando hemorragia e assim vindo a óbito no local. A amiga da família que estava acompanhando a mãe da vítima, informou que os moradores da região só encontraram o corpo de manhã, submerso nas margens da Baía de Guanabara.

Chegando na vila dos pescadores, próximo ao barcos avistaram vários policiais no local, a amiga se aproximou e reconheceu o corpo, prontamente ligou para a mãe da vítima. A mãe relata que quando chegou no local passou pelos barcos e foi em direção ao corpo do seu filho, após reconhecê-lo, pediu para que os moradores ajudassem a retirar o corpo. A polícia que estava no local impediu que ela retirasse o corpo da Baía de Guanabara, houve uma tensão da família com os policiais, que disseram que não iam deixar o corpo ser retirado. A amiga informou que implorou para que o corpo fosse removido. Depois de muita discussão, por volta das 14h a família conseguiu que ele fosse levado até a UPA Maré, depois encaminhado para o IML.

A equipe conversou com a família sobre o trabalho realizado pela Redes da Maré e se colocou à disposição para caso precisassem de algo, mas a mãe recusou e disse que ela e a família estavam bem e não precisavam de apoio.

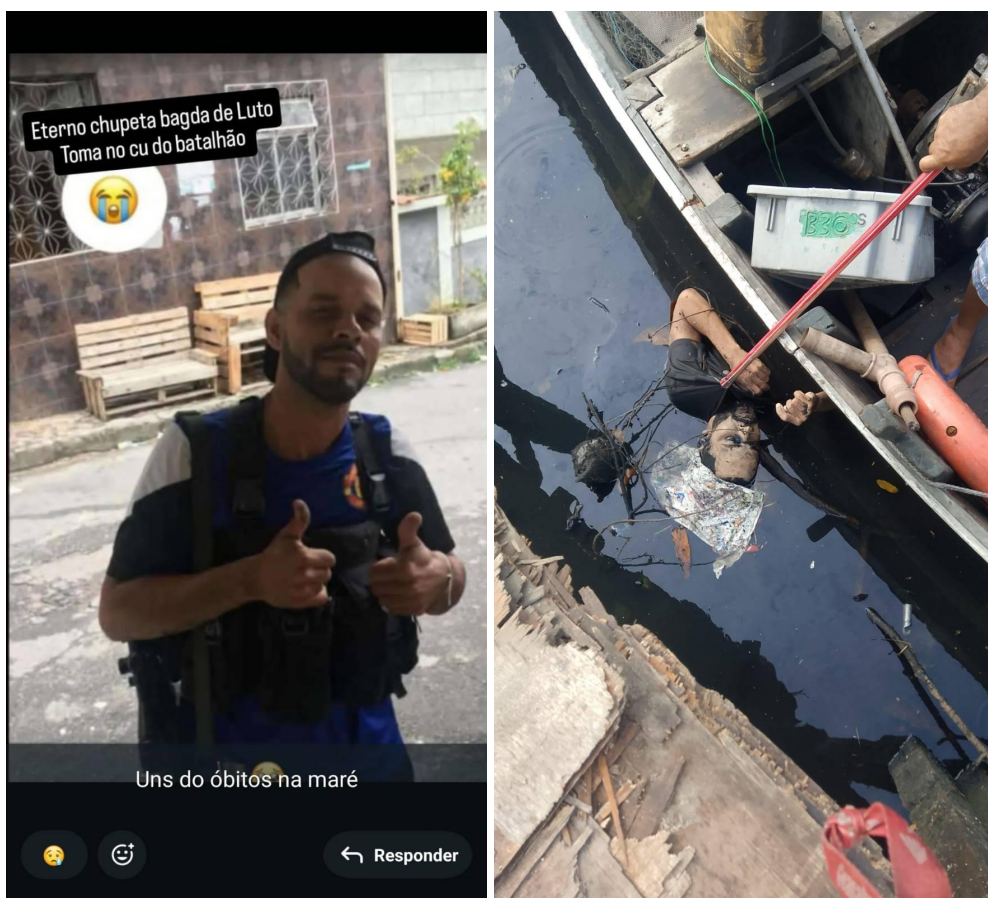


Foto 1: Imagem da vítima / Foto 2: Corpo da vítima na margem da Baía de Guanabara

Caso 4: Perfuração por Arma de Fogo

Trata-se de homem pardo, baleado de raspão na cabeça na região da Nova Maré. De acordo com relatos nos grupos de Whatsapp, a vítima foi levada por moradores para receber atendimento na UPA Maré. No mesmo dia, o morador foi liberado e voltou para a sua casa.



Ferimento de raspão de bala

Caso 5: Invasão de Domicílio

Por volta das 11:15 da manhã, uma funcionária da Redes da Maré entrou em contato com a equipe de monitoramento para informar que policiais haviam invadido a sua residência durante a operação. Ela relatou que os agentes arrombaram sua porta às 10h e entraram em sua casa dizendo que iriam revistar o local, na justificativa de estarem conferindo se algum membro dos grupos havia se escondido no local. A moradora, que estava com seus dois filhos em casa no momento do ocorrido, disse ter ficado muito nervosa e suas crianças bem assustadas.

Ela conta que assim que os policiais confirmaram que não havia ninguém foram embora de sua casa, mas deixaram o portão aberto e seu cachorro acabou fugindo. A moradora relatou à equipe que seus vizinhos a ajudaram a recuperar o animal, então ficou mais calma.

A equipe reforçou para a vítima a informação das possibilidades de acolhimento tanto para ela como para os filhos, mas a tecedora disse estar bem.

Caso 6: Invasão de Domicílio

Uma moradora relatou em um grupo de Whatsapp que algumas casas haviam sido invadidas por policiais, sendo a sua uma delas. A equipe entrou em contato por Whatsapp, mas não teve resposta da moradora. Há de se pontuar que muitos moradores têm medo de dar detalhes sobre os ocorridos, como informações pessoais e dados. Embora seja fato que alguns moradores informem em grupos de mensagens sobre invasões em suas próprias casas, isso é feito sem dar detalhes que podem colocar em risco a si próprios. Portanto, nem todo contato será respondido.

Caso 7: Dano ao Patrimônio

A equipe recebeu através de grupos de Whatsapp imagens de um carro, modelo Range Rover, depredado por agentes do Estado durante a manhã da operação. O carro estava na calçada de uma oficina mecânica para conserto, com a documentação de identificação comprovando a legalidade colada no para-brisa, tendo sido danificado mesmo assim. Foi feito contato com a moradora, mas não obteve resposta.



Frame do vídeo que mostra o carro depredado por agentes do Estado

Caso 8: Dano ao Patrimônio

A equipe recebeu via grupos de Whatsapp um vídeo registrando os danos feitos por alvejamento em uma casa no Salsa & Merengue. Não foi informado o endereço do local ou contato da vítima para que a equipe pudesse fazer uma busca.

Caso 9: Invasão de Domicílio e Dano ao Patrimônio

Durante a busca ativa na região da Vila dos Pinheiros, a equipe encontrou com um morador da área e antigo participante de um projeto da Redes da Maré. Ele relatou que policiais arrombaram o portão e invadiram a casa de seu vizinho durante a manhã da operação.

Caso 10: Dano ao Patrimônio

Ao realizar uma mobilização na região do Salsa e Merengue, a equipe foi informada por uma manicure dos danos ocorridos no salão em que trabalha, então se dirigiu para lá. A moradora relatou que os policiais retiraram as duas lâmpadas de LED que ficam na fachada da loja. Além disso, relatou que hoje a dona do salão não conseguiu abrir a porta do estabelecimento, já que a fechadura estava com algum mal funcionamento que quebrou a chave. Elas acreditam que os policiais tenham utilizado chave mestra na tentativa de entrar no salão (sem êxito).

A equipe conversou com a família sobre o trabalho realizado pela Redes da Maré e se colocou à disposição para caso precisassem de algo.

6 - Relatos das Operações Policiais de Abril de 2025

6.1 - Fatos ocorridos na Operação Policial de 10 de Abril de 2025, quinta-feira:

Por volta de 4h40 da manhã de 10 de abril de 2025, foi dado início a mais uma operação policial no Conjunto de Favelas da Maré. A ação realizada pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) contou com equipes do Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE), do Batalhão de Ações com Cães (BAC), do Batalhão de Polícia de Choque (BPChq), no Núcleo de Apoio às Operações Especiais (NAOE), do Batalhão Tático de Motocicletas (BTM), do Grupamento Aéreo Móvel (GAM) e do Grupamento Especial de Salvamento e Ações de Resgate (GESAR). O objetivo da ação, segundo a secretaria da PMERJ, era reprimir o tráfico de drogas e o roubo de veículos.

Os territórios englobados foram o Conjunto Esperança, o Salsa e Merengue, a Vila do João, a Vila do Pinheiro, o Conjunto Pinheiros, o Conjunto Bento Ribeiro Dantas, o Morro do Timbau, a Baixa do Sapateiro e a Nova Maré. Uma vasta área que contou com a presença de muitos agentes ao longo do dia, sendo esse um fato citado por todos os moradores com os quais a equipe da Redes da Maré conversou. Pontos específicos, como a Praça do 18 (ou Praça da Baixa) e a Avenida Guilherme Maxwell estavam com uma quantidade notável de agentes, a pé ou em cima de picapes. A operação se caracterizou, na maior parte do dia, por ser silenciosa, com alguns focos de tiros, em momentos dispersos.

Por volta das 4h40, as primeiras mensagens nos grupos de moradores indicavam o início da operação, com relatos de policiais em diferentes áreas, como Vila do João, Conjunto Esperança e Baixa do Sapateiro, o que sugere uma entrada simultânea das forças de segurança por diferentes acessos à Maré. Até as 9h00 da manhã a operação seguia sem tiros, com as polícias entrando por ruas e becos e removendo barricadas colocadas por grupos armados.

Até que às 9h17 foi possível escutar tiros na Nova Holanda. Segundo relatos, uma moto não parou em uma blitz feita pelos agentes que estavam na Avenida Brasil, no entorno da Maré. Os policiais seguiram a moto até a entrada da Rua Sargento Silva Nunes e houve disparos. Os tiros, portanto, não foram na dinâmica da operação policial, mas uma consequência direta, que afetou, por alguns minutos, outros territórios.

Ainda na parte da manhã, a página “Maré Não Vive” postou um vídeo de uma casa que foi alvejada por um disparo, no Morro do Timbau.¹⁴ O tiro perfurou a parede, mas não atingiu qualquer pessoa, configurando dano ao patrimônio a uma moradora. E a página “Maré Vive” postou um vídeo de um morador que teve os pertences roubados, acusando os policiais de terem invadido a casa e cometido a subtração.¹⁵ O endereço e a favela não foram identificados, mas pelo vídeo, trata-se de um homem negro. Às 10h55 chegaram relatos de policiais tentando abrir um carro elétrico de um morador dono de restaurante, na Rua Celso de Maia Fonseca, no Conjunto Esperança.

Outro detalhe que caracterizou esta operação policial foi a falta de internet nas residências de todos os territórios em que as polícias estiveram. A rede local não estava funcionando. Além disso, não havia sinal telefônico, impossibilitando ligações e dificultando o uso de dados móveis nos smartphones. Os problemas de internet e sinal já ocorriam desde o fim da noite anterior, quando também foi relatado o sobrevoio de helicóptero na região da Maré em que depois houve a operação policial. É possível que a falta de sinal esteja relacionada com a operação policial. Ao longo do dia a operação seguiu silenciosa, até o momento da retirada dos agentes da Maré.

Entre 14h00 e 14h35, houve muitos relatos de tiros, por parte de moradores. Reportagens ao vivo da Record mostraram agentes nas muretas da Linha Amarela apontando as armas para a Maré.¹⁶ Tratava-se de um movimento de saída dos policiais, e os agentes na Linha Amarela estavam realizando uma operação de retirada das tropas do interior do território. Durante essa dinâmica ocorreram os

¹⁴ Vídeo da página “Maré Não Vive” sobre o disparo que perfurou a parede da moradora. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DIQ7_k2x_pR/>. Acesso em 10 abr. 2025.

¹⁵ Vídeo da página “Maré Vive” sobre a invasão de domicílio e subtração de pertences. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/DIRIGVYv7uh/>>. Acesso em 10 abr. 2025.

¹⁶ Vídeo do programa Balanço Geral, da Record, de 10 de abril de 2025. A partir de 02:34:00. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XYF9_bEH9mA>. Acesso em 10 abr. 2025.

tiros. Às 14h50 já não eram vistos agentes nos territórios da Maré. A polícia não informou a prisão de pessoas suspeitas e informou que 69 pés de maconha, 2.500 pinos e 10 tabletes de cocaína foram apreendidos.

Esta foi a oitava operação policial na Maré em 2025 e a primeira após a decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a ADPF 635. Em linhas gerais, foi uma dinâmica que se diferenciou das últimas que ocorreram nessas favelas, uma vez que as operações anteriores foram com muitos tiros, muitas mortes e violações. Aconteceram casos de violações de direitos, entretanto, a ação se sucedeu de forma menos enérgica, tanto por parte dos agentes, quanto dos grupos armados. Das atuais medidas da ADPF, houve descumprimento da exigência de entrada nas casas apenas com mandado ou flagrante. Por outro lado, a operação foi realizada com todos os policiais portando câmeras e havia ambulância para resgate de militares e civis (segundo a nota da PMERJ, a “ambulância-caveirão” também estava disponível para socorro a civis feridos). Em relação a antigos pontos da ADPF, é preciso registrar que a operação aconteceu próxima a escolas e unidades de saúde. Até o momento da escrita deste relatório, foram 6 registros de invasões de domicílio, 1 caso de subtração de pertences e 1 caso de dano ao patrimônio.

6.1.1 - Relatos dos Casos de Violações de Direitos, em 10/04:

Caso 1: Dano ao Patrimônio

Uma mulher, moradora do Morro do Timbau, teve a casa atingida por disparo de arma de fogo. O tiro perfurou a parede do quarto e acertou a cabeceira da cama, muito próximo ao travesseiro. A vítima gravou um vídeo e ele foi publicado na página do Instagram "Maré Não Vive". Trata-se de uma mulher parda, o que é possível identificar no vídeo. Não há mais informações sobre o perfil da vítima, pois não foi possível localizá-la na busca ativa após a operação.



Frame do vídeo que mostra a perfuração do tiro.

Caso 2: Invasões de Domicílio

Durante a busca ativa no dia 11 de abril, dia seguinte à operação, uma equipe foi até a Associação de Moradores do Conjunto Bento Ribeiro Dantas e conversou com o presidente da entidade. Ele relatou que os agentes do BOPE passaram muitas horas no território e em grande contingente, algo raramente visto na localidade. O presidente contou que os agentes entraram em pelo menos dois endereços na Avenida Guilherme Maxwell. Como se trata de um quarteirão com forte presença dos grupos armados, o que poderia intimidar os moradores, a equipe pediu para o presidente da Associação fazer a intermediação, porém as pessoas vítimas não quiseram falar sobre o caso. Portanto, não há como saber melhor os detalhes, se houve mais violações e nem o perfil delas.

Voltando ao relato do presidente da Associação, ele afirmou que também foi vítima de invasão de domicílio na operação do dia anterior, mas não informou outras

violências e nem relatou qualquer abordagem truculenta dos policiais. O presidente da Associação em questão também contou que outro presidente de uma associação de moradores de outra comunidade, também teve a casa invadida e teve pertences roubados pelos agentes. A equipe não conseguiu entrar em contato com o mesmo.

7 - Relatos das Operações Policiais de Maio de 2025

7.1 - Fatos ocorridos na Operação Policial de 05 de Maio de 2025, segunda-feira:

Na manhã desta quarta-feira, 5 de maio de 2025, moradores começaram a relatar nas redes e grupos de mensagens uma nova movimentação policial no Conjunto de Favelas da Maré. Por volta das 9h, as primeiras mensagens indicavam a entrada de um blindado pela Rua Teixeira Ribeiro, no Parque Maré. Quase simultaneamente, foram ouvidos sons de bombas e fogos no Parque União, seguidos de correria na região do Tijolinho e tiros na Teixeira Ribeiro.

Esta operação policial é a nona em 2025 e a segunda após a votação da ADPF 635 no Supremo Tribunal Federal. Conduzida pela Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro (PCERJ), a ação contou com a presença da Coordenadoria de Recursos Especiais (CORE), da Delegacia de Repressão a Entorpecentes (DRE), da Delegacia de Roubos e Furtos de Automóveis (DRFA) e da Delegacia de Defesa dos Serviços Delegados (DDSD).

Segundo nota publicada no site da PCERJ, o objetivo da operação foi “coibir a exploração de serviços essenciais à população na localidade.” De acordo com a mesma nota, a operação também visa checar informações de inteligência. Segundo a Polícia Civil, as investigações “apontam que as lideranças da facção estão à frente de um esquema de lavagem de dinheiro, utilizando-se de empresas e comércios dentro e fora da comunidade.”¹⁷ A presença da DDSD tem o objetivo relacionado à repressão à lavagem de dinheiro e à exploração de serviços essenciais na Maré.

Seguindo a ordem dos acontecimentos, às 9h04 moradores reportaram a presença de um blindado da CORE na Teixeira Ribeiro. Minutos depois, por volta das 9h05, um blindado da Polícia Civil e agentes a pé foram vistos entrando na Maré pela Rua Darcy Vargas, no Parque União. Às 9h08, tiros foram ouvidos nas proximidades

¹⁷ Nota da PCERJ sobre a operação policial de 05 de maio de 2025. Disponível em: <<https://www.policiacivil.rj.gov.br/news/10584>>. Acesso em 05 mai. 2025.

da entrada do 22º Batalhão, na Nova Holanda, e, pouco depois, o blindado retornava pela Praça da Baixa.

A movimentação policial aumentava rapidamente. Por volta das 9h15, diversos relatos apontavam grande número de viaturas e caminhonetes da Polícia Civil nos acessos da Maré pela Avenida Brasil. Às 9h24, uma nova leva de viaturas foi vista na entrada da Rua Darcy Vargas, e vídeos começaram a circular mostrando policiais civis circulando a pé pela Teixeira Ribeiro. Às 10h01, um blindado foi visto parado na Rua Principal, em Rubens Vaz, enquanto outro blindado da CORE manobrava na Rua Sargento Silva Nunes, na Nova Holanda.

Por volta das 10h32, um grupo de sete policiais foi visto abordando um morador na Rua da Paz, no Parque União. Às 10h49, novos tiros foram relatados na Nova Holanda. Já às 11h, uma moradora denunciou que agentes da CORE derrubaram sua moto na Rua Bela, — o caso foi registrado em vídeo e publicado na página "Maré Não Vive".

Ao meio-dia, moradores do Tijolinho relataram um novo episódio de violência policial envolvendo agentes da CORE e quatro jovens — três adolescentes e um jovem de 18 anos. Segundo os relatos, os policiais abordaram os jovens sob a acusação de estarem portando um rádio comunicador, o que foi negado pelos próprios rapazes. Ainda de acordo com as testemunhas, os agentes tentaram levar os quatro para a delegacia, mas foram confrontados por moradores, que se mobilizaram para impedir a condução.

Diante da resistência da comunidade, os policiais teriam ameaçado usar spray de pimenta contra os moradores. No fim, os jovens não foram levados, mas relataram que os agentes tiraram fotos deles "para tê-los no radar", conforme disseram. Os moradores também apontaram que os policiais estavam com câmeras corporais. O episódio foi caracterizado pela população local como mais um caso de abuso de autoridade.

A operação passou pelos territórios do Parque Maré, Nova Holanda, Rubens Vaz e Parque União, se concentrando nesta última favela citada. Causou impactos na saúde, como a suspensão de atividades externas em quatro unidades de saúde: Diniz Batista dos Santos, Augusto Boal, Adib Jatene e CMS Vila do João. E suspensão de atendimentos na Clínica da Família Jeremias Moraes da Silva; em torno de 220 atendimentos diários são realizados na unidade de saúde.

No terceiro setor, a maior parte das organizações não divulgou informações sobre efeitos. Na ONG Redes da Maré, seis eixos, setores e equipamentos foram afetados. Ao todo, 11 atividades e 425 pessoas, entre trabalhadores e usuários, foram impactadas na instituição.

Houve descumprimentos da ADPF 635, como a realização da ação policial sem uma ambulância com equipe de saúde para socorro a agentes e civis, bem como a ausência de câmeras nas fardas e uniformes de parte do contingente policial presente na Maré. Segundo observações e diálogos com moradores, uma parte estava com câmeras, especialmente os agentes da CORE, mas uma parte dos policiais não estava, principalmente aqueles de delegacias. Caracterizando, portanto, o uso parcial das forças de segurança.

É necessário reforçar que a operação foi realizada próximo a escolas. Por volta de 11h45, uma moradora que estava no CIEP 326 Professor César Pernetta afirmou que o portão do colégio estava “lotado” de policiais. Enquanto isso, os alunos estavam abrigados na sala dos professores; já ela e outras pessoas ficaram em uma sala nos fundos do prédio. O episódio mostra a importância do controle sobre perímetro escolar em operações policiais, e que atualmente não há. Ao todo, 18 unidades escolares da rede municipal e estadual foram fechadas e 7600 estudantes foram impactados.

Uma grande quantidade de entorpecentes, entre maconha e lança-perfume, foi apreendida pela polícia. Não há informações sobre a quantificação exata até o momento. A partir da apreensão, foi levantada a hipótese de relação entre a operação deste dia e o show do cantor MC Poze do Rodo em Nova Holanda, ocorrido na madrugada de sábado para domingo. Todavia, ela não foi confirmada.

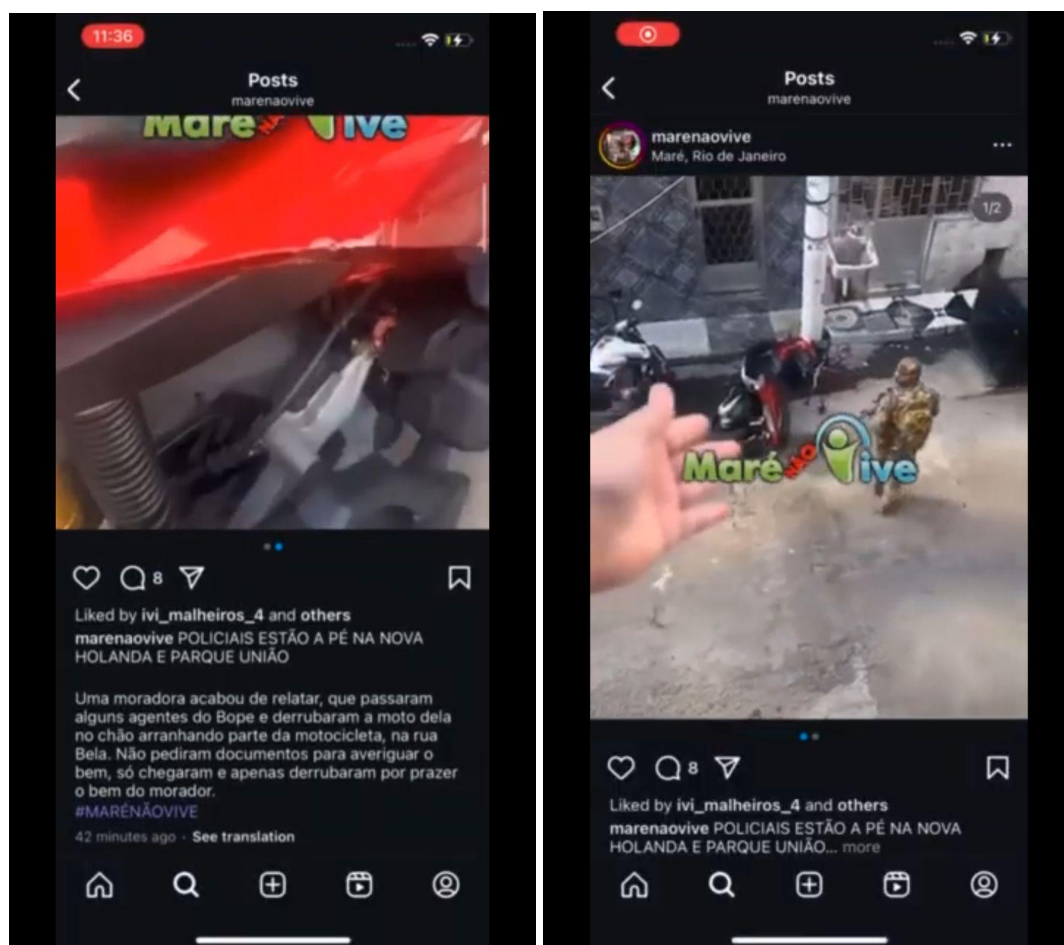
Por volta de 12h30, as forças de segurança já haviam completado o processo de retirada dos territórios da Maré.

7.1.1 – Relatos dos Casos de Violações de Direitos, em 05/05:

Caso 1: Dano ao Patrimônio

A equipe encontrou em grupos de Whatsapp o vídeo de uma moradora relatando que a sua moto havia sido derrubada por policiais que estavam passando pela sua rua. É possível ver na gravação uma moto vermelha caída na rua, próximo a calçada, e a dona do veículo gritando que os policiais que estavam passando pela rua naquele momento eram os responsáveis pelo ocorrido.

A equipe fez uma busca ativa na rua para tentar falar com a proprietária da moto, mas não conseguiu encontrá-la.



Frames do vídeo onde se identifica a moto danificada por agentes do Estado

Caso 2: Ameaças, abuso de autoridade

A equipe recebeu via grupos de Whatsapp o vídeo de quatro jovens, todos negros, sendo abordados de forma violenta por policiais em uma rua na Nova Holanda com moradores em volta revoltados com a conduta dos agentes de segurança. A equipe conversou com um grupo de moradoras. De acordo com elas, os rapazes estavam na rua quando foram abordados por agentes da CORE, que queriam levá-los para averiguação. Os quatro jovens não estavam armados, com drogas ou qualquer flagrante, mas foram lidos como suspeitos pelos policiais.

No final da tarde, durante a busca ativa, a equipe retornou ao local e conseguiu encontrá-los. Estes – 3 menores de idade e um de 18 anos – relataram que foram abordados pela polícia por volta do meio-dia de forma muito violenta e abusiva, sendo colocados contra a parede e sendo alvos de ameaças de levá-los presos caso fizessem algo. Um dos rapazes alegou que um dos agentes o abordou afirmando que ele estava com “radinho”, na intenção que o rapaz confirmasse e falasse que faz parte dos grupos armados. Em seguida, uma coletividade de moradores se formou

53

próximo, pressionando para que os jovens fossem liberados pelos policiais. Segundo uma moradora da comunidade do Tijolinho, houve confusão e um grupo de mulheres adultas foi xingado pelos agentes. Na dinâmica dos acontecimentos, o pai de um dos rapazes foi ameaçado de ser levado preso. Os jovens afirmaram que os agentes abusaram de sua condição de autoridade e os ameaçaram, uma vez que tiraram fotos deles sem consentimento e disseram que ao voltarem em próximas operações teriam os rostos dos quatro jovens marcados.

A equipe acordou com os jovens um atendimento no dia seguinte para falar sobre o acompanhamento psicossocial e sociojurídico, mas eles não compareceram. No dia 07/05, a responsável de um dos adolescentes entrou em contato com a equipe via Whatsapp para agendar um acolhimento para o mesmo dia, mas também não compareceu.

Caso 3: Ameaça, abuso de autoridade

Em 07/05/2025, a equipe atendeu um jovem, homem cis, preto, de 22 anos, que nos relatou ter sofrido uma violação na operação que foi realizada em 05/05/2025. Segundo relato do morador, por volta das 10h, saiu de casa para jogar o lixo em uma caçamba que fica localizada na calçada em frente a sua residência, quando avistou alguns policiais e se deu conta que se tratava de uma operação policial, jogou o lixo e retornou para casa.

Quando estava fechando a porta um policial que veio lhe seguindo, colocou uma arma no seu rosto e entrou na sua casa, em seguida veio mais dois policiais, que também entraram na casa. Eles entraram e falaram que a casa estava muito suja e bagunçada, O jovem disse que havia saído na noite anterior e não teve tempo de arrumá-la. De acordo com relato do morador, os policiais fizeram diversas perguntas e revistaram a casa.

O morador relatou que possui muito receio de deixar a sua casa vazia em dias de operações policiais com medo de que a polícia quebre o pouco que ele tem. Falou que terá que fazer uma viagem e se tiver uma operação não sabe como irá encontrar sua casa, uma vez que os policiais costumam invadir as casas dos moradores e quebrar seus pertences.

A equipe informou ao morador do trabalho realizado, contudo ele não possui interesse em judicializar uma ação contra o Estado.

7.2 - Fatos ocorridos na Operação Policial de 13 de Maio de 2025, terça-feira:

Na madrugada do dia 13 de maio de 2025, moradores do Conjunto de Favelas da Maré começaram a relatar movimentações policiais e sons de tiros. Esta foi a 10ª operação policial do ano de 2025. A terceira após a votação da ADPF 635. Pouco antes das 3h da manhã, por volta de 2h58, moradores passaram a perguntar em grupos de mensagens sobre os tiros. Às 3h01, fogos foram ouvidos na Vila do João, seguidos de novo registro de tiros no Pinheiro, às 3h19, que puderam ser escutados até a Nova Holanda.

Às 3h23, a página "Maré Não Vive" confirmou a operação nas áreas 1 e 2. Nesse mesmo horário, um caveirão foi visto parado em frente ao colégio Vicente Mariano. Às 3h30, moradores denunciaram dano ao patrimônio na Rua Capivari; uma foto circulava mostrando uma moto danificada. Às 3h50, os tiros voltaram a ser ouvidos na Nova Holanda. Por volta de 3h58, policiais foram vistos na Travessa Conrado das Neves, no Morro do Timbau. Relatos afirmavam que agentes quebraram vidros de carros, seguidos de intensa troca de tiros, confirmada um minuto depois, às 3h59. Às 4h10, disparos seguiam sendo ouvidos, agora com origem distante e se aproximando do Morro do Timbau. Já às 4h50, novo registro de tiros foi feito na Baixa do Sapateiro. Cinco minutos depois, às 4h55, circulava um vídeo de um carro parado na Linha Vermelha com um motorista supostamente atingido.

Por volta de 6h34, uma mensagem informava que um dos chefes do T.C.P havia sido morto. Dez minutos depois, na região do Pinheiro, moradores relataram que os tiros cessaram, mas integrantes de grupos armados circulavam em motos. Às 6h57, a morte da liderança foi noticiada pela TV,¹⁸ com destaque para o fechamento da Linha Amarela. Nas notícias online também confirmaram a morte do TH junto com dois seguranças.

Às 7h20, uma moradora tentou sair para trabalhar na Barra da Tijuca, mas foi impedida por grupos que bloqueavam a saída da Vila do João e ateavam fogo em ônibus próximo à passarela 6, ao lado do muro da Real.

Às 7h46, novos tiros foram ouvidos nos acessos do Morro do Timbau e Baixa do Sapateiro. Minutos depois, às 7h47, a Linha Amarela foi novamente fechada no sentido Galeão. Às 7h58, dois agentes do BOPE, sem câmeras corporais, subiram a Travessa Capivari. Às 8h, um helicóptero da polícia sobrevoava a Vila do João. Nas horas seguintes, circulavam áudios informando que os mototáxis e comércios locais haviam suspenso as atividades em luto à morte da liderança do grupo armado local.

Às 9h40, uma moradora grávida do Conjunto Esperança aguardava atendimento da Cegonha Carioca. Quatro minutos depois, às 9h44, moradores

¹⁸ G1, Globo. "Vídeo: Chefe do tráfico da Maré é morto em operação". 13 mai. 2025. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/bom-dia-rio/video/chefe-do-trafico-da-mare-e-morto-em-operacao-13593806.ghtml>>. Acesso em 13 mai. 2025.

relataram presença massiva de viaturas na entrada da Vila do João. Às 9h49, as ruas próximas à Linha Vermelha estavam desertas, com comércios fechados. Essa situação se mantinha às 10h14, com moradores relatando intensa presença policial em todas as entradas das comunidades.

Às 10h17, tiros voltaram a ser registrados no Pinheiro, causando correria na região próxima à Linha Vermelha. Às 10h20, surgiram relatos de que a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e a UFRJ foram orientadas a fechar. No mesmo horário, um vídeo circulava mostrando policiais recolhendo os pertences da liderança dos grupos armados local que foi morto. Enquanto isso, os agentes eram confrontados por um grupo de moradoras, que se diziam familiares. Não se tratava de um protesto organizado, mas de um momento em que confrontavam os policiais.

Às 10h39, mensagens em áudio apontavam que funcionários da Fiocruz estavam sendo liberados após o almoço, sob pressão para o fechamento da instituição, acompanhada de ameaças de bloqueio da Avenida Brasil. Às 10h50, moradores comentavam que a operação parecia ter sido encerrada, já que os policiais não eram mais vistos nas ruas.

Às 11h45, a equipe da Redes da Maré rodou pelo território e relatou a presença de blindados parados dos dois lados da Linha Amarela, na passarela do Pinheiro. As ruas continuavam desertas, com os comércios fechados, inclusive aqueles que haviam tentado abrir mais cedo. Os acessos do Pinheiro, como a Rua do Canal, B1 e C4, estavam bloqueados. As bancas voltaram a funcionar, mas a presença de blindados e grande número de agentes em torno da passarela 6 indicava que a tensão permanecia. BOPE e RECOM seguiam posicionados nas imediações da avenida Brasil, antes da entrada da Linha Amarela.

No que tange aos impactos nos serviços públicos, houve o fechamento de 43 escolas fechadas (entre municipais e estaduais), com impacto sobre 9.548 estudantes (número referente apenas às escolas do Município). As escolas estaduais João Borges e César Pernetta também fecharam, impactando 344 e 1.100 alunos respectivamente. 4 unidades básicas de saúde fechadas, que são as seguintes: CF Augusto Boal, CF Adib Jatene, CF Jeremias Moraes da Silva e CMS Vila do João.. Total de 818 atendimentos não realizados. A UFRJ, apesar de não ser no território da Maré, também foi impactada fechando as portas.

7.2.1 - Relatos dos Casos de Violações de Direitos, em 13/05:

Caso 1: Morte com indícios de execução

De acordo com relatos dos moradores, por volta das 3h da madrugada, começou um intenso tiroteio na Favela Morro do Timbau. Ainda, em um relato enviado por uma moradora através de um áudio nas redes sociais, a transcrição é a seguinte:

"Ele estava escondido dentro de um buraco e veio para o lado de cá. Deu muito tiro. Ele pulou a laje e caiu na casa de uma moça, saindo em um beco. Ele já estava com a perna baleada, sangrando muito. Pediu ajuda a uma moradora e pediu para abrir a porta. Ele entrou na casa dela, e a polícia o seguiu e o matou lá dentro. Ele levou doze facadas. Foi uma coisa horrível. Além disso, os grupos armados fizeram a família de refém dentro da casa."

Se trata da principal liderança do grupo armado que atua no local, um homem cis, branco, de 36 anos. Conforme a nota técnica da polícia militar, o coronel responsável pela operação informou que a polícia já vinha monitorando o local, um bunker localizado no Morro do Timbau. Na madrugada de 13/05, eles invadiram o local onde a liderança estava escondida. Os grupos armados reagiram, e houve intensas trocas de tiros. A polícia confirmou que ele foi alvejado e morreu no local.





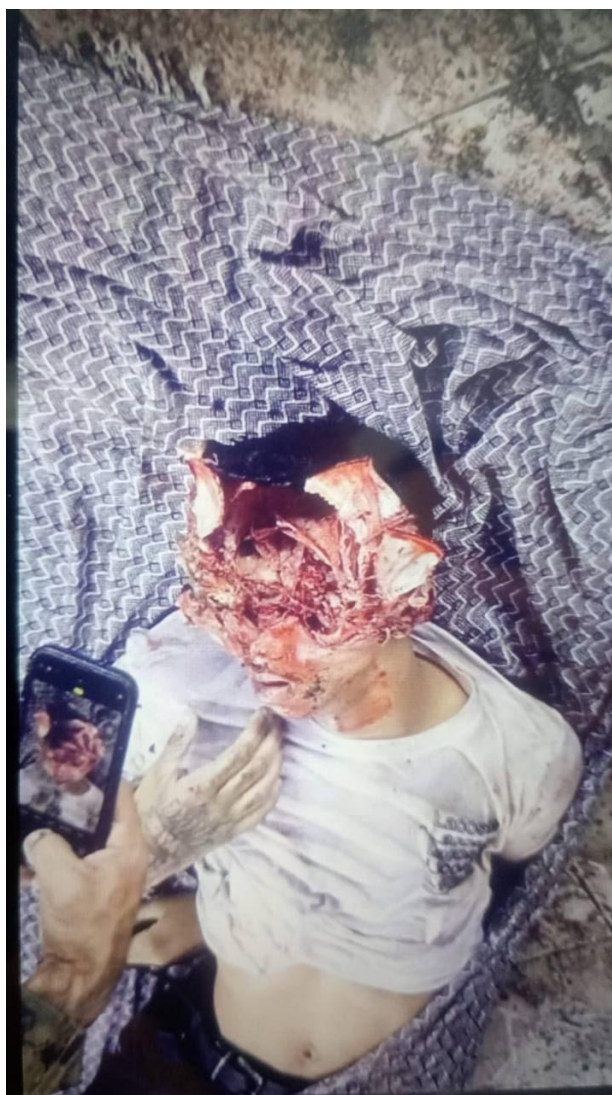
Registros do corpo encontrado morto com marcas de lesão por objeto perfurante

Caso 2: Morte com indícios de execução

De acordo com relatos dos moradores, por volta das 3h da madrugada começou um intenso tiroteio na Favela Morro do Timbau culminando na morte de homem cis, pardo, 20 anos de idade, encontrado morto junto a liderança local. Ele se encontrava no mesmo bunker monitorado, do caso acima. A polícia confirmou que ele foi alvejado e morreu no local.

Caso 3: Morte com indícios de execução

Outro homem cis, pardo, faixa etária entre 18 - 20 anos de idade, morto junto com a liderança local que era alvo da operação.



Registro do corpo da vítima atingida por um tiro de fuzil na parte de trás da cabeça

Caso 4: Ferimento por Arma de Fogo

De acordo com relato durante a operação policial realizada em 13/05/25, um morador, homem cis, preto, de 20 anos de idade, foi atingido por estilhaços de arma de fogo na perna e foi levado para atendimento na UPA Maré. A equipe ainda não conseguiu contato com o morador.

Caso 5: Ferimento por Arma de Fogo

De acordo com relato durante a operação policial realizada em 13/05/25, um morador, homem cis, pardo, de 29 anos, foi atingido por estilhaços de arma de fogo na perna e foi levado para atendimento na UPA Maré. A equipe ainda não conseguiu contato com o morador.

Caso 5: Depredação de patrimônio

A equipe recebeu o relato de violação de uma moradora através das redes sociais. Segundo a pessoa que fez o relato, durante a operação ocorrida em 13/05/25, a polícia passou pela rua que ela reside, haviam diversas motos estacionadas, os policiais quebraram e depredaram essas motos.

As imagens enviadas pela usuária no grupo de Whatsapp mostram algumas motos, mas não conseguimos identificar a rua que as violações ocorreram, contudo conseguimos identificar o telefone de contato da usuária. A equipe entrou em contato com a mesma, mas não obtivemos resposta.

8 - Considerações Finais

Nos seis primeiros meses do ano de 2025, foram dez operações policiais realizadas no Conjunto de Favelas da Maré. Em seis delas, houve fechamento de escolas e em oito delas houve fechamento de unidades de saúde. Até o fechamento do semestre, as operações registram oito mortos e cinco feridos. Boa parte das mortes têm indícios de execução, entretanto, não houve realização de perícia de local em nenhum caso.

Três fatos podem ser destacados: o primeiro é a mudança de medidas da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 635 durante o curso do ano, uma vez que o julgamento da ação no Supremo Tribunal Federal (STF) ocorreu em abril. Antigas medidas que restringiam, em fase de tutela cautelar do processo, operações próximas às escolas e unidades de saúde, não são oficialmente contabilizadas, embora a Redes da Maré continue monitorando por considerar um elemento grave das operações policiais na Maré.

O segundo fato se refere ao caráter da operação policial de 13 de maio de 2025, que visou a neutralização de lideranças locais dos grupos armados. Embora tenha sido uma operação com relativamente poucas violações de direitos registradas pela Redes da Maré, o clima criado por esta ação na Maré gera efeitos na população até o momento, pois se tratou de uma ação muito violenta, com a morte de três pessoas e deixando outras duas pessoas feridas. Mesmo com um índice mais baixo de ações, se comparado com o mesmo período do ano passado, ainda há um

rastró significativo de violência e medo deixado pelas intervenções de segurança pública na Maré.

Por fim, o terceiro fato é que após o julgamento da ADPF 635 no STF, os horários das operações policiais não seguem um padrão, com algumas delas iniciando na madrugada e algumas iniciando após as 8 horas da manhã, o que pode pôr em risco muitos moradores na rua, uma vez que durante o dia a vida econômica da Maré está acontecendo. Operações de surpresa durante o dia, sem padrão de horário, não só impactam a rotina dos moradores, comerciantes, trabalhadores e estudantes, como também expõe mais as pessoas fora de suas casas.

Há que se compreender que esse quadro de violações e desrespeito aos direitos fundamentais, afeta o presente e ameaça o futuro dos moradores da Maré. É preciso denunciar os abusos cometidos e cobrar do Estado uma nova postura com relação a sua política de segurança tal como se faz presente em outros espaços da cidade. Não será com mais ações violentas que as questões de segurança pública serão superadas. É apostando em políticas públicas que consolidam a democracia e a cidadania que se poderá alcançar um futuro melhor para todos os seus cidadãos.

A Redes da Maré continua se empenhando para tecer as redes necessárias para efetivar os direitos da população do conjunto de 15 favelas da Maré, especialmente no campo da segurança pública, onde os moradores são sistematicamente violados.

Relatório Operação Manguinhos/Mandela

Ouvidoria Geral da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.

Data de Elaboração: 31 de julho de 2025

Elaborado por: Fabiana da Silva e Lidiane Helena Anunciação

Presentes

Fabiana da Silva - Ouvidora Geral

Lidiane Helena - Assistente social Ouvidoria

Geolocalização/Endereço/Registro Gravado:

Av. Dom Hélder Câmara, 1.390 - Manguinhos - RJ.

Fotos e vídeos dos fatos narrados.

Resumo dos fatos e acompanhamento.

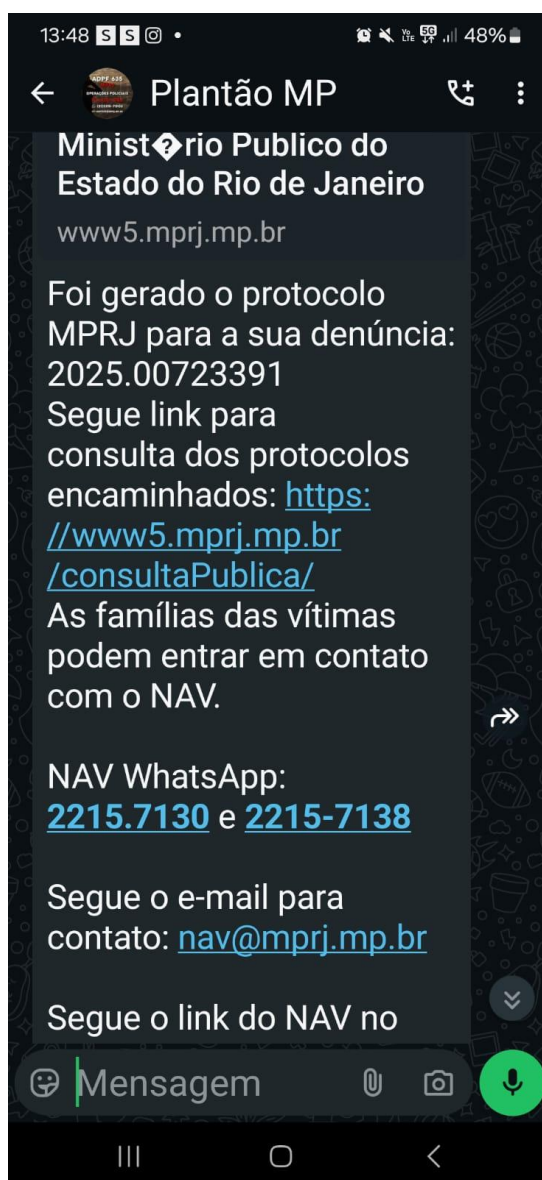
Na manhã do dia 31 de julho a Ouvidoria Geral da Defensoria Pública foi acionada pelas lideranças das favelas de Manguinho e Mandela por conta de uma operação que estava se iniciando nos dois territórios. Diversas lideranças acionaram a Ouvidora Fabiana da Silva para entender como a Defensoria Pública poderia auxiliar nesse primeiro momento.

A Ouvidora Fabiana ao receber as primeiras chamadas informou que o canal para recebimento das violações no que tange os agentes de segurança do Estado é o Ministério Público e forneceu o contato direto com o plantão pelo número (21) 2215-7003 e pediu para que as lideranças enviassem no seu privado fotos e imagem, pois também faria o contato com o plantão.

Foi questionada pelas lideranças sobre o uso das informações e o receio de acionarem o plantão e seus dados ficarem expostos, o que gera insegurança, o que foi desmentido pela Ouvidora que informou que as denúncias poderiam ser feitas de forma anônimas garantindo assim a segurança dos denunciantes.

A Ouvidora Fabiana acionou o plantão às 08:25 e o plantonista informou que estava encaminhando a denúncia para o promotor de plantão e se tínhamos maiores informações sobre a criança baleada (inicialmente fomos informados que haviam crianças - no plural - baleadas no local). Informamos que as lideranças disseram que foram levadas para a UPA de Manguinhos.

Esse atendimento gerou o protocolo 2025.00723391 - imagem abaixo.



Segundo relatos recebidos, a polícia teria entrado por várias vias das favelas na madrugada/manhã de hoje dia 31 de julho. Informaram que os policiais entraram nas casas dos moradores de forma violenta e sem nenhum tipo de comunicação do motivo para essa ação. Uma das casas invadidas estava uma mãe com sua criança e um cachorro da raça pitbull que foi ameaçado de morte por um dos agentes ao avançar contra os policiais.

Foi relatado que muitas casas com moradores sem envolvimento com o grupo armado local estavam sendo invadidas sem mandato judicial e por agentes usando touca ninja e sem câmeras corporais. Relatos de crianças assustadas por conta das férias escolares sendo acordadas com chutes na porta e uma das casas invadidas por agentes de segurança tinham crianças dormindo no chão quando foram pisadas por botinas usadas pelos agentes. Além do barulho ensurdecido do helicóptero que sobrevoava a região desde às 6:00h da manhã.

Recebemos o relato de um adolescente caminhando com sua mãe e irmã sendo agredido com uma "banda" e sendo jogado no chão. Os agentes pegaram ele e o levaram para dentro do caveirão e do lado de fora era possível ouvir as agressões que o adolescente sofria dentro do carro. Moradores (entre eles sua mãe) escutaram gritos de socorro do adolescente que estava sendo espancado por agentes. O adolescente foi solto depois que moradores iniciaram movimentos de irem para cima gritando para soltarem o adolescente.

Alguns relatos recebidos - Os relatos dos moradores deixam clara a gravidade da situação. A seguir, destacamos algumas narrativas que exemplificam os efeitos do que eles estão passando:

- "Tem que chamar alguém da infância e juventude, cara, da criança e da adolescente. Porque tá levando uma criança, um adolescente, dentro do carro, com mais de sei quantos homens aqui, entendeu? E o garoto levando porrada dentro do caveirão, entendeu? O garoto estava do lado

do meu filho quando ele levou um soco. Tem um monte de prova aqui de pessoas que estavam do lado do menino, entendeu? Então isso não tá certo, gente. Que operação é essa? A operação contra nós, favelados, moradores? Entendeu? A droga até agora ninguém mostrou. A prisão, as armas que estão vindo aqui, até agora ninguém prendeu. E aí? Nós vamos ficar sofrendo essa represália aqui direto? A mãe do menino está aqui desesperada, porque também fecharam a porta do caveirão. A gente não está mais vendo o menino. Pô, está demais, cara, está demais. Tem que vir alguém para cá”.

- “Os policiais entraram na casa do meu compadre, estão batendo nele lá com spray de pimenta por causa do pitbull que ele tem. Está invadindo um maior tumulto aqui, uma bagunça aqui em Manguinhos. Dando muito tiro em cima das meninas que estão lá no Alvorço. Entrando dentro de casa, dando um tiro aí, vocês estão ouvindo. Entendeu? Fazendo uma arruaça, tacando fogo nas cadeiras. Com pessoas dormindo dentro de casa, gente. Está um perrengue só”
- “dando tiro para botar os moradores para dentro. Não tem tiro, não tem ninguém trocando tiro. Só eles mesmos dando tiro no centro dos moradores. Entendeu? Não tem bandido, não tem mais porra nenhuma aqui dentro dessa favela.”
- “Bom dia doutora Fabiana, tá tendo operação aqui na favela, já teve morador que tá morto, atirado em criança. Tão com drone soltando bomba de cima pra baixo, caveirão aqui dentro. Tá no Mandela, no Manguinho, tá pavoroso.”
- “Eles estão aqui dentro ainda apavorando tudo. Voltaram e estão recolhendo moto, estão batendo em moradores, estão encapuzados, está uma coisa horrorosa. Tem policiais sem identificação. Uma hora estão dizendo que a criança morreu, depois estão dizendo que não.

Tem dois moradores que ainda também foram baleados, mataram dois meninos. Eles estão pintando, estão pintando aqui dentro”

Cabe outros esclarecimentos.

Paralelamente, a Ouvidora Fabiana da Silva, após conversa com o Defensor Público André Castro - que produziu juntamente com o Coordenador do Núcleo de Direitos Humanos Marcos Paulo Dutra (de férias nesse momento) os embargos da ADPF 635 - foi até a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) de Manguinhos, na Zona Norte do Rio verificar se as informações dadas pelas lideranças e moradores de Manguinho e Mandela sobre crianças e adultos alvejados nos dois territórios procedia, pois os relatos estavam desencontrados sobre o quantitativo de pessoas vitimadas.

Como alguns relatos advindos dos moradores davam conta que policiais estavam entrando nas casas das pessoas com toucas ninjas e sem identificação nas fardas e sem uso de câmaras corporais foi feito o contato com o Defensor a fim de entender como podemos enquanto Ouvidoria Auxiliar o Núcleo de Direitos Humanos com informações, que auxiliassem o trabalho feito pelo Núcleo no acompanhamento e monitoramento da ADPF a partir da atuação da Defensoria no Comitê Gestor.

Ao chegarmos na Unidade de Pronto Atendimento (UPA) de Manguinhos, na Zona Norte do Rio, fomos atendidos pela Assistente Social Tamires Monteiro que nos informou que deram entrada na unidade três vítimas de perfuração por arma de fogo (PAF) e uma delas um adolescente usando mochila pedindo por sua mãe. O adolescente estava segundo a assistente social indo para o projeto social que faz parte quando foi alvejado.

As outras duas vítimas de 22 e 20 anos também foram transferidas para a unidade de trauma mais próxima (Hospital Getúlio Vargas na Penha).

Ao termos a confirmação que havia uma vítima menor de idade acionamos a coordenadora da Infância e Juventude da Defensoria, a Defensora Letícia Kirchhoff Ribeiro que pediu para o relatório ser encaminhado para o e-mail da coordenação.

Ao chegarmos no hospital Getúlio Vargas na Penha fomos informados pela equipe do Núcleo de Acolhimento à família (NAF) que deram entrada na unidade três vítimas com perfuração por arma de fogo (PAF) e que não poderiam dar maiores informações por conta de que havia dados sensíveis. Nos informaram que o senhor Jandson José da Silva Soares de 22 anos estava aguardando avaliação da cirurgia, que o senhor Pablo Roberto de Moraes Oliveira de 20 anos já estava em cirurgia e que o adolescente Kauan Machado de Almeida de 14 anos e dez meses estava na pediatria sendo avaliado e que estava acompanhado por sua responsável legal.

Cabe informar que tivemos informações por parte dos moradores do Mandela que houve uma vítima fatal, mas não obtivemos informações sobre quem era a pessoa alvejada até o presente momento.

Encaminhamento:

Paralelamente, Fabiana acionou o conselheiro do Conselho Nacional de Direitos Humanos, senhor Carlos Nicodemos, perguntando se tinha possibilidade de ser feito um trabalho de denúncia via Conselho devido os relatos de violação de domicílio sem mandados e de falta de câmeras sendo portadas pelos policiais presentes nos dois territórios. O senhor Carlos Nicodemos informou que seria possível e pediu para que o referido relatório fosse encaminhado para e-mail cndh@mdh.gov.br com cópia para carlosnicodemos@nnadvogados.com.

Em diálogo com a presidente do Conselho Estadual de Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro foi informado que o Conselho foi no centro integrado para saber como é que está o uso das câmeras e como é feito o armazenamento das imagens.

Assim, Fabiana acionou João Luis Silva (Coordenador da CDDHC/Alerj) e manteve contato com parceiros Defensores de Direitos Humanos para garantir que apoio para outros relatos de violações de direitos que estavam chegando via canal da Ouvidoria Geral da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. Relatos de invasão de domicílio, agressão aos moradores e populares que estavam pedindo calma por parte dos agentes de segurança e relatos de pessoas mortas e machucadas sem conseguir apoio.

Informamos aos familiares das vítimas que se encontram no Hospital Getúlio Vargas que a Defensoria Pública e sua Ouvidoria Geral estão disponíveis para apoiar no que for necessário se eles quiserem nosso apoio e suporte.

Fabiana Da Silva
Servidor/Ouvidora
Ouvidoria Externa da Defensoria Pública
do Estado do Rio de Janeiro

LIDIANE HELENA SILVA ALMEIDA DA ANUNCIACAO

Servidora/Assistente Social
Ouvidoria Externa da Defensoria Pública

Relatório Operação Complexo do Chapadão

Ouvidoria Geral da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.

Data de Elaboração: 01 de setembro de 2025

Elaborado por: Fabiana da Silva

Presentes

Fabiana da Silva - Ouvidora Geral

Sonia

Erica

Mara

Paulo

Geolocalização/Endereço/Registro Gravado:

Complexo do Chapadão

Fotos e vídeos dos fatos narrados.

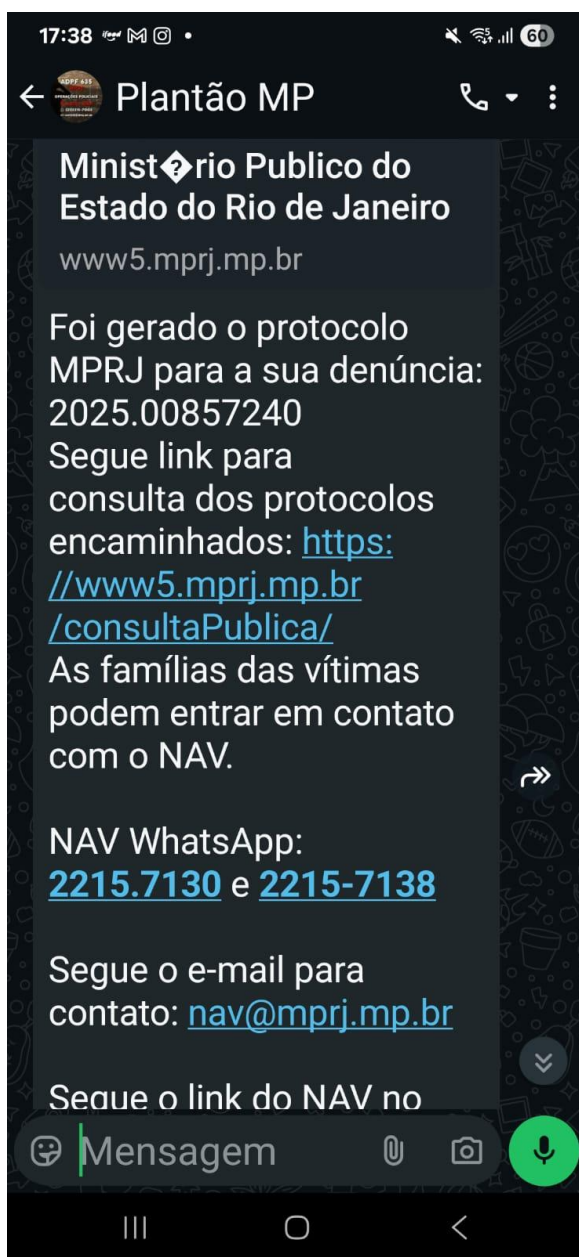
Resumo dos fatos e acompanhamento.

Na manhã do dia 01 de setembro a Ouvidoria Geral da Defensoria Pública foi acionada pelas lideranças das favelas Imalaia, Gogó da Ema e Final Feliz. Favelas que fazem parte do Complexo do Chapadão/Zona Norte do Rio de Janeiro. O acionamento foi por conta de uma [operação](#) que estava se iniciando nos territórios. Diversas lideranças acionaram a Ouvidora Fabiana da Silva para entender como a Defensoria Pública poderia auxiliar nesse primeiro momento.

A Ouvidora Fabiana ao receber as primeiras chamadas informou que o canal para recebimento das violações no que tange os agentes de segurança do Estado é o Ministério Público e forneceu o contato direto com o plantão pelo número (21) 2215-7003 e pediu para que as lideranças enviassem no seu privado fotos e imagem, pois também faria o contato com o plantão.

A Ouvidora Fabiana acionou o plantão às 10:15 e 17:15 e o plantonista informou que o Promotor plantonista foi informado e estava dando as devidas tratativas.

Esse atendimento gerou o protocolo - imagem abaixo.



Segundo relatos recebidos, a polícia teria entrado na favela para cumprir mandatos, mas houve trocas de tiros no início e com isso um policial foi baleado o que gerou desespero entre os moradores por medo de operação vingança, mas segundo relatos nem teve tempo, pois a operação seguiu acontecendo nas favelas Imalaia, Gogó da Ema e Final Feliz.

A operação ocorreu impedindo que escolas e as unidades de saúde abrissem. Entrada que se deu por terra e não houve relatos de helicópteros dessa vez.

Moradores informaram que um dos jovens mortos dentro da Igreja entrou para se abrigar dos tiros. A igreja ficou destruída pelos tiros, como podem verificar no vídeo disponibilizado por moradores.

Mais uma vez foi relatado que muitas casas com moradores sem envolvimento com o grupo armado local estavam sendo invadidas sem mandato judicial com o uso de uma chave mestra e por agentes usando touca ninja e sem câmeras corporais.

Foi informado que o local da ocorrência das maiores violações na operação foi da Imalaia, Gogó da Ema e Final Feliz. Foi onde aconteceram as maiores violações. No total foram seis mortos, segundo relatos de moradores.

Houveram casas e estabelecimentos atingidos pelos tiros. Os moradores narram que ficaram com medo por conta de um episódio anterior do mesmo tipo de ação, que acarretou na morte de um morador alvejado por tiros disparados pelos agentes de segurança do Estado na direção das casas. Que nesse horário os trabalhadores estão saindo de casa para trabalhar e as crianças se arrumando para irem para a escola, pois a mensagem que não iria ter aula veio em cima da hora.

Alguns relatos recebidos - Os relatos dos moradores deixam clara a gravidade da situação. A seguir, destacamos algumas narrativas que exemplificam os efeitos do que eles estão passando desde as seis horas:

- “Os nossos é considerado bandido, né? Quando morre a gente tem que lutar para limpar o nome dele. Pois são vistos como bandidos. E nem mostra muito, né? Agora, quando morrem os policiais, aí fica aquela perturbação na televisão. Só fala do policial. Mas esquece que também o policial... O policial... Atirou também. Entendeu? Matou, fez várias vítimas também. Entendeu? Mas a gente não enxerga isso não, mas todo mundo é bandido. Para a senhora ver, entrou na igreja, fez uma tróia dentro da igreja. Se não foram os próprios policiais, matou o próprio amigo E tá botando a culpa na comunidade”.
- A moradora relatou que os policiais tiraram fotos de seu filho durante a abordagem. “Isso é proibido por lei, assim como a invasão da minha casa sem mandado a investigação da criança sem a presença da mãe.”
- “Há seis meses esse desespero de operação, minhas filhas tiveram dois dias de aula na semana ao longo desses meses todos foi muito. Aula online para reposição só promessa. No fim ou eles matam de bala ou matam pela falta de oportunidade. Isso que eles querem né?”
- “Uma igreja. Nem a santidade de um templo religioso é respeitado.”
- “Bom dia, precisamos de ajuda. Mataram um jovem aqui que não era envolvido não. Mataram ele no Imalaia.
- “Os moradores estão revoltados. Muita covardia. Muita covardia.”
- “Fabiana, você consegue ajudar esse pastor? Coitado a igreja dele toda destruída pelas balas. Toda”

- “Não posso deixar meu filho autista brincando na comunidade, pois até explicar, ele já foi morto”.
- “As pessoas acreditam que porque a pessoa tem passagem é certo ela morrer e nós mães vivemos um terror. Quando escutamos um tiro, revivemos os momentos.”
- “Dona Fabiana, hoje diversas pessoas me pediram remédio de pressão, porque a clínica da família e a upa não estão funcionando devidamente.”

Data de Elaboração: 21 de setembro de 2025

Elaborado por: Fabiana da Silva - Ouvidora Geral

Fotos e vídeos da ação.

Denúncias recebidas via whatsapp de moradores e lideranças do território do Complexo do Chapadão.

No dia 21 de setembro fomos acionados mais uma vez por moradores do Complexo do Chapadão. Dessa vez as lideranças da parte conhecida como Village nos acionou por conta de uma operação que estava ocorrendo e duas pessoas foram mortas. Uma dessas pessoas é um morador do território sem envolvimento com o grupo armado local. O senhor Luciano Teixeira da Silva, de 52 anos, foi pego no meio do tiroteio. Trabalhava na prefeitura como ajudante de caminhão.

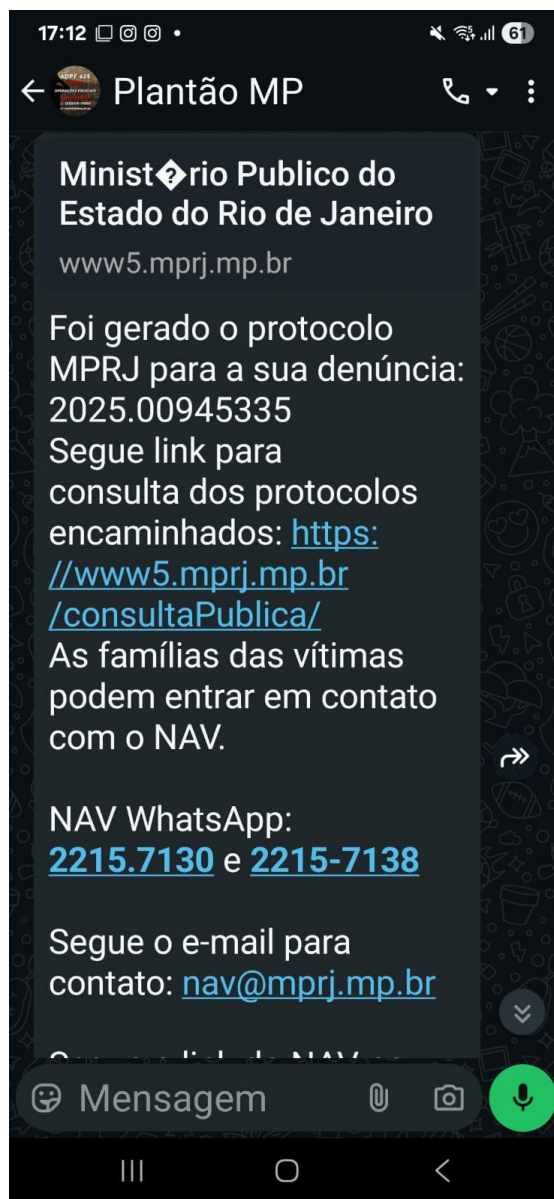
Seguiu os relatos de violência, entrada forçada nas casas sem mandados judiciais e relatos de ameaças.

- Muito difícil isso, cara, muito difícil, entendeu? Morar num território desse jeito e as pessoas ficam com medo. Tipo assim, você tenta chamar também pra ir pra luta, as pessoas também não querem com medo porque eles ameaçam mesmo, igual várias famílias foram ameaçadas de morte. Tipo assim, eles matam. Aí a pessoa vai, tipo assim, contra eles. Depois eles vão lá e ameaçam, igual muitas mães que eu conheço aqui.
- Tipo assim, o Estado joga na estatística, né? Aí fala que é envolvido com o errado, Esse daí tinha envolvimento com tráfico. Era narcotráfico, terrorista. Que agora eles não usam essa palavra, né? Então, tipo assim, as pessoas não vão ligar. Se a família não botar a cara, não fazer igual eu fiz, igual muitas mães fazem para inocentar seus filhos, vai ficar com a honra manchada, entendeu? Vai ficar com o nome de traficante. E ninguém vai ligar Como ninguém liga, entendeu?
- Se eu contar de 2021 pra cá, que foi o ano que me vitimou, né? Pô, eu acho, no total, de 2021 pra cá, eu acho que já morreram umas 300 pessoas. Sabe por quê? Porque no caso do meu filho, foi uma chacina. Foi 32 pessoas que eles mataram, né? Alegando que a maioria tinha envolvimento, incluindo os meus, né? Eles lá incluíram os meus. Tipo assim, só o ano de 2021 pra cá. Aí teve na virada, né, janeiro, no baile que eles entraram, que foi a PFR, né, que entrou, que vitimou um monte de pessoas, que foi aquilo horrível, né, foi janeiro. Aí pra lá foi só piorando. Aí, 2023, Morte do Lorenzo Pela PF.
- O mais chato é você escutar as pessoas, sair desse lugar, botar a casa à venda, gente, do jeito que tá aqui, ninguém vai querer comprar, ninguém vai

querer comprar minha casa. E o valor que vão querer pagar não vai dar pra comprar uma casa fora da favela, você tá me entendendo? E minha casa é própria, entendeu? Minha casa é própria, não é tipo assim, alugada, que eu posso ir pra um aluguel, entendeu? E como eu falei, no momento, eu não estou trabalhando de carteira assinada para meter as caras, meter o pé daqui, ou deixar minha casa alugada e ir para o aluguel, não. Não tenho essas condições.

-
- Sabe o mais triste? As crianças não vão conseguir concluir as provas da escola por causa da operação policial. Como essas crianças vão ter algum futuro, dona Fabiana? Me diz como?

Essa reclamação deu origem ao protocolo junto ao Ministério Público.



Data de Elaboração: 09 de outubro de 2025

Elaborado por: Fabiana da Silva - Ouvidora Geral

Lidiane Helena S. A . da Anunciação - Servidora

Presentes

Denúncias recebidas via whatsapp de moradores e lideranças do território do Complexo do Chapadão.

Resumo da denúncia

Na manhã do dia 09 de outubro de 2025, diversos moradores e lideranças territoriais do Complexo do Chapadão acionaram a Ouvidoria Geral para denunciar uma ocupação da tropa de choque da Polícia Militar do Rio de Janeiro, na comunidade.

De acordo com a população, os policiais adentraram a comunidade cedo e realizaram diversas buscas em domicílios sem qualquer autorização e de forma truculenta. Além disso, os policiais estavam revistando mochilas de crianças e proibindo que as mães registrassem a ação em fotos ou vídeos.

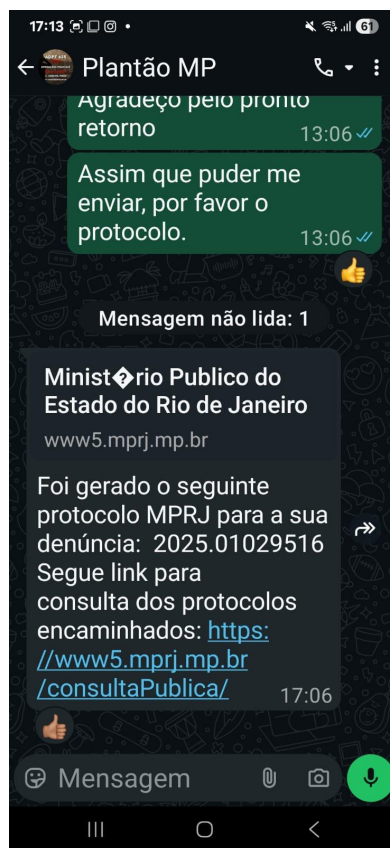
Outra questão importante é que já estamos no 11 dia consecutivo de operação policial na comunidade. As escolas, unidades básicas de saúde, equipamentos socioassistenciais estão sendo afetados e precisam interromper seu funcionamento. Pessoas que já perderam algum familiar e já passaram por diversas situações de violência estão há 11 dias revivendo esse processo.

Nesse link podemos encontrar algumas imagens recebidas por moradores da comunidade. [Vídeos e fotos ocupação do Choque no Complexo do Alemão](#)

Ressaltamos que orientamos os moradores a também denunciarem ao Plantão do Ministério Público e se resguardarem na medida do possível.

- “Moradores estão fazendo um protesto na avenida Brasil. Esses policiais tem que sair da comunidade. O que queremos é paz. Não aguentamos mais a nossa casa ser invadida por polícia. Morador adulto e criança indo para escola sendo revistado.”
- “As crianças não estão indo para a escola direito, não estão tendo aula direito, está um sacrifício aqui que as escolas, geralmente todas as escolas aqui são dentro da comunidade, entendeu?”
- “Sabe que me dói tô aqui na barra na escola particular que trabalho. Uma escola dentro da ilha linda, as crianças todas estudando e as minha não tem esse direito porque é uma escola dentro da comunidade porque tem essa diferença. Aqui é um condomínio igual ao chapadão com várias lojas, mas como eu não tenho dinheiro pra morar assim né nós perece”.
- “Dona Fabiana, hoje, só nós temos uma meta. Enfrentar o genocídio e criar um lugar seguro para todo mundo. Quem está no poder não tem meta. Mudam os atores e assim mudam os objetivos, pois tem a ver com poder e sabe o motivo de eu confiar na senhora? A senhora nos escuta”.

As reclamações do dia de hoje foram enviadas para o plantão do Ministério Público e foi produzido o protocolo que se segue.



Cabe outros esclarecimentos:

No dia 07 de Outubro a Ouvidora **Fabiana Da Silva** foi no Complexo do Chapadão em uma área conhecida como Final Feliz (parte Guadalupe) e nesse encontro em formato roda de conversa com moradores alguns relatos foram trazidos por moradores.

- Equipamentos de saúde fechados, impossibilitando atendimentos e medicamentos;
- Equipamentos de saúde e escolas sendo usados como espaço para cometer troias;

- Pessoas baleadas sendo negado atendimento na clínica da família e na upa. Relatos de profissionais da saúde falando que são impedidos de prestar socorro às vítimas;
- Fechamento de comércio;
- Atropelamentos de animais pelo caveirão;
- Jovens encurralados em casa pela polícia;

Todo ano pensamos estratégias para diminuir essa realidade, porque parar nós sabemos que não conseguimos. Há dois anos atrás a nossa estratégia para parar foi entrar nas favelas. Na chacina do jacarezinho funcionou a ideia de entrar na comunidade. Algo que nunca aconteceu desta forma com instituições de peso. Hoje em dia não funciona da mesma forma.

Não podemos mais agir como agimos na época do jacarezinho. Nós temos uma responsabilidade sobre essas vidas que acreditam que quando a gente chega eles não vão mais morrer e por isso tenho o cuidado de criar expectativa sobre a atuação da Defensoria.

É nosso papel estar dentro da favela. Não podemos perder isso de vista, mas esse movimento precisa ser feito com estratégia e cuidado, pois existe uma participação direta do estado para proibir o trabalho das organizações de direitos humanos nas comunidades e temos que ter cuidado em não reproduzirmos essa desigualdade de atendimento sob a capa do medo.

Precisamos entender que já há uma movimentação do estado para isso. Existe a questão estratégica de que, a partir de julho de 2026, não pode mais dar nada errado por causa das eleições. Então esse segundo trimestre deve ser o período de maior hostilidade da segurança pública do Rio. Como atuar e defender com efetividade essa população?

O que o ministério público está fazendo para provocar o comando e a corregedoria da polícia? Se ficarmos muito tempo sem ir na favela, não

conseguiremos mais entrar na favela. Essa é minha principal preocupação nesse momento, pois existe uma reorganização das facções.

Um dos atravessamentos dessa linha de pensamento é entender até onde vai a relação facção, milícia e estado? Existe uma conjuntura que precisa ser vista com muito cuidado e cautela. Ninguém está sendo pego de surpresa, mas precisamos pensar em como agir agora já que, após as nossas visitas também há um histórico de violações;

Este relatório teve como objetivo contribuir para a formulação de políticas públicas mais eficazes e garantir que os direitos dos moradores do Complexo Penha e adjacência sejam respeitados.

Fabiana Da Silva

Servidor/Ouvidora

Ouvidoria Externa da Defensoria Pública
do Estado do Rio de Janeiro

LIDIANE HELENA SILVA ALMEIDA DA ANUNCIACAO

Servidor/Ouvidora

Ouvidoria Externa da Defensoria Pública
do Estado do Rio de Janeiro



RELATÓRIO

Violações de Direitos no Contexto da Operação Policial de 26/09/2025 no Conjunto de Favelas da Maré

Rua Sargento Silva Nunes, 1012
Nova Holanda - Maré
Rio de Janeiro - CEP 21044-242

55 21 3105-1568 3105-5531
55 21 99924-6462 
CNPJ 08.934.089/0001-75

WWW.REESDAMARE.ORG.BR

   REESDAMARE

 REESDAMAREOFICIAL

Sumário

1 - Apresentação

2 - Sobre a Gravidade da Operação Policial de 26/09/2025

3- Síntese das Violações de Direitos Registradas

4 - Relato Detalhado da Operação Policial de 26/09/2025

5 - Casos de Violação de Direitos Registrados

6 - Relato de Profissionais das Escolas e Unidades de Saúde

7- Conclusão e Pedidos

8 - ANEXOS: Evidências

1 - Apresentação

A Associação Redes de Desenvolvimento da Maré (Redes da Maré), organização da sociedade civil sem fins lucrativos, cuja missão institucional é estabelecer as redes necessárias para a efetivação dos direitos da população que vive na Maré, apresenta neste relatório uma síntese das dinâmicas de violação de direitos e dos impactos sociais da Operação Policial que ocorreu no Conjunto de Favelas da Maré, no dia 26 de setembro de 2025.

As informações aqui sistematizadas são fruto do monitoramento que a Redes da Maré realiza continuamente, desde 2016, das operações policiais e confrontos armados nas 15 favelas que compõem a Maré, como estratégia de defesa do direito à segurança pública e à preservação da vida dos moradores. Este monitoramento contínuo é realizado por meio de uma metodologia de coleta de dados e documentação de casos de violações de direitos que envolve cinco fontes:

- (i) a atuação *in loco* de pesquisadores e profissionais da Redes da Maré que acompanham os momentos de confrontos armados, por meio de plantões de atendimento, recebendo denúncias, registrando casos de violações de direitos e acompanhamento de seus desdobramentos;
- (ii) articulação de uma rede de colaboradores, com 300 moradores e 21 organizações atuantes nas favelas da Maré, que contribuem reportando e validando evidências sobre as violências ocorridas;
- (iii) coleta de dados oficiais junto a secretarias municipal e estadual, além das polícias e institutos de pesquisa, como é o caso do Instituto de Segurança Pública (ISP), assessorias de comunicação das Polícias Militar e Civil e Secretarias Municipais de Saúde e Educação do Rio de Janeiro;
- (iv) levantamento em meios de comunicação e redes sociais a respeito dos confrontos que ocorrem na região; e
- (v) ida da equipe a campo, até 48 horas após as situações de confronto armado, para confirmar a veracidade das informações recebidas.

2 - Sobre a Gravidade da Operação Policial de 26/09/2025

Apresentaremos neste relatório, em profundidade, os fatos ocorridos no contexto da operação policial do dia 26/09/2025. Mas de antemão, cumpre destacar os elementos alarmantes, a serem detalhados adiante, que apontam para os descumprimentos do estado do Rio de Janeiro às determinações do Supremo Tribunal Federal (STF) da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 635, a chamada “ADPF da Favelas”.

Esta operação, deflagrada pela Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, apresentou uma série de situações que colocaram em risco a vida da população moradora da Maré, sendo caracterizada pela violência e pelo uso excessivo de força por parte das instituições de segurança pública, em um nível no qual os moradores dos territórios da Maré não vivenciavam há tempos.

Primeiramente, quanto ao horário de início, aproximadamente às 8h20min da manhã. Trata-se de horário fora do padrão usual das operações nos últimos dois anos na Maré, cujo início se deu, geralmente, às 4h e 6h da manhã. Por isso, no dia 26/09/2025, a entrada das forças de segurança no território ocorreu **próximo ao horário escolar, no momento de circulação de muitas crianças e adolescentes a caminho das escolas** e com milhares de estudantes e profissionais da educação já presentes nas dependências das unidades de ensino. Era também um horário em que havia **centenas de moradores presentes nas unidades básicas de saúde** aguardando por atendimento, além de comércios abertos e milhares de pessoas circulando nas ruas em suas rotinas cotidianas.

Em segundo lugar, tem-se um conflito de informação sobre se esta operação seria uma **ação emergencial ou de planejamento prévio**, o que tem implicações quanto a sua justificativa. A assessoria de comunicação da Polícia Civil divulgou que se tratava de uma ação emergencial e o termo estampou o título de matérias na imprensa.¹ O mesmo foi dito durante entrevista do Secretário de Polícia Civil, no próprio dia 26, reforçando que se tratava de uma operação emergencial. Entretanto, nas notas recebidas via assessoria da PCERJ e na mesma entrevista do Secretário, a sociedade civil foi informada sobre **um processo investigativo de cerca de 60 dias na Maré**.²

¹ G1, Globo. “Chefe do TCP é morto em ‘Operação emergencial’ na Maré; Linha Amarela é fechada com troca de tiros”. 26 set. 2025. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2025/09/26/tiros-no-complexo-da-mare.ghtml>>; CNN Brasil. “Polícia faz operação emergencial na Maré para evitar confronto de facções”. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/sudeste/rj/policia-faz-operacao-emergencial-na-mare-par-a-evitar-confronto-de-faccoes/>>.

² POLÍCIA CIVIL RJ. “Polícia Civil neutraliza “dono” do TCP da Maré”. 26 set. 2025. Disponível em: <<https://www.policiacivil.rj.gov.br/news/12757>>.

As informações expostas ao público sobre quem eram as lideranças do grupo armado Terceiro Comando Puro, como agiam individualmente, como organizavam as ações ilícitas e como eram vistos aos olhos dos moradores da Maré revelam que havia um monitoramento territorial relevante das forças policiais. Portanto, questionamos, **com todo o arcabouço investigativo demonstrado, não foi possível planejar uma operação policial com mais inteligência, do ponto de vista do risco tão iminente à vida de moradores, crianças e de servidores públicos que trabalham no território?**

Sobre esse risco generalizado, o contingente mobilizado para esta operação policial – que contou com a Coordenadoria de Recursos Especiais (CORE) e a Delegacia de Repressão a Entorpecentes da Capital (DRE-CAP) – incluiu dois veículos blindados e dois helicópteros, segundo relatos de moradores e vídeos compartilhados (vide evidências em anexo). No entanto, foi registrada a presença de agentes da Polícia Militar, fazendo uso de veículos descaracterizados, na Linha Amarela, para adentrar no território. No vídeo em que moradores flagram esses agentes saindo de carros civis, também é possível identificar a placa de um dos veículos: um Toyota, modelo Hilux, cor preta, placa KYZ 5450. A ação durou cerca de quatro horas e os tiroteios duraram desde a entrada dos policiais até aproximadamente 11h30. Ou seja, **foram três horas de intensos sons de tiros e do helicóptero sobrevoando as casas e ruas da Maré, quase ininterruptamente, efetuando disparos de forma constante.** Havia, portanto, uma estrutura bélica larga e robusta, de **alto potencial lesivo.**

A partir dos fatos destacados acima – a investigação de 60 dias por parte da polícia na Maré e o contingente de policiais, equipamentos e recursos para o embate direto por cerca de três horas –, se faz necessário questionar o que foi divulgado sobre a natureza da ação. Operação emergencial ocorre em caso de flagrante delito, perseguição ou recuperação de algum bem ou carga roubada, sendo uma ação pontual e imediata. E as características desta operação revelam justamente o contrário, que foi uma operação planejada, ou seja, quando as forças de segurança realizam uma ação tática a partir de informações de inteligência e denúncias, com finalidade de cumprimento de mandados de prisão, busca e apreensão, com a presença de grande aparato bélico. Ademais, a Polícia Civil (PCERJ) não se caracteriza por realizar operações emergenciais, sendo responsável pela investigação criminal (art. 144, §4º, CF). Atua em ações planejadas, incluindo mandados de busca e prisões.

O Supremo Tribunal Federal, no julgamento *per curiam* da ADPF 635, deixou claro que as operações policiais devem ser realizadas “preferencialmente com planejamento prévio” e que apenas em casos efetivamente emergenciais se admite a justificativa *a posteriori*. Essa orientação reforça que, quando há investigações,

como ocorreu no caso da Maré, **não se pode enquadrar a ação como emergencial de modo a postergar a necessidade de justificá-la**. Pelo contrário: a própria Corte estabeleceu que a proporcionalidade e o controle judicial dependem da documentação prévia e da transparência operacional.

Os embargos de declaração da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro chamam a atenção justamente para esse risco de contradição: o **discurso de urgência tem sido usado como brecha para legitimar operações de grande porte que, na prática, são planejadas e executadas sem o devido controle prévio e a posteriori**. A Defensoria argumenta que permitir a justificativa só depois da ação é ineficaz, pois quando ela chega já há mortos e direitos violados.

Além disso, o STF determinou a obrigatoriedade de medidas específicas para operações “previamente planejadas e com risco de conflito armado”, como a presença de ambulâncias e protocolos de comunicação. A própria exigência dessa estrutura evidencia que o parâmetro constitucional esperado é de planejamento, e não de improviso travestido de emergência.

Sobre essas obrigatoriedades, é de se destacar que a operação policial em análise não contou com a presença de ambulâncias, nem com a realização de perícia de local em um caso de morte registrado. É certo que estas determinações da Corte são constantemente descumpridas pelo estado do Rio de Janeiro. Em 2025, em 13 operações policiais realizadas, contando esta de 26/09, foi registrada a presença de ambulância nos acessos da Maré em apenas duas. No ano de 2024, das 42 operações policiais, em apenas cinco havia alguma ambulância próxima aos acessos da Maré.

A Defensoria ressalta que a continuidade de operações letais em comunidades como a Maré, após a decisão do Supremo, revela baixa transparência e ausência de responsabilização institucional, convertendo em letra morta as promessas de redução de letalidade. Assim, a alegação da PCERJ de que a operação seria emergencial não apenas conflita com os fatos (investigação prévia e mobilização de grandes recursos), como contraria frontalmente as balizas fixadas pela própria Corte Constitucional.

Não apenas, o uso do helicóptero na operação também precisa ser questionado. A Defensoria Pública já havia apontado a contradição entre a retórica de redução da letalidade policial e a autorização, ainda que excepcional, do uso dessas aeronaves. Estudos mostram que **operações com helicópteros aumentam exponencialmente o risco de morte em áreas densamente povoadas, transformando qualquer morador em alvo em potencial**. No caso da operação policial na Maré de 26/09/2025, há o agravante do uso das aeronaves como **plataformas de tiro**, confirmadas por relatos de moradores e pelas diversas

perfurações no chão das ruas de disparos de cima para baixo, registradas em fotografias e vídeos (vide evidências em anexo). E mais grave ainda foi o fato do helicóptero ter circulado e efetuado disparos em área onde há uma unidade básica de saúde e de educação.

Segundo o boletim Direito à Segurança Pública na Maré, edição De Olho na ADPF (2024), entre 2019 e 2024, 8% das operações policiais contaram com a presença dos blindados aéreos. Já 65% das mortes ocorreram em operações com uso de helicóptero. Ou seja, as ações com as aeronaves são consideravelmente mais letais. A própria ADPF 635 ressaltou que a inteligência e a tecnologia deveriam substituir a truculência, mas o emprego do helicóptero, sobretudo em áreas como a Maré, reafirma a lógica do confronto bélico contra comunidades civis.

Outro aspecto alarmante foi **a proximidade da operação com escolas, creches e unidades de saúde**. O Supremo Tribunal Federal determinou que, nesses casos, deve haver respeito rigoroso ao princípio da proporcionalidade, especialmente nos horários de entrada e saída dos estudantes, devendo haver justificativa do respectivo comando nos autos da investigação ou em expediente próprio. Mas os dados demonstram que esta é uma prática nada excepcional e que gera impactos sociais significativos. Em 2024, em 88% das operações policiais ocorridas na Maré, veículos blindados transitaram no entorno de escolas. Foram 37 dias sem aulas em decorrência da violência armada³. Em média, são 20 escolas fechadas por operação e cerca de 7.302 alunos sem aulas.

Segundo relatos de profissionais da educação e diretoras de escolas da Maré coletados após a operação do dia 26, **"não existe ambiente seguro dentro das escolas, pois estas são feitas de papel"**, expressão que se refere às frágeis paredes de *drywall* que não oferecem proteção diante de disparos de fuzil ou rajadas vindas de helicópteros. Uma professora contou que, no dia desta operação policial (uma sexta-feira), estava no pátio quando a aeronave chegou atirando; na segunda-feira seguinte, ao convidar a turma para uma atividade ao ar livre, ouviu de uma criança de apenas quatro anos a pergunta: **"mas e o helicóptero, professora, que dá tiro?"**. Esse episódio revela como a infância nas favelas é constantemente atravessada pelo medo e pela violência: **"as crianças daqui acabam tendo a infância roubada"**, relatam educadores. **"Ainda que os profissionais tentem abrigar os estudantes e transmitir calma, o pânico é inevitável – tanto nas crianças, que choram e tremem, quanto os pais, que muitas vezes saem em meio ao tiroteio para buscar seus filhos"**. Como resumiu uma das profissionais da educação, **"a segurança pública deveria funcionar para todos e não só para alguns, pois a maioria aqui é de trabalhadores"**.

³ REDES DA MARÉ. Boletim Direito à Segurança Pública na Maré: De Olho na ADPF 635. Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/BoletimDireitoSegPublicaADPF25.pdf>

Portanto, uma operação que mobiliza os recursos bélicos que mobilizou, usando-os de força excessiva, expõe não só os moradores na rua, mas milhares de crianças nas escolas. **Atualmente, a Maré contém 49 unidades públicas de ensino. 20 delas contém paredes de drywall**, um material que tem pouquíssima resistência aos fuzis de grosso calibre disparados a curta e média distância. Não é nada razoável o emprego de tanta força próximo a locais que concentram crianças e não possuem barreiras de proteção adequadas. Além do terror psicológico representado por três horas de tiroteios e helicópteros sobrevoando de forma rasante os telhados das escolas e postos de saúde, foram recebidos vídeos de crianças e adolescentes sendo colocados em salas e corredores de escolas para se abrigarem dos tiros (vide evidências em anexo).

Nessas escolas não há espaço adequado para comportar centenas de alunos seguros aos disparos de fuzis de helicópteros sendo usados como plataforma de tiros. Na tentativa de sair das proximidades das paredes de drywall, crianças foram alocadas embaixo das escadas, no meio dos corredores e em espaços medindo cerca de 4,5 m x 1m nos arredores de banheiros (demonstrado em anexo).

Portanto, é inaceitável o uso excessivo da força, colocando em risco a vida e integridade física de milhares de pessoas, especialmente crianças, em horário de circulação intensa, com comércio e serviços públicos em pleno funcionamento. A decisão do STF determinou que operações sejam preferencialmente planejadas e proporcionais, mas o que se viu na Maré foi o oposto: forte aparato policial, armamento pesado e helicópteros sobrevoando áreas densamente povoadas em um momento de máxima vulnerabilidade da população. A escolha do horário e da forma de execução **escancara o descompasso entre a realidade das operações e os parâmetros constitucionais fixados para proteção da vida e da dignidade humana.**

3- Síntese das Violações de Direitos Registradas

Mortos	Feridos	Dano ao Patrimônio	Invasão de Domicílio
1	3	5	2

3.1 - Impactos coletivos da Operação Policial:

Impactos na Educação	
Unidades Impactadas	Número de Estudantes Impactados

E.M. Escritor Millor Fernandes	400 estudantes matriculados
E.M. Vereadora Marielle Franco	700 estudantes matriculados
Creche Municipal Tio Mário	150 estudantes matriculados
Escola Municipal Professor Josué de Castro	700 estudantes matriculados e 44 professores
Escola Municipal Teotônio Vilela	763 estudantes matriculados e 68 professores
CIEP Ministro Gustavo Capanema	Em razão do horário de entrada alterado para às 10:00, não havia alunos na escola
Creche Municipal Monteiro Lobato	144
Escola Municipal Medalhista Olímpico Lucas Saatkamp	345
Espaço de Desenvolvimento Infantil Medalhista Olímpico Eder Francis Carbonera	250
Espaço de Desenvolvimento Infantil Medalhista Olímpico Evandro Motta Marcondes Guerra	283
Escola Municipal Escritor Bartolomeu Campos de Queirós	600
Creche Municipal Pescador Albano Rosa	116 pessoas participavam de uma passeata, entre crianças, educadores e responsáveis
CIEP Operário Vicente Mariano	600
Espaço de Desenvolvimento Infantil Cremilda da Silva dos Santos	150
Escola Municipal Professor Paulo Freire	150
total	5.463

Impactos na Saúde

Unidades fechadas	Unidades com atividades externas suspensas
CMS Vila do João	CF Diniz Batista dos Santos
CF Adib Jatene	
CF Augusto Boal	
CF Jeremias Moraes da Silva	
Total de 980 atendimentos suspensos	

Fonte: Assessorias de Imprensa das Secretarias Municipais e Estaduais de Educação e de Saúde

3.2 - Descumprimentos da ADPF das Favelas:

Perícia de local não realizada em caso de morte	Uso de helicóptero como plataforma de tiro	Operação sem ambulância para civis	Descumprimento de inviolabilidade de domicílio
---	--	------------------------------------	--

4 - Relato Detalhado da Operação Policial de 26/09/2025

Na manhã desta sexta-feira, dia 26 de setembro de 2025, por volta das 8h30, a 13ª operação policial desse ano se iniciou no Conjunto de Favelas da Maré, especificamente na Vila do Pinheiro, Conjunto Pinheiros, Salsa e Merengue, Conjunto Esperança e Vila do João. No Conjunto Bento Ribeiro Dantas, Morro do Timbau, Baixa do Sapateiro e Nova Maré.

A ação foi conduzida pela Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro (PCERJ), com a narrativa oficial de evitar confronto entre grupos armados. Na ação, estavam envolvidas a Delegacia de Repressão a Entorpecentes (DRE) e a Coordenadora de Recursos Especiais (CORE). De acordo com a PCERJ, as investigações da Subsecretaria de Inteligência (Ssinte) e da Subsecretaria de Planejamento e Integração Operacional (SSPIO) ocorriam há cerca de 60 dias nos territórios da Maré ocupados por integrantes dos grupos armados do Terceiro Comando Puro (TCP).

Por meio de nota e entrevista, foi divulgado que a operação teve um caráter emergencial, devido à observação por parte da polícia de uma preparação para um confronto no Morro dos Macacos (Vila Isabel, RJ). Segundo a Polícia Civil, os grupos armados do Terceiro Comando Puro planejavam retomar o domínio bélico do Morro dos Macacos na data e estavam se preparando na Maré. Todavia, como já indicado,

pela grande estrutura mobilizada pelo Estado nesta ação e pelo fato de haver uma investigação prévia, a Redes da Maré entende que se trata de uma operação planejada. A narrativa emergencial não se demonstra plausível, ainda mais em vista dos relatos dos moradores, no sentido de que a movimentação no território estava normal, ao ponto de todos se surpreenderem com a ação policial.

Na manhã em questão, a partir das 08h28, moradores da Vila do Pinheiro relataram intensos disparos de arma de fogo, inclusive provenientes de um helicóptero da Polícia Civil. Minutos depois, por volta das 08h29 e 08h30, houve correria na Baixa do Sapateiro e novos relatos de muitos tiros na região do Salsa e Merengue, situação que se estendeu também ao Morro do Timbau. Às 08h34, moradores relataram disparos próximos ao Pontilhão, enquanto a presença de dois helicópteros na operação policial foi registrada às 08h35.

A movimentação de blindados também marcou a operação. Às 08h39, um veículo foi visto na subida da Rua Alabama, no Morro do Timbau, em meio a relatos de tiros próximos à UPA da Vila do João. Pouco depois, às 08h41, houve disparos no Parque Ecológico. Às 08h46, uma moradora relatou que levava crianças para a Escola Paulo Freire quando o helicóptero sobrevoou a Maré, provocando pânico entre responsáveis e alunos, que precisaram se abrigar no EDI Albano Rosa.

Por volta das 09h01, havia dois blindados em circulação, um helicóptero sobrevoando e agentes a pé nas imediações de uma clínica da família no Pinheiro. Os relatos de tiros continuaram em diferentes pontos: no Pinheiro (09h06), próximo ao Parque Ecológico (09h08) e, em seguida, na Escola Municipal Josué de Castro, onde moradores registraram crianças se abrindo (09h11). Às 09h13, uma mulher foi atingida de raspão e socorrida por moradores do Pinheiro.

Às 09h28, registros audiovisuais mostraram marcas de disparos no chão entre a Clínica da Família Adib Jatene e o EDI Pescador Albano Rosa, além de moradores abrigados em um comércio no Salsa e Merengue, onde o som de tiros era intenso (vide evidências em anexo). Outro vídeo do mesmo horário confirmou a continuidade dos disparos na localidade (vide evidências em anexo). Às 09h35, grupos bloquearam a Rua Alabama com pneus, além de atravessarem um caminhão na Rua Guilherme Maxwell. Novos registros de tiros no Salsa e Merengue surgiram às 09h37.

A operação seguiu com registros de blindados no Parque Ecológico (10h04), intensos disparos na mesma região (10h12) e tiroteios na Via B1 (10h17), além de trocas de tiros na região entre Pinheiro e Salsa e Merengue (10h20). Às 10h33, um caminhão foi atravessado na Avenida Guilherme Maxwell, impedindo a passagem de veículos. Às 10h36, houve a confirmação, pelo repórter Bruno Assunção (SBT), da morte de Edmilson Marques de Oliveira, conhecido como “Cria”, liderança do TCP.

Às 10h55, uma moradora foi baleada no pé, a caminho da escola, no Tijolinho. Às 11h02, novos relatos de tiros voltaram a ocorrer na Vila do João às 11h17. Pouco depois, às 11h23, um blindado da CORE enguiçou e foram registrados bloqueios nos acessos à Vila do Pinheiro, incluindo a Rua Ivanildo Alves, a Rua Tancredo Neves, a Rua Larga e a Avenida Guilherme Maxwell, utilizando caçambas da COMLURB, veículos e pneus.

Às 11h25, houve novos registros de tiros no Pinheiro, seguidos por disparos na Baixa do Sapateiro, na Rua Evanildo Alves e na Praça do 18, às 11h26. Às 11h50, dois prédios do Hospital Geral de Bonsucesso (HGB) foram fechados, sendo proibida a circulação de funcionários em suas dependências, após uma trabalhadora ter sido atingida por estilhaços.

Durante a operação, quatro unidades básicas de saúde precisaram ser fechadas: a CMS Vila do João, a Clínica da Família Adib Jatene, a Clínica da Família Augusto Boal e a Clínica da Família Jeremias Moraes da Silva. Em decorrência desses fechamentos, cerca de 980 pessoas deixaram de ser atendidas nos postos de saúde da região. Além disso, a Clínica da Família Diniz Batista dos Santos teve de suspender todas as suas atividades externas.

Na área da Educação, dez equipamentos públicos, entre municipais e estaduais, também foram diretamente impactados. Embora não tenham fechado as portas, as unidades não conseguiram manter a rotina regular de aulas, uma vez que alunos e professores foram afetados pelo clima de insegurança provocado pela operação. No Terceiro Setor, o Projeto Uerê, o Luta Pela Paz e o Nova Direção suspenderam as atividades no dia devido à ocorrência de operação policial. No entorno da Maré, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) também suspenderam aulas e atividades.

Em termos de violações de direitos, ao todo, uma pessoa foi morta e três pessoas foram feridas por disparos de arma de fogo. Também houve registro de cinco casos de dano ao patrimônio, incluindo um carro e uma residência atingidos por tiros. Segundo a nota oficial da PCERJ, duas pessoas foram presas, um fuzil e uma pistola foram apreendidos. O fim da operação foi anunciado às 12h16 pelo Secretário de Polícia Civil.

5 - Casos de Violação de Direitos Registrados

A seguir são listados os relatos de violações de direitos perpetradas durante a operação policial de 26/09/2025, abrangendo as áreas da Baixa do Sapateiro, Vila dos Pinheiros, Vila do João, Conjunto Pinheiro, Salsa e Merengue, Conjunto

Esperança e Morro do Timbau. Estes relatos foram registrados durante o plantão de atendimento da Redes da Maré, que permaneceu ativo durante a realização da operação policial.

CASO 1. HOMICÍDIO

Quem faz o relato: Moradores

Perfil do atingido: Homem cis, branco, 40-45 anos

Local onde aconteceu a Violação de Direitos: Vila dos Pinheiros

Atribuição da responsabilidade: CORE

Protocolo MP: n/a

Breve relato:

A equipe recebeu a informação, por meio de uma moradora, de que a polícia teria invadido a casa de sua vizinha, com o objetivo de prender um homem supostamente integrante de um grupo armado local.

Segundo o relato, esse homem teria entrado na residência para se esconder da polícia e, ao ser perseguido, os agentes teriam invadido o local e o executado. Ainda conforme o relato, "Cria" foi executado no quarto da moradora, e, em seguida, os policiais teriam arrastado seu corpo para fora e o levado.

CASO 2. PERFURAÇÃO POR ARMA DE FOGO (ferimento)

Quem faz o relato: Morador

Perfil do atingido: Mulher cis

Local onde aconteceu a Violação de Direitos: Vila dos Pinheiros

Atribuição da responsabilidade: CORE

Protocolo MP: n/a

Breve relato:

De acordo com o relato de um morador, uma mulher não identificada teria sido baleada de raspão no braço. Narra o morador que pela janela de sua casa avistou a vítima com bastante sangue no local do ferimento. De acordo com relato do morador, a mulher foi socorrida pelos vizinhos.

Durante a busca ativa realizada em 27/09/25 a equipe não obteve mais informações sobre a vítima e mais detalhes sobre o caso.

CASO 3. FERIMENTO POR ESTILHAÇOS

Quem faz o relato: Equipe técnica do HGB

Perfil do atingido: Mulher cis

Local onde aconteceu a Violação de Direitos: Bonsucesso.

Atribuição da responsabilidade: CORE

Protocolo MP: n/a

Breve relato:

Através de relatos de moradores no grupo de whatsapp a equipe da Redes da Maré obteve a informação de que uma funcionária do HGB ainda não

identificada havia sido baleada de raspão por estilhaços de projéteis de arma de fogo.

A equipe da Redes da Maré, ao realizar a busca ativa para obter mais informações sobre violação, foi informada pelo Hospital que qualquer informação sobre a ocorrência somente seria fornecida mediante ofício dos órgãos competentes.

CASO 4. PERFURAÇÃO POR ARMA DE FOGO (ferimento)

Quem faz o relato: moradores

Perfil do atingido: mulher cis

Local onde aconteceu a Violação de Direitos: Tijolinho

Atribuição da responsabilidade: CORE

Protocolo MP: n/a

Breve relato:

Através de relatos dos grupos de moradores, a equipe da Redes da Maré recebeu informações que uma mãe quando estava a caminho da escola de seu filho para buscá-lo, em razão da operação policial com intensos tiros disparados do helicóptero, foi baleada no pé na altura do Tijolinho.

Após realizar busca ativa a equipe não conseguiu obter maiores informações sobre o quadro de saúde da vítima.

CASO 5. DANO AO PATRIMÔNIO

Quem faz o relato: morador

Perfil do atingido: Mulher cis,

Local onde aconteceu a Violação de Direitos: Vila dos Pinheiros

Atribuição da responsabilidade: CORE

Protocolo MP: n/a

Breve relato:

De acordo com o relato de moradores na rede social, o carro de uma fisioterapeuta que trabalha no território, teria sido alvejado por disparos de arma de fogo durante a operação policial.

Durante a busca ativa realizada em 27/09/25 a equipe não obteve mais informações sobre a vítima e detalhes sobre o caso.

CASO 6. INVASÃO DE DOMICÍLIO

Quem faz o relato: a vítima

Perfil: Mulher cis, preta, 69 anos

Atribuição da responsabilidade: CORE

Protocolo MP: n/a

Breve relato:

A equipe recebeu a informação, por meio de uma moradora, de que a polícia teria invadido a casa de sua vizinha, com o objetivo de prender um homem supostamente integrante de um grupo armado local. Segundo o relato, esse homem teria entrado na residência para se esconder da polícia e, ao ser

perseguido, os agentes teriam invadido o local. Ainda conforme o relato, o homem foi executado no quarto da moradora, e, em seguida, os policiais teriam arrastado seu corpo para fora e o levado.

Diante dessas informações, a equipe se dirigiu até a residência da vítima, onde fomos recebidas por seu filho, um homem com limitações de mobilidade, incluindo a doença de Parkinson. Durante a conversa, ele confirmou que um dos integrantes do grupo armado havia entrado na casa para se esconder, mas preferiu não entrar em detalhes sobre o restante do ocorrido.

Em seguida, o filho a chamou para conversar brevemente com a equipe. Ela estava visivelmente abalada e nervosa em razão da violência presenciada, e também preferiu não fornecer maiores detalhes sobre o acontecimento.

A equipe apresentou a ela o trabalho realizado pela Redes da Maré e se colocou à disposição para oferecer acolhimento e apoio posteriormente, caso ela deseje.

CASO 7. DANO AO PATRIMÔNIO

Quem faz o relato: a vítima

Perfil: Mulher cis, parda, 40-45 anos,

Atribuição da responsabilidade: CORE

Protocolo MP: n/a

Breve relato:

Durante a busca ativa realizada pela equipe em 29/09/25, a equipe encontrou com a moradora, que retornava da vidraçaria, momento em que fez o relato e nos informou que os prejuízos causados pela ação da polícia à sua família, somados ultrapassam R\$ 1.000,00.

De acordo com o relato da vítima, no dia 26/09 ela estava na casa de seus pais durante uma operação policial. Ela informou ter ouvido diversos disparos de arma de fogo e relatou ainda que, durante a ação, os policiais teriam lançado uma granada, cujo impacto quebrou todas as vidraças da residência.

A equipe informou o trabalho desenvolvido pela Redes da Maré, se ela e sua família gostariam de formalizar uma denúncia sobre o ocorrido. No entanto, ela declarou que não tem interesse em seguir com a denúncia.

CASO 8. DANO AO PATRIMÔNIO

Quem faz o relato: Não informado

Atribuição da responsabilidade: CORE

Protocolo MP: n/a

Breve relato:

Durante a busca ativa realizada em 29/09/25, a equipe foi até as escolas que foram impactadas pela operação policial. Em conversa com a funcionários do Ciep Gustavo Capanema, estes mostraram um vídeo enviado por uma mãe de seu aluno, que teve a casa alvejada pelos disparos de arma de fogo.

No vídeo a parede da casa apresenta buracos enormes de arma de fogo. Funcionários da escola que fizeram o relato não identificaram a família que foi violada. A equipe também não obteve informações da vítima.

6 - Relato de Profissionais das Escolas e Unidades de Saúde

Uma das etapas da metodologia de monitoramento realizado pela Redes da Maré é a ida ao campo, em até 48h após as operações, para confirmar e validar as informações sobre violações de direitos coletadas durante o plantão de atendimento. Especificamente após a operação de 26/09/2025, a equipe visitou todas as escolas e unidades de saúde impactadas pela operação, a fim de ouvir e acolher profissionais e moradores que tiveram suas rotinas perpassadas pelo terror. Nesse processo, colhemos muitos relatos e testemunhos a respeito da violência que vivenciaram.

Durante visita a Creche Municipal Tio Mário, foram relatados episódios de tensão no território, como explosões de granadas e sobrevoo de helicópteros a baixa altitude, eventos que geraram medo entre crianças e funcionários. Em sua percepção, as próprias crianças já demonstram um comportamento de autoproteção frente a essas situações. Os profissionais observaram que, ao entrar nas salas, as crianças de 1 a 3 anos já se deslocavam sozinhas dentro do espaço em busca de segurança: ***"Quando cheguei na sala do berçário, as crianças já estavam se encaminhando para a porta, pois sabem que não é aquela a sala segura."***

Já na Escola Municipal Teotônio Vilela, que atende 763 alunos, sendo 41 incluídos com condições como TDAH, e conta com 68 funcionários, todos os alunos incluídos tiveram dificuldades em se adaptar à situação, especialmente aqueles que utilizam abafadores. Dois estudantes passaram mal em decorrência de crises de ansiedade. O Protocolo de Acesso Mais Seguro prevê que os alunos permaneçam nos corredores, mas muitos encontram dificuldade em seguir a orientação, refletindo o impacto do contexto externo no bem-estar emocional das crianças.

Uma funcionária enfatizou a violência da operação policial, lembrando o efeito do helicóptero e dos tiros: ***"Eu lembro a última vez que vi um helicóptero aqui, fazia tempo, eu nunca esqueci o som do tiro quando bate no chão, essa operação foi muito violenta."***

Na Clínica da Família Augusto Boal, houve relato de que uma criança se machucou, chegando na unidade com o rosto muito ensanguentado. A criança estava na escola, uma EDI que fica localizada ao lado da Clínica. Quando começou o

tiroteio, as pessoas correram para se proteger e se abrigar, quando a criança caiu no chão, machucando a boca. **O menino foi levado para a unidade de saúde, a unidade chamou o SAMU mas teve o atendimento negado, pois o SAMU respondeu que não havia condições de entrar na favela para realizar o atendimento por conta da operação em curso.** Quem fez os primeiros socorros foram os profissionais da Clínica. Apesar do corte na boca ter sido superficial, a criança machucada assustou os profissionais ao chegar com o rosto bastante ensanguentado na unidade durante a operação. Após esse primeiro atendimento feito pela unidade, a criança retornou para a escola e foi levada direto para o hospital.

Além desses casos, em um complexo escolar, cerca de 1.500 crianças ficaram presas durante a operação, pois a polícia passou a disparar naquela direção. Consta que na esquina desse complexo escolar havia 16 cilindros de gás. A EDI Pescador Albano Rosa realizava uma passeata com a presença de educadores e responsáveis, além das crianças, quando o helicóptero invadiu a Maré. Ao todo, 116 pessoas participaram da passeata e foram expostas aos graves riscos da operação.

Estes relatos, apontam a fragilidade das instituições em proteger e socorrer a população durante operações policiais, em especial crianças. As falas dos educadores acolhidos revelam esse cenário desolador: ***"Não dá pra dizer que o aluno está seguro em uma escola"; "Eu amo a Maré, adoro o trabalho que eu faço, mas preciso preservar a minha vida"; "Se vier outra operação com helicóptero, eu não volto".***

7- Conclusão e Pedidos

Este relatório demonstra que a operação policial de 26/09/2025 no conjunto de favelas da Maré foi caracterizada por uma preocupante intensificação da violência e uso excessivo da força por agentes do Estado, levando a diversos casos de violação de direitos individuais e coletivos da população que reside na área afetada. Desde 2016, a Redes da Maré vêm denunciando o padrão de violações de direitos que ocorrem em operações policiais na Maré e, apesar de importantes conquistas no reconhecimento deste padrão pelo Sistema de Justiça, evidenciamos a persistente desconformidade do modus operandi policial com os parâmetros legais.

Em que pese a decisão do STF, no âmbito da ADPF 635, ter como premissa maior a reafirmação do Estado Democrático de Direito, com a salvaguarda de todos os direitos da população, principalmente o direito à segurança pública da população periférica e favelada, o que se observa atualmente são reiterados descumprimentos da decisão da Corte e uma postura do estado do Rio de Janeiro dissociada de tal premissa.

Para que a política de segurança pública do Rio de Janeiro esteja efetivamente compatível com os reclamos da Constituição Federal e dos tratados de direitos humanos que integram o bloco de constitucionalidade brasileiro, mudanças significativas devem ser adotadas. No entendimento da Corte, não há e nem pode haver antagonismo entre a proteção de direitos humanos e fundamentais e a construção de políticas de segurança pública.

Uma operação policial notadamente não emergencial, que faz uso excessivo da força e lança mão de helicópteros como plataforma de tiro – disparando dezenas de tiros indiscriminadamente, em áreas de moradia de famílias e próximas a postos de saúde e escolas, em horário de entrada de crianças e adolescentes – definitivamente é antagônico a proteção de direitos da população civil da Maré e está em conflito direto com todos os parâmetros de direitos humanos e fundamentais.

É imperativo reconhecer que o combate a organizações criminosas não é justificativa plausível para a suspensão de normas constitucionais e, muito menos, para que o próprio Estado pratique violações de direitos contra moradores e moradoras de favelas e periferias. Além de ilegal e inconstitucional, nem sequer seria lógico presumir que para acabar com as violências praticadas por grupos de redes criminosas o Estado estaria autorizado, indiscriminadamente e sem o efetivo controle, a praticar ainda mais violência e violações de direitos. Ao fazê-lo, na experiência de moradores, a violência permanece estável, alterando-se apenas os autores das violações.

Nesse sentido, a partir do entendimento da Corte de que o controle das instituições de justiça se faz *a posteriori* e mediante o robusto conjunto de elementos probatórios trazidos neste relatório, solicitamos aos órgãos competentes:

1- Seja oficiada a Secretaria de Polícia Civil do Rio de Janeiro, para que submeta relatório sobre a operação policial na Maré no dia 26/09/2025, com a devida justificativa para (i) a realização da mesma em horário de entrada escolar; (ii) o uso excessivo de força representado pela atuação de helicópteros como plataforma de tiro no perímetro de escolas e postos de saúde; e (iii) a classificação da operação como emergencial para o Grupo de Trabalho de Acompanhamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 635;

2- Seja realizado pelo Ministério Público do Estado, o controle *a posteriori* dessa operação policial, para escutinar a legalidade das ações realizadas pelos policiais no que tange (i) à proporcionalidade das medidas adotadas, (ii) a não realização de perícia e (iii) a não preservação de todos os vestígios do homicídio ocorrido na ocasião, de modo a inviabilizar investigação sobre suas circunstâncias, nos moldes decididos pelo STF no bojo da ADPF 635.

8 - ANEXOS: Evidências

A seguir, apresentam-se vídeos e fotografias que evidenciam os rastros de violência deixados pela operação policial de 26/09/2025:

- [Vídeo 1](#) e [vídeo 2](#) com helicópteros e veículos blindados mobilizados para a operação policial.
- [Vídeo](#) que mostra os buracos no chão, de disparos vindos de helicóptero.
- Vídeos [1](#), [2](#), [3](#) e [4](#) mostram as condições das crianças nas escolas durante a operação.
- [Imagem](#) do espaço em que crianças se abrigaram dos disparos de tiros em escola.
- [Vídeo](#) que registra como ficou o entorno da Clínica da Família Adib Jatene e da EDI Pescador Albano Rosa, no Conjunto Pinheiros, após a passagem do helicóptero.
- [Vídeo](#) que mostra pacientes e funcionários da Clínica da Família Adib Jatene acuados tentando se proteger dos tiros.
- Outro [vídeo](#), também na Clínica da Família Adib Jatene.
- [Vídeo](#) feito pela equipe da Redes da Maré onde foram contabilizados quase 20 disparos realizados pelo helicóptero numa mesma via (Via V1 com C10, na Vila dos Pinheiros).
- [Vídeo](#) mostra a Polícia Militar fazendo uso de carros descaracterizados durante a operação, no vídeo os agentes descem dos carros parados pela Linha Amarela. No vídeo, é possível identificar a placa de um deles: KYZ 5450.
- [Vídeo](#) dos disparos no chão, próximo a Clínica da Família e EDI
- [Vídeo](#) gravado de dentro de um comércio no Salsa e Merengue com sons de tiros



Fonte: Redes da Maré, banco de evidências do projeto De Olho na Maré

Passeata das crianças de uma EDI durante a entrada do helicóptero



Fonte: Redes da Maré, banco de evidências do projeto De Olho na Maré



Fonte: Equipe técnica da Redes da Maré